

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Raquel Gonçalves da Silva

**Coligações eleitorais no nível municipal: atores,
racionalidade, estratégias e recursos.**

Juiz de Fora

2015

RAQUEL GONÇALVES DA SILVA

**Coligações eleitorais no nível municipal: atores,
racionalidade, estratégias e recursos.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO) da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Marta Mendes da Rocha

Juiz de Fora

2015

Ficha catalográfica elaborada através do programa de
geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com
os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Raquel Gonçalves da.

Coligações eleitorais no nível municipal: atores, racionalidade,
estratégias e recursos. / Raquel Gonçalves da Silva. -- 2015.

117 f.

Orientador: Marta Mendes da Rocha

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais, 2015.

1. Partidos Políticos. 2. Eleições Municipais. 3. Coligações
Eleitorais. 4. Sistema Político brasileiro. I. Mendes da
Rocha, Marta, orient. II. Título.

RAQUEL GONÇALVES DA SILVA

Coligações eleitorais no nível municipal: atores, racionalidade, estratégias e recursos.

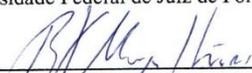
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO), Área de concentração: Cultura, Democracia e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em 22 de setembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª D.ª Marta Mendes da Rocha
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Raul Francisco Magalhães
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Carlos Mello Machado
Universidade Federal de Juiz de Fora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, Ernani Cândido e Maria Aparecida Gonçalves, os quais contribuíram para meu crescimento como pessoa e sempre me deram força ao longo da minha jornada acadêmica. Ao meu irmão Danilo Cândido, companheiro de todas as horas, e ajuda na transcrição dos dados produzidos nesse trabalho.

Minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Marta Mendes da Rocha, merece um agradecimento especial, pois tem sido minha referencia na área acadêmica desde a graduação. Foi, com toda certeza, uma excelente orientadora, seus grandes, dedicação e paciência no auxilio foram indispensáveis para a concretização deste trabalho.

Muito obrigada a todos (as) os (as) entrevistados (as) que me receberam em suas casas, gabinetes ou locais de trabalho e com muito boa vontade e disponibilizaram um tempo para responder todos os meus questionamentos. Agradeço todos aqueles que de uma forma me ajudaram a conseguir as entrevistas, principalmente, Hugo, Rodrigo e Celeste.

Obrigada aos meus amigos me deram apoio e que as conversas e discussões foram sempre proveitosas, tanto academicamente, quanto as extra-acadêmicas, especialmente aos amigos: Alessandra, Ana Clara, Edmar, Flávia, Helaine, Karina, Leonardo, Jéssica, Rodrigo, Nádia, Samara. Em particular, agradeço minha amiga Astrid Sarmiento pela grande amizade que construímos e por sempre estar do meu lado.

A todos(as) os (as) professores (as) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pelos ensinamentos disponibilizados nas aulas, cada um de forma especial contribuiu para a conclusão desse trabalho e, conseqüentemente, para minha formação profissional.

Por fim, a CAPES pela bolsa usufruída ao longo desses anos de pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho objetiva compreender o comportamento dos partidos na formação das coligações eleitorais municipais. As pesquisas sobre coligações partidárias no Brasil se valem, principalmente, de técnicas de análise quantitativa com o objetivo principal de encontrar padrões, regularidades e tendências gerais nas estratégias dos partidos, combinando dois argumentos principais, o pragmatismo e a ideologia. Eles oferecem uma importante contribuição traçando um quadro geral das coligações no nível municipal. Entretanto, tais estudos não permitem compreender a fundo as motivações das elites políticas locais na realização das alianças e em que medida esse processo é afetado por atores que operam em outros níveis, visando outros objetivos. Desse modo, pretende-se nessa pesquisa, compreender um pouco mais desse tema, por meio de uma abordagem qualitativa. Assim, foram realizadas entrevistas junto a lideranças políticas nas eleições de 2012, em dois municípios mineiros, Lambari e Juiz de Fora. Buscou-se investigar três principais dimensões: atores centrais envolvidos no processo, suas percepções, estratégias e os recursos mobilizados por eles, assim como suas motivações, em dois municípios, um de pequeno e um de médio porte. Além disso, procurou-se explorar as articulações entre os diferentes níveis da federação, através da influência da dinâmica da esfera estadual e nacional no processo de composição das alianças no nível local. Os resultados obtidos corroboram com as hipóteses e revelam que embora o componente pragmático pareça estar presente na maioria dos partidos, nos dois municípios, não se pode ignorar a importância de outros fatores que tornam a decisão dos aliados mais complexa, os quais limitam e constroem a ação dos agentes.

Palavras-chave: Partidos políticos. Eleições municipais. Coligações eleitorais. Sistema político brasileiro.

ABSTRACT

Political alliance at civic level: Authors, theorycrafting , strategy and resources.

This paper aims to investigate and understand the partisan behavior in the formation of the municipal electoral coalitions. Research on coalitions in Brazil rely mainly on quantitative analysis techniques with the main objective to find patterns, regularities and general trends in the strategies of parties, combining two main arguments, pragmatism and ideology. They offer an important contribution by drawing a general picture of coalitions at the municipal level. However, these studies do not allow understanding into the motivations of local political elites in the performance of alliances and to what extent this process is affected by actors operating at other levels, aiming at other goals. Thus, it is intended in this research to understand a little more of that theme, through a qualitative approach. Thus, interviews were conducted with political leaders in the 2012 elections in two municipalities of Minas Gerais, Lambari and Juiz de Fora. We sought to investigate three main dimensions: key players involved in the process, their perceptions, strategies and resources mobilized by them as well as their motivations, in two municipalities, one small and one medium size. In addition, it sought to explore the links between the different levels of the federation, through the influence of the dynamics of the state and national level in the writing process of alliances at the local level. The results corroborate the hypothesis and show that while the pragmatic component appears to be present in most parties, in both cities, one can't ignore the importance of other factors that make the decision of the most complex allies, which limit and constrain action of the agents.

Keywords: Political parties. Municipal elections. Political alliance. Brazil's political system.

LISTA DE PARTIDOS POLÍTICOS

SIGLA	NOME
PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
DEM	DEMOCRATAS
PCdoB	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
PTC	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO
PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
PMN	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL
PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA
PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
PV	PARTIDO VERDE
PTdoB	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL
PP	PARTIDO PROGRESSISTA
PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO
PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO
PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE
PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO
PCO	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA
PTN	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL
PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL
PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
PR	PARTIDO DA REPÚBLICA
PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
PPL	PARTIDO PÁTRIA LIVRE
PEN	PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL
PROS	PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL
SD	SOLIDARIEDADE

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Coligações formadas para as eleições majoritárias em Lambari - MG (2012).	45
Quadro 2- Coligações formadas para as eleições proporcionais em Lambari - MG (2012).....	45
Quadro 3 - Coligações formadas para as eleições majoritárias em Juiz de Fora - MG (2012)..	45
Quadro 4 - Coligações formadas para as eleições proporcionais em Juiz de Fora - MG e desempenho eleitoral (2012).	46
Quadro 5 - Relação de entrevistados em Lambari.....	48
Quadro 6 - Relação de entrevistados em Juiz de Fora.....	48
Quadro 7 – Coligações e resultados nas eleições majoritárias em LAMBARI - MG (1996-2000)..	51
Quadro 8 - Coligações e resultados das eleições proporcionais em LAMBARI – MG (1996-2012) .	54
Quadro 9– Coligações e resultados nas eleições majoritárias em Juiz de Fora - MG	58
Quadro 10 – Coligações e resultados nas eleições proporcionais em Juiz de Fora - MG (1996-2012).	61
Quadro 11 - Classificação ideológica dos partidos segundo os entrevistados	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Desempenho dos partidos na eleição para a Câmara de Vereadores em Lambari – MG (1996-2012)	54
Tabela 2 - Desempenho dos partidos na eleição para a Câmara de Vereadores em Juiz de Fora – MG (1996-2012)	62

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. COLIGAÇÕES ELEITORAIS: TEORIAS E REGRAS	17
2.1 AS COLIGAÇÕES ELEITORAIS NA CIÊNCIA POLÍTICA	17
2.2 ABORDAGENS ACERCA DAS COLIGAÇÕES NO NÍVEL MUNICIPAL	24
2.3 AS COLIGAÇÕES ELEITORAIS NO CENÁRIO INSTITUCIONAL BRASILEIRO	27
3. PARTIDOS POLÍTICOS E SISTEMA PARTIDÁRIO	33
3.1 SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO	36
3.2 ESTRUTURA PARTIDÁRIA NO BRASIL	39
4. DESENHO DA PESQUISA.....	41
5. CENÁRIO DA COMPETIÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA (1996-2012)	50
5.1 ANÁLISE CONTEXTUAL DE LAMBARI	50
5.2 ANÁLISE CONTEXTUAL DE JUIZ DE FORA	56
6. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	65
6.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	65
6.2 ATORES	69
6.3 RACIONALIDADE	80
6.4 RECURSOS E ESTRATÉGIAS	94
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
ANEXOS	115
ROTEIRO ENTREVISTA – PSDB/LAMBARI	115
ROTEIRO ENTREVISTA – PT/JUIZ DE FORA.....	117

1. INTRODUÇÃO¹

É consenso nos estudos sobre democracias que os partidos políticos são atores indispensáveis para sua estruturação, não podendo existir uma democracia sem tais organizações. Assim, os partidos têm sido foco de análise da Ciência Política. No caso brasileiro, esta Ciência tem realizado pesquisas sobre a institucionalização e a nacionalização dos partidos políticos do país após a redemocratização, onde são utilizados diversos argumentos em torno do funcionamento coerente ou da fragilidade do sistema partidário nacional (MAINWARING, 2001; MELO 2010, FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995, 1999). Esses trabalhos têm como objetivo investigar o processo de consolidação da atuação dos partidos no país, descrevendo as características positivas ou negativas para a institucionalização ou nacionalização do sistema partidário brasileiro.

Dentre as várias dimensões pesquisadas no campo de estudos sobre eleições e sistemas partidários estão as coligações partidárias eleitorais. Elas fazem parte do sistema eleitoral brasileiro desde 1945, sendo proibidas em 1964 com o regime autoritário e voltando ao cenário político após a redemocratização em 1985. Grande parte da produção acadêmica dedica-se à análise das coligações no nível estadual ou nacional, já no âmbito municipal os estudos aparecem em menor número (SOARES, 1964; LIMA JÚNIOR, 1963; MACHADO, 2007; DANTAS, 2007 e 2008; PEIXOTO, 2010; MIGUEL e MACHADO, 2010; ALMEIDA e CARNEIRO, 2003; KRAUSE, 2005; SCHIMITT, 2005; CARREIRÃO, 2006; RIBEIRO, 2010, dentre outros).

O conceito de coligação eleitoral utilizado aqui será baseado na Lei nº 9.504 de 1997. Nesta lei, coligações partidárias consistem, simplificadamente, na união formal de dois ou mais partidos para resultado da contagem de votos e distribuição de cadeiras. Para o uso do termo coligações não se tornar repetitivo, ao longo do texto serão utilizados alguns sinônimos, os mesmos considerados por Dantas (2007): alianças, uniões, acordos e associações eleitorais.

Segundo Mignozzetti, Galdino e Bernabel (2011) os estudos sobre coligações podem ser divididos a partir dos seguintes objetivos: medir a consistência ideológica

¹Esta dissertação é um dos produtos da pesquisa "Representação política no nível municipal no Brasil", coordenada pela Professora Marta Mendes da Rocha no âmbito do Departamento e do Programa de Ciências Sociais da UFJF. A pesquisa conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

das coligações, analisar o impacto das alianças eleitorais na representação política, na fragmentação partidária e nas arenas eleitoral e legislativa e, ainda, investigar as motivações dos partidos ao realizar as coligações. Quanto a esse último aspecto, pode-se dizer que há um consenso na literatura de que o objetivo geral das coligações é maximizar as chances eleitorais dos partidos. Os estudiosos concordam que são diversos os interesses dos partidos em comporem alianças, mas a decisão estratégica das uniões é tomada com base em um cálculo de custos e benefícios eleitorais (SOARES, 1964; SANTOS, 1987; SOUZA, 1990; LIMA JÚNIOR, 1963).

Em busca de resultados eleitorais satisfatórios, muitas vezes, os partidos formam coligações inconsistentes ideologicamente e com partidos distintos nos diferentes níveis da federação. Isso só é possível porque no Brasil não há uma regra que impeça a formação de alianças diferentes entre os partidos no âmbito nacional, estadual e municipal. Sendo assim, dois partidos que são rivais no nível nacional podem se coligar no nível estadual e municipal, permitindo que cada estado e município funcionem como unidades autônomas. Nesse sentido, há um forte debate sobre a verticalização das coligações eleitorais, isto é, a obrigação dos partidos de formarem as mesmas alianças nos três níveis federativos. Essa discussão resultou na introdução da verticalização nas eleições de 2002, por meio da Resolução Nº 20.993 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A decisão foi revogada em 2006 quando o Congresso aprovou a Emenda Constitucional Nº 52 que assegurava aos partidos políticos “autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária”.

As pesquisas sobre coligações partidárias no Brasil têm sido realizadas por meio de métodos quantitativos que observam a formação das coligações nas eleições e combinam dois argumentos principais, o pragmatismo e a ideologia. Isto é, os partidos agem visando maximizar suas chances eleitorais, mas se pressupõe que a ideologia seria um componente moderador dessa decisão (SOARES 1964; SCHMITT, 1999; CARREIRÃO, 2006; CAVALCANTE, 2010; PEIXOTO, 2010; DANTAS e PRAÇA, 2010 e outros). Há poucos estudos de natureza mais qualitativa com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre os atores relevantes na montagem das coligações, suas estratégias, os recursos utilizados e a racionalidade por trás das decisões, aspectos que serão o foco deste trabalho.

Os estudos sobre coligações no nível municipal se valem, principalmente, de técnicas de análise quantitativa com o objetivo principal de encontrar padrões, regularidades e tendências gerais nas estratégias dos partidos. Eles oferecem uma importante contribuição traçando um quadro geral das coligações no nível municipal mostrando que a lógica das coligações municipais pode ser obscurecida pelas características individuais de cada município (DANTAS, 2007), que as coligações no nível municipal podem refletir as articulações no nível estadual (KRAUSE e PRAÇA, 2000; DANTAS, 2009), e que existe um impacto do tamanho do município nas decisões de união dos partidos (PEIXOTO, 2010). Entretanto, tais estudos não permitem compreender a fundo as motivações das elites políticas locais na realização das alianças e em que medida esse processo é afetado por atores que operam em outros níveis, visando outros objetivos. Tomando como ponto de partida os achados desses primeiros estudos, esta pesquisa tem como objetivo realizar uma análise mais aprofundada e compreensiva da dinâmica das coligações no nível municipal.

Desse modo, pretende-se nessa pesquisa, compreender um pouco mais sobre o comportamento dos partidos e suas estratégias na formação das coligações eleitorais municipais. Espera-se, com o estudo, oferecer contribuições para se pensar as articulações entre os diferentes níveis da federação, na medida em que um dos objetivos da pesquisa foi investigar o quanto do processo de montagem das coligações é orientado por fatores relacionados à dinâmica política local e qual é a influência de atores que atuam em outras esferas – estadual e nacional – e o impacto de variáveis estruturais nesse processo.

Como se sabe, os estudos de caso são especialmente indicados para objetos e fenômenos pouco investigados sobre os quais não se tem muita informação (LIJPHART, 1994). A análise de um pequeno número de casos e o emprego de técnicas qualitativas podem contribuir para iluminar os mecanismos em operação a partir da perspectiva dos atores diretamente envolvidos no processo. Neste sentido, a pesquisa pode contribuir para a elaboração de novas hipóteses a serem, posteriormente, testadas para um número maior de casos.

Resta ainda explicar os motivos pelos quais se optou pela investigação do problema no nível municipal. Estudar a política no nível municipal justifica-se, dentre outras causas, pela importância dos municípios na nova ordem constitucional. A partir de 1988 os municípios passaram a ter autonomia política, administrativa e financeira para o exercício de governo e administração próprios. Com isso, os municípios se tornaram

centrais na gestão de políticas públicas, principalmente nas áreas de saúde, educação e assistência social (SOUZA, 2004).

Deve-se considerar, também, que enquanto o estado e a União são ficções jurídicas, o município é o plano concreto no qual se desenrolam os processos sociais e políticos. Além disso, e mais importante, é no nível municipal que ocorre a socialização política de grande parte da elite política brasileira. Dados da pesquisa desenvolvida pelo Centro de Estudos Legislativos da UFMG (CEL-DCP-UFMG, 2007-2008; 2012) junto a deputados estaduais em exercício nos anos de 2007 e 2012 comprovam essa afirmação. No ano de 2007, 28,7% dos deputados estaduais entrevistados já tinham exercido o cargo de vereador e 12,5% já tinham sido prefeitos. Esse percentual, no entanto, pode ser ainda maior já que se solicitou aos deputados que apontassem apenas os três últimos cargos exercidos. De fato, quando se observa apenas os deputados estaduais novatos, o percentual dos que já tinham ocupado o cargo de vereador sobe para 38% e de prefeito para 14,6%. No ano de 2012, no total de deputados estaduais entrevistados, 39,5% já tinham exercido cargo de vereador e 12,8% o cargo de prefeito. Considerando apenas os deputados estaduais novatos, os percentuais eram de 40,5% que já tinham ocupado o cargo de vereador e 9,1% que já tinham exercido o cargo de prefeito.

Há, ainda, os que considerem a eleição municipal como uma espécie de prévia das eleições estaduais e nacionais. Embora não se possa desconsiderar a importância dos pleitos municipais em si mesmos, uma vez que estão referidos às questões específicas dos municípios e oferecem oportunidade ímpar para a discussão de uma agenda propriamente urbana, não se pode negar que as eleições municipais são um evento que interessa a todos os políticos em todos os níveis da federação. Isso porque, nesse momento formam-se alinhamentos políticos e partidários que irão influenciar as eleições dois anos depois. A vitória expressiva de um partido nas eleições municipais, conquistando grande número de prefeituras e cadeiras nas câmaras municipais, lhe oferece uma vantagem competitiva nas eleições gerais, possibilitando aos candidatos do referido partido contarem com ampla base eleitoral e com a atuação de cabos eleitorais no nível local.

A opção por trabalhar com municípios pequenos e médios deve-se ao fato de existirem poucos estudos que tomem esses municípios como objeto de investigação. Além disso, os municípios pequenos representam a grande maioria no país, embora não concentrem a maior parte da população². Se nas capitais a lógica das coligações parece ser

² Segundo o IBGE municípios com até 100 mil habitantes são classificados como de pequeno porte. Estes correspondem a 95% dos municípios brasileiros e a 45,25% da população do país.

mais influenciada pela dinâmica política nacional, nos municípios menores há ainda muito a compreender sobre as motivações das lideranças políticas ao se coligarem. O fato de que o sistema partidário brasileiro encontra-se em processo de nacionalização e de que os partidos demonstrem diferentes graus de presença e capilaridade no território pode sugerir uma grande variedade de dinâmicas neste nível da disputa política.

Neste sentido, o problema central que orientou a investigação foi o processo de formação de coligações eleitorais nos municípios. O objetivo foi investigar quais são os atores centrais envolvidos no processo, suas percepções, estratégias e os recursos mobilizados por eles, assim como suas motivações, em dois municípios, um de pequeno e um de médio porte. Para isso, utilizamos uma abordagem qualitativa, até então, pouco aplicada na investigação dessa temática. Dessa maneira, foram realizadas entrevistas com base em questionários semiestruturados com presidentes de órgãos partidários municipais, candidatos a prefeito e vereadores dos municípios mineiros de Juiz de Fora e Lambari.

2. COLIGAÇÕES ELEITORAIS: TEORIAS E REGRAS

2.1 AS COLIGAÇÕES ELEITORAIS NA CIÊNCIA POLÍTICA

Soares (1964) foi um dos pioneiros a tratar dos motivos concretos pelos quais os partidos criam alianças eleitorais e é um dos autores mais citados pela literatura recente sobre coligações eleitorais no Brasil. Este autor, analisando as coligações para as eleições da Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Senado e governos estaduais, entre os anos 1950 e 1958, esboçou duas explicações para o aumento das alianças nesse período: a economia de esforços e a resistência ideológica. A primeira supõe que os partidos políticos buscam racionalmente maximizar o seu desempenho eleitoral, pois ao coligar-se conseguiriam eleger maior número de representantes, com o mesmo número de votos obtidos sem coligação. A partir dessa teoria, o autor ainda afirma que os partidos pequenos formam alianças para conseguir maior representatividade, uma vez que para eles é mais custoso atingir o quociente eleitoral; por isso tendem a se aliarem mais que os grandes partidos. Na outra teoria, propõe que a localização e a orientação ideológica do eleitor são fatores importantes para explicar o comportamento dos partidos. Afirma que os eleitores de regiões urbanas e industrializadas possuem maior orientação ideológica que os eleitores rurais, o que os tornariam mais resistentes às alianças partidárias inconsistentes ideologicamente. Tal constatação é explicada pelo fato de que o nível de informação na área rural é inferior em comparação com as áreas mais urbanizadas, o que permite aos eleitores urbanos maior orientação ideológica em relação aos eleitores das áreas rurais.

Assim, pode-se observar que para Soares o aumento das alianças não reflete irracionalidade ou inexistência de estruturação no comportamento das organizações partidárias, mas sim o oposto, revelou uma crescente racionalidade do comportamento em face das normas institucionais vigentes e da estrutura socioeconômica. Ou seja, diante das regras e possibilidades legais, os partidos definem suas estratégias e trabalham de acordo com interesses pragmáticos que corroboram com a ideia de que desejam atingir resultados.

Santos (1987), analisando as eleições para a Câmara dos Deputados no período de 1950 a 1962, mostra que a porcentagem de cadeiras preenchidas por meio de alianças

aumentou constantemente com o tempo, passando de 18% em 1950, para 34% em 1954, para 41% em 1958 e chegando a 47% em 1962. E verifica nas formações dessas alianças o surgimento de coligações inconsistentes de partidos orientados pragmaticamente para obter representação na Câmara sem maiores considerações por fatores ideológicos ou pragmáticos. O que parece corroborar a ideia de que as alianças se orientam por uma racionalidade de tipo estratégica. Para o autor o aumento das alianças tem um aspecto negativo, uma vez que produzem distorções na representação.

O trabalho de Campello de Souza (1990) abrange duas questões, a primeira delas refere-se às tendências, ao longo do tempo, no número e nos tipos de alianças interpartidárias nas eleições para a Câmara dos Deputados e para as assembleias estaduais. A segunda diz respeito à racionalidade do comportamento aliancista dos partidos, isto é, o quanto as coligações permitem aos partidos assegurar ou ampliar a sua representação parlamentar. Em relação à primeira perspectiva, a autora afirmou que haveria uma tendência nacional crescente à formação de coligações, algumas por afinidades ideológicas e outras por estratégia para obter representação partidária. Enfatizando, no entanto, que em todas as coligações era possível observar “estratégias de ganho eleitoral racionalmente elaboradas”. A autora conclui haver:

indícios de que o comportamento aliancista era um padrão nacional e crescente, embora com ritmos diferentes, e que não era errático; ao contrário, acompanhava, em alguns casos, afinidades ideológicas, noutros, estratégias de expansão partidária, e, em todos, estratégias de ganho eleitoral racionalmente elaboradas (CAMPELLO DE SOUZA, 1990, p. 160).

Lima Júnior (1983) estudando as eleições no período de 1950 a 1962, para a Câmara dos Deputados e assembleias legislativas, propõe uma crítica à teoria do esforço mínimo. Apesar de concordar que a ação dos partidos se orienta por uma racionalidade estratégica, acredita que essa afirmação tem uma limitação explicativa, pois não leva em conta as variações contextuais que incidem sobre os cálculos das lideranças partidárias. Nesse sentido, afirma que as estratégias que acarretam a formação de alianças têm caráter dual: são racionais por visar à maximização de apoio eleitoral e são contextuais na medida em que sua formação é impactada pela força local dos partidos. O autor cria, assim, a tese da “racionalidade política contextualizada”, onde a força local de um partido constitui o principal determinante de qualquer decisão sobre a formação de alianças. Isso acontece devido à impossibilidade dos partidos formarem uma

organização suficientemente integrada nos três níveis e uma coordenação capaz de estabelecer uma estratégia eleitoral nacional.

Lavareda (1999), observando a relação entre as coligações para o governo estadual e as assembleias legislativas, propõe que o motivo que leva os pequenos partidos a realizar coligações é alcançar o quociente eleitoral, ou seja, a formação de alianças torna-se necessária a partir do momento em que amplia suas possibilidades de ganhos eleitorais. Quanto aos grandes partidos não é tão claro assim o motivo pelo qual formam coligações, pois tanto concorrendo sozinhos quanto coligados obteriam êxito. Entretanto, supõe-se que os grandes partidos encontram vantagens no apoio dos pequenos nas campanhas majoritárias, uma vez que para eleição ao cargo majoritário o que conta é o maior número de votos e não o quociente eleitoral.

Em um trabalho muito citado pelos estudiosos do tema, Rogério Schimitt (1999) busca analisar o grau de consistência ideológica das coligações para as eleições da Câmara dos Deputados entre 1986 e 1994. No período analisado, o autor demonstra que: 16% das coligações são inconsistentes, formadas entre partidos de ideologias opostas (esquerda e direita), 66% das alianças envolvem apenas partidos do mesmo campo ideológico (consistentes), e 18% são uniões de partidos de direita ou esquerda com partidos de centro (consistência mediana).

O padrão, portanto, não revela um quadro de completa incoerência ideológica dos partidos como geralmente é apontado pelo diagnóstico predominante nos meios de comunicação. Outra conclusão importante a que chega Shimitt é a de que a coerência ideológica das coligações pós-redemocratização é superior à coerência obtida com as alianças no primeiro período democrático 1946-64. Ainda, o autor identifica mais consistência nas coligações feitas pelos partidos classificados como de direita, que pelos de esquerda.

Carreirão (2006) analisando as coligações realizadas nas eleições para governador, deputado federal, deputado estadual e prefeito, no período de 1986 a 2004, em Santa Catarina, mostra que não há uma coerência ideológica total nas coligações realizadas, contudo, a porcentagem das alianças incoerentes é muito baixa, não ultrapassando 16% em nenhuma das candidaturas pesquisadas, corroborando a constatação de Shimitt (1999). Outro dado importante encontrado aponta que a coerência ideológica das coligações realizadas no período vem caindo ao longo do tempo. O autor conclui que os partidos estariam aprendendo que os benefícios de se coligarem são maiores, independentemente do tipo de coligação realizada, pensamento

que favorece a hipótese da racionalidade instrumental por trás das coligações. O autor também contesta a hipótese sobre a possibilidade dos partidos serem punidos caso desertem de suas bases ideológicas. Com os dados levantados, o autor conclui que não houve punição pelos eleitores dos candidatos que faziam parte de coligações ideologicamente inconsistentes, uma vez que continuaram recebendo um número significativo de votos.

Cavalcante (2010) analisa as alianças para a eleição de deputados federais em 2002 e 2006, pretendendo perceber se as coligações partidárias apresentam um padrão ideológico nacional nas diferentes regiões que compõem o cenário político brasileiro. Observa que na maioria das regiões brasileiras predominaram as alianças de coerência moderada, concluindo, assim como Shimitt (1999) e Carreirão(2006), que apesar de ter como objetivo a maximização de ganhos eleitorais os partidos se interessam por formar acordos eleitorais dentro do mesmo eixo ideológico. Contudo, a autora destaca que as uniões eleitorais não seguem um padrão nacional, as coligações não se repetem nas regiões analisadas e são formadas de acordo com contextos sociopolíticos diferenciados que estão presentes em cada estado e região do Brasil.

A autora contribui também para o debate sobre a importância diferenciada das coligações para os pequenos e grandes partidos. Verifica que os partidos pequenos levam vantagem com as alianças, pois elas são um instrumento para conseguirem representatividade. Entretanto, os grandes partidos têm outros benefícios como, por exemplo, o aumento do tempo de exposição na mídia, a possibilidade de lançar maior número de candidatos, entre outros. Estes últimos buscam, também, compor coligações com os partidos menores para diminuir a rivalidade e ganhar apoio na eleição majoritária e porque as coligações contribuem para a “soma na contabilização de votos, que pode ser importante na disputa das sobras” (CAVALCANTE, 2010, p.97).

A relação entre as coligações e o tamanho do partido também é analisada por Jairo Nicolau (1996). O autor apresenta cinco variáveis que levariam os partidos a fazerem alianças. A primeira e a segunda seriam o tamanho do partido e a magnitude do distrito eleitoral, quanto menor forem as duas, maior a probabilidade dos partidos se coligarem. A terceira é o tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral: realizar alianças eleitorais significaria ampliar o tempo de exposição nos meios de comunicação. A quarta faz menção ao poder de chantagem dos partidos, isto é, um partido prefere se aliar a outro para não deixá-lo apoiar um adversário. A última, leva em conta o número de candidatos que os partidos poderão lançar nas eleições parlamentares, já que ao se

coligarem esse número aumenta, segundo a legislação. Essa discussão é importante para a presente pesquisa na medida em que aponta algumas das estratégias e dos recursos mobilizados pelas lideranças partidárias nas coligações. Identificar esses recursos e estratégias, como já afirmado, foi um dos objetivos desta pesquisa.

Em relação aos estudos clássicos sobre os partidos políticos, somente dois autores destacam-se por fazerem considerações relevantes a respeito das coligações eleitorais. As contribuições de Duverger (1987) e Panebianco (2005) sobre essa temática caminham em sentido semelhante aos elementos levantados pelos autores que tratam diretamente das coligações.

Duverger (1987) aponta que as alianças podem variar entre provisórias, são aquelas efêmeras e desordenadas que os partidos realizam apenas para obter vantagens nas eleições, e as duráveis, as quais podem se assemelhar a um grande e sólido partido. As regras eleitorais desempenham papel determinante na formação das coligações. As eleições proporcionais pressupõem independência completa dos partidos, os pleitos majoritários de dois turnos inspirariam alianças mais estreitas, nas eleições majoritárias de turno único com regime bipartidário elas quase inexistiriam, mas em sistemas multipartidários haveria tendência para uniões fortes e duráveis. Importante, ainda, destacar que o autor reconhece a diversidade dos acordos eleitorais com relação às esferas nacional, estadual e municipal e afirma que essa ocorrência está relacionada ao grau de centralização dos partidos.

Segundo as reflexões de Panebianco (2005), os partidos sofrem impactos ao longo do tempo por uma série de fatores, como o ambiente em que operam e as regras eleitorais. As alianças seriam uma ação comum entre os partidos. É relevante destacar um dos pontos de sua teoria que possui relação com a proposta deste trabalho, o grau de homogeneidade, o qual aponta a semelhança ou a divergência entre as unidades federativas, buscando medir a prevalência e sistematização do comportamento partidário em todo território nacional. Uma característica institucional que dificultaria essa homogeneidade seria o federalismo, que para o autor indicaria uma tendência à descentralização dos partidos políticos, com comportamentos e espaços diferentes em cada unidade. Isso significaria legendas que se mobilizam melhor em torno de questões locais. No entanto, para Panebianco essa inconsistência entre níveis federativos não indicaria caos, mas sim, uma lógica pautada em diferentes ordens regionalizadas.

A literatura discutida oferece importantes subsídios para esta pesquisa que tem como objetivo investigar a racionalidade dos atores centrais na montagem das

coligações em municípios de pequeno e médio porte e identificar as estratégias e os recursos mobilizados por eles. Segundo a linha de argumentação desses autores, líderes partidários decidem se coligar para ampliar suas chances eleitorais e maximizar o número de cargos conquistados no Executivo e no Legislativo. Contudo, há motivações mais específicas. No caso dos pequenos partidos, a coligação nas eleições proporcionais com partidos maiores pode ser a única forma de superar o quociente eleitoral e obter representação. Os partidos grandes, por sua vez, podem ter o interesse de se coligarem com pequenos partidos para ganhar apoio na eleição majoritária, impedindo que eles façam alianças com seus concorrentes, para ampliar o número de candidatos lançados e/ou para aumentar seu tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. Os recursos utilizados pelas lideranças partidárias seriam, para o caso dos partidos grandes, seu próprio tamanho e a forma como este favorece os partidos pequenos. Estes últimos utilizam sua força e penetração em determinadas localidades e junto a certos grupos como instrumento de barganha já que estes recursos podem se traduzir em mais votos, importantes para o sucesso dos partidos grandes nas eleições majoritárias.

Pode-se perceber que dentre os fatores elencados pela literatura na explicação do comportamento aliancista dos partidos, três, pelo menos, remetem diretamente à noção de racionalidade contextualizada de Lima Júnior: a magnitude do distrito, o tamanho dos partidos e a busca pela desestabilização dos adversários. Se tais fatores são importantes na explicação do comportamento das lideranças partidárias, isso significa que as estratégias e os recursos dos partidos sofrerão importantes variações em função do nível e do local onde a disputa é travada. Essa consideração passa a ter importantes implicações quando se passa para a escala do município, tendo em vista três principais pontos. Em primeiro lugar, os partidos grandes e pequenos nacionalmente podem não ser em determinados estados e municípios. O desempenho dos principais partidos brasileiros nas eleições nos diferentes níveis da federação sugere que existam no Brasil subsistemas partidários nos termos propostos por Lima Júnior. No segundo ponto pode-se citar a magnitude dos distritos, que consiste no número de cadeiras em disputa, e varia enormemente no Brasil, indo de nove vereadores, nos municípios de até 15.000 habitantes a 55 vereadores, nos municípios com mais de 8.000.000 habitantes, segundo disposto pela Emenda Constitucional Nº 58 de 2009. E por último, se ao definir seus parceiros de coligação os partidos buscam desestabilizar seus principais adversários, isso significa que, mais uma vez, características do contexto são centrais. Remetem,

portanto, à importância de se considerar o histórico da competição política na localidade para se compreender as escolhas realizadas pelas lideranças partidárias.

Para vários autores o caráter estratégico das coligações não significa total desconsideração pelos limites ideológicos. Contudo, apesar de vários estudos apontarem que a ideologia tem influência nas decisões dos acordos eleitorais, não há na literatura um consenso sobre isso. São necessários mais estudos empíricos sobre a disputa para os diversos cargos e níveis (municipal, estadual e federal) para que se possa ter uma compreensão maior do peso dos fatores ideológicos e programáticos na decisão de se coligar ou não. Em relação a essa questão é preciso considerar as regras para eleição no Brasil que, como é consenso na literatura, resultam em alto grau de personalização da disputa. Mesmo as eleições proporcionais, nas quais os votos deveriam ser partidários, são caracterizadas, no Brasil, por centrarem-se nos candidatos individualmente. Esse comportamento é apontado por estudiosos como consequência da lista aberta (SCHMITT, CARNEIRO e KUSCHNIR 1999; NICOLAU, 2006). Ainda que seja possível votar apenas nas legendas partidárias, essa regra dificulta a cristalização das identidades partidárias gerando incentivos para que os candidatos invistam mais na sua reputação pessoal e não na reputação partidária já que o modelo atual produz competição intrapartidária, isto é, candidatos de um mesmo partido competem diretamente entre si pelo voto do eleitor.

Desse modo há consenso sobre a pouca importância do partido na arena eleitoral, mesmo que outros estudos sugiram sua importância na arena parlamentar, como ocorre na Câmara dos Deputados onde eles desempenham papel importante na estruturação dos trabalhos legislativos (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999). Ademais da obrigatoriedade de que os candidatos estejam filiados a um partido político um ano antes do pleito, os partidos exercem controle limitado nas eleições que parecem girar muito mais em torno de pessoas. Nesta arena, os candidatos montam bases independentes de campanha eleitoral, firmam compromissos e buscam recursos para as campanhas individualmente.

Se a literatura converge na constatação de que os partidos, no Brasil, têm pouca relevância na arena eleitoral, em comparação com outros países que adotam outros formatos de sistema eleitoral, por outro lado, não se pode negar que eles tenham alguma relevância. Compreender o papel que desempenham e a mediação que fazem na montagem das coligações, por exemplo, pode ser um bom caminho para melhor compreender seu peso e importância na esfera subnacional.

2.2 ABORDAGENS ACERCA DAS COLIGAÇÕES NO NÍVEL MUNICIPAL

Machado e Miguel (2011) identificam três dimensões importantes para o estudo das coligações partidárias no nível municipal. Além das duas expostas anteriormente, pragmatismo e ideologia, consideram a perspectiva territorial da disputa. Considerando a existência de mais de um nível de disputa política, os autores propõem que esse fator causa influência na dinâmica de interação partidária. Aspecto enfatizado por Lima Júnior (1983), quando afirma que não existe uma racionalidade única e sim uma variação nas unidades subnacionais.

No trabalho de Dantas (2007), encontra-se uma contribuição para essa tese. Na tentativa de entender a lógica das eleições municipais, o autor aponta que é possível detectar algum padrão nacional nas coligações realizadas pelos partidos. Ainda assim, esse padrão seria frequentemente obscurecido por características não observáveis de cada município individualmente. Dantas apresenta indícios que mostram o ordenamento estadual dos partidos como algo mais forte do que aspectos de ordem nacional. Para dar sustentação a seu argumento cita Panebianco (1990), “para quem as nações federativas tendem a reproduzir organizações partidárias descentralizadas, o que resultaria em mobilizações em torno de questões locais”. O autor reforça essa ideia ao citar a análise de Dalmoro e Fleischer (2005) sobre as coligações em eleições proporcionais no nível estadual. A conclusão a que os dois autores chegam é a de que no Brasil pode-se encontrar:

Diferenças regionais gritantes e distorções que variam de acordo com o tamanho das circunscrições, que ficam acobertadas quando são observados os dados nacionais. Entretanto, o Brasil não é uma grande circunscrição. Pelo contrário, são 27, com tamanhos variados e realidades diametralmente opostas (DALMORO e FLEISCHER, 2005, p.109, *apud* DANTAS, 2007).

Nas conclusões, Dantas sugere que questões locais têm maior destaque, apontando a existência de pouco controle por parte de organismos partidários nacionais sobre as realidades municipais. Esses argumentos ressaltam ainda mais a importância de se investigar as coligações nos contextos municipais de modo a contribuir para a compreensão de como as características contextuais dos partidos afetam os acordos eleitorais.

No estudo de Jorge (2004) das eleições municipais nas cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre 1992 e 2000, o autor constata o crescimento do número de partidos dentro de uma coligação a cada eleição, a diminuição na consistência ideológica dos acordos e um uso cada vez mais frequente desse instrumento nas estratégias partidárias, reafirmando os resultados apresentados por Carreirão (2006). Essa utilização mais constante das coligações e sua maior heterogeneidade ideológica incentivam o questionamento sobre a influência do cenário local em que estão inseridas. Como exposto por Nicolau (1996) em contextos de magnitude eleitoral baixa amplia-se a tendência dos partidos de fazerem acordos eleitorais. E a ampliação da heterogeneidade das coligações pode ser resultado de um cenário local significativamente complexo, como afirma Dantas (2007) o que pode refletir outro tipo de racionalidade em operação, nos moldes propostos por Lima Júnior (1983), orientada por aspectos da dinâmica política local.

Peixoto (2010) demonstra que o tamanho do município é uma variável importante para o estudo das coligações. Em sua tentativa de explicar as alianças municipais relacionou coligações com formações ideológicas distintas com variáveis sociais de todos os municípios brasileiros, mas apenas a densidade demográfica apareceu com resultado significativo. O autor confirma a hipótese de que quanto menor o número de habitantes em um município maiores são as chances de ocorrer coligações inconsistentes ideologicamente. Peixoto (2010) ressalta dois argumentos para explicar essa constatação. Primeiramente, com a expansão de suas bases organizacionais para municípios onde não haviam competido anteriormente, os partidos encontram forças locais já consolidadas. Assim, para entrarem na competição na localidade seriam obrigados a relaxar o requisito da afinidade ideológica. Além disso, os custos eleitorais nos municípios seriam maiores quando comparados com o número de cadeiras em disputa nas eleições proporcionais, tornando mais difícil alcançar o quociente eleitoral.

Outra importante discussão remete a em que medida as coligações no nível municipal refletem as articulações no nível estadual. Para isso, pode-se destacar a pesquisa de Krause e Paiva (2000). As autoras analisam o desenvolvimento das alianças eleitorais nas disputas para o cargo de prefeito no estado de Goiás, no período de 1983 a 2000. A partir dos dados produzidos afirmam que o poder executivo exerce grande influência sobre os partidos e o sistema partidário estadual contribuindo para o aumento das coligações eleitorais. No entanto, ressaltam que não é essa a única variável que

explica a tendência de ampliação das alianças partidárias. Essa variação, também, pode ser explicada pelo grau de institucionalização dos partidos.

Analisando a influência do governo estadual nas alianças municipais, Dantas (2009) mostra “que o posicionamento dos partidos em nível estadual é capaz de explicar o comportamento dos partidos nas eleições municipais de forma mais eficiente que o alinhamento em torno do governo federal”, a partir de dois pontos principais. Observando disputas municipais majoritárias entre as eleições de 2000 e 2008, o autor propõe, primeiramente, que o partido do governador possui um peso explicativo do alinhamento na disputa majoritária municipal. Chega a essa conclusão a partir dos dados produzidos em sua tese de doutorado, a qual mostra a presença quase plena do partido do governador nas eleições para prefeito em 2000. Com exceção de três estados (RS, PR e SE), em todos os outros, pelo menos em 90% das vezes o partido dos governadores estavam presentes nas coligações para as eleições municipais em seus respectivos estados. O outro ponto importante exposto foi que os partidos que protagonizam as eleições para governador, marcadas geralmente por dois partidos, são aqueles que também se destacam nas eleições municipais. Como é possível ver nos dados apresentados em Dantas (2007), o autor demonstra que normalmente dois dos dez partidos considerados em sua pesquisa (PPB/PP, PFL/DEM, PL, PTB, PMDB, PSDB, PPS, PDT, PSB e PT) conquistaram mais de 40% das prefeituras. Nesse sentido, conclui que o cenário político estadual impacta significativamente a disputa eleitoral nos municípios.

Os estudos citados sugerem que características do contexto estadual - como o partido do governador e a influência do Executivo estadual – características demográficas e fatores associados à disputa política local são centrais para a compreensão da dinâmica das coligações no nível municipal. Os argumentos elencados pelos autores, ainda que salientem o papel de variáveis que se prestam a um tratamento quantitativo, parecem sinalizar na direção de investigações de caráter mais qualitativo capazes de iluminar lógicas que são obscurecidas em análises com dados agregados. O conhecimento acumulado sobre o tema é um ponto de partida valioso. Trata-se, agora, de avançar a partir de outros métodos e técnicas de pesquisa que permitam lançar luzes sobre os mecanismos em operação no nível local, o impacto de fatores estruturais, os constrangimentos interpostos às ações e escolhas das lideranças partidárias, seus recursos e estratégias, a partir da percepção dos atores diretamente envolvidos no jogo.

Considerando que as instituições e regras fornecem a moldura a partir da qual os atores políticos fazem suas escolhas e definem suas estratégias, a próxima etapa deste trabalho volta-se para a análise das regras vigentes que versam sobre os partidos políticos, as eleições e, principalmente, as que regulam as coligações eleitorais no Brasil.

2.3 AS COLIGAÇÕES ELEITORAIS NO CENÁRIO INSTITUCIONAL BRASILEIRO

Sabe-se que o Brasil é marcado por grande homogeneidade institucional nas três esferas da federação. No que se refere aos traços centrais do sistema político encontra-se o presidencialismo como sistema de governo, o sistema majoritário para a eleição dos representantes no Poder Executivo e o sistema proporcional de lista aberta para a eleição dos representantes no Legislativo (com exceção dos senadores que são eleitos pelo sistema majoritário). A organização político-administrativa é federativa com três unidades reconhecidas como autônomas: a União, os estados e os municípios. Os municípios têm autonomia política, administrativa e financeira. Isso significa que os cidadãos dos municípios podem eleger seus representantes no Legislativo e no Executivo, elaborar sua própria lei orgânica, legislar sobre assuntos de interesse local e instituir e arrecadar os impostos de sua competência e aplicar suas rendas. A partir da Constituição de 1988 os municípios passaram a ter maior importância na execução e na gestão de políticas públicas nas áreas de saúde, educação e assistência social.

O número de vereadores nas câmaras municipais pode variar entre 9 a 55 sendo o número definido proporcionalmente à população de cada município, como definido pela Emenda Constitucional Nº 58 de 2009. Como já afirmado, alguns estudos sugerem que o número de cadeiras em disputa influencia o comportamento dos partidos, na medida em que quanto menor o número de cadeiras maior o esforço para se atingir o quociente eleitoral (PEIXOTO, 2010).

O cálculo do coeficiente eleitoral para a eleição proporcional é feita como demonstram Freitas e Mesquita (2010):

(...) somam-se os votos dados, no distrito, aos candidatos, bem como os votos de legenda de cada partido da coligação. Divide-se este valor pelo quociente eleitoral - divisão dos votos válidos pelas cadeiras em disputa - desprezando as sobras e chega-se ao quociente partidário. Depois prossegue-se a distribuição das sobras, dividindo os mesmos votos recebidos pelo número de cadeiras recebidas mais 1, o partido ou coligação que tiver a maior média resultante do cálculo recebe a primeira cadeira das sobras. Este cálculo é repetido até que todas as cadeiras sejam preenchidas. As cadeiras obtidas são ocupadas pelos candidatos mais votados de cada lista. É importante destacar que a coligação funciona como uma única lista, ou seja, os mais votados da coligação, independente do partido ao qual pertençam, eagem-se (pp.2-3).

As coligações são tratadas como um único partido na distribuição de cadeiras como consta no artigo 107 do Código Eleitoral³. Dessa forma, no caso dos municípios, os votos dados para vereador (na legenda ou para o candidato) de todos os partidos coligados são somados. Posteriormente a essa contagem, as cadeiras são preenchidas pelos candidatos mais votados entre os partidos que compõe a aliança. Essa contagem faz com que a chance de superar o quociente eleitoral seja maior para os partidos coligados do que para os que concorrem sozinhos. Esse fato é demonstrado por Nicolau (1996) que, analisando a bancada do Rio de Janeiro na Câmara de Deputados em 1990, mostra quetrês partidos (PCB, PCdoB e PSB), por estarem coligados, receberam cadeiras mesmo apresentando votação inferior ao quociente eleitoral.

O Art. 6º da Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997, designada como Lei das Eleições, trata das coligações partidárias. Determina que:

Art. 6º É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.

A lei possibilita que, a partir da existência de uma coligação para o cargo majoritário, os partidos que a integram venham a formar entre si diferentes coligações para concorrerem juntos às eleições no pleito proporcional. Nesse sentido, nenhum partido poderá se coligar na eleição proporcional com qualquer outro que não esteja na formação da aliança majoritária. Como exemplo, se os partidos A, B e C se coligarem para concorrer à eleição majoritária, poderão também celebrar a coligação para a

³Art. 107. Determina-se para cada partido ou coligação o quociente partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração.

proporcional. Poderão, ainda, concorrerem isoladamente, ou se coligar apenas os partidos A e C, ou A e B, ou B e C. Todavia, B não poderia se coligar com D para a proporcional, pois tal partido é estranho à coligação majoritária.

Essa lei, ainda, determina que:

§ 1º A coligação terá denominação própria que poderá ser a junção de todas as siglas dos partidos que a integram, sendo a ela atribuídas as prerrogativas e obrigações de partido político no que se refere ao processo eleitoral, e devendo funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários.

Pode-se ver que a legislação outorga à coligação as mesmas prerrogativas e obrigações de partido político no que se refere ao processo eleitoral. Assim, a lei determina que a coligação deve funcionar como se fosse um só partido perante a Justiça Eleitoral. Mas, é importante ressaltar que essa união tem caráter temporário e se restringe ao processo eleitoral (RESOLUÇÃO DO TSE N° 22.580/2007).

Como consta no artigo 10 da Lei nº 9.504, a coligação tem a possibilidade legal de registrar maior número de candidatos ao pleito proporcional em relação aos partidos que concorrem individualmente. Os partidos isolados podem registrar candidatos até uma vez e meia (1,5) o número de vagas da casa legislativa. No caso de coligação, entretanto, a possibilidade é de registrar até o dobro de candidaturas em relação ao número de lugares a preencher. Isso significa que se existem 20 vagas na câmara municipal, cada partido pode registrar 30 candidatos (20 x 1,5), mas cada coligação pode registrar 40 candidatos (20 x 2).

O Tempo do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), que é tratado no artigo 47, caput e incisos VI e VII, e 51, caput e incisos I a IV, da Lei nº 9.504/97, é distribuído a cada partido seguindo dois critérios: 1/3 do tempo é distribuído igualmente entre todos os partidos e coligações; 2/3 do tempo é destinado aos partidos e coligações na proporção da representação que possuem na Câmara dos Deputados. O tempo de propaganda destinado à coligação corresponde à soma do tempo de cada partido que compõe a aliança, de acordo com o artigo 46, inciso 2º, da Lei das Eleições. O que mostra como as regras vigentes, no que se refere à propaganda eleitoral, tornam as alianças atrativas para os partidos. Essa atratividade, no entanto, deve ser matizada no caso dos municípios de pequeno e médio porte porque a exibição dos candidatos aos cargos majoritários e proporcionais no HGPE depende de condições

legais e tecnológicas inexistentes em grande parte dos municípios do país (JARDIM, 2004). Isso significa que, em muitos municípios, os partidos que competem no pleito municipal não contam com um palanque eletrônico e os eleitores assistem, no HGPE, a propaganda de candidatos que concorrem em outros municípios⁴.

Segundo a Constituição (CF/88, Art. 17, § 1º, com redação dada pela EC N° 52/2006) os partidos políticos ficam livres para definir os critérios de escolha dos parceiros e o regime de suas coligações partidárias, podendo fazer alianças diferenciadas para cada nível da federação (nacional, estadual e municipal). Assim, não existe obrigatoriedade de que os partidos coligados para concorrerem juntos na eleição presidencial celebrem nos estados ou municípios coligações idênticas para os demais cargos. Também não há exigência de que as alianças eleitorais para concorrer ao governo em um Estado sejam replicadas nos outros, o mesmo ocorrendo nos municípios, onde as coligações partidárias celebradas em certa cidade podem ser completamente diferentes daquelas firmadas nas cidades vizinhas.

A regra da verticalização das coligações eleitorais se aplicou apenas para as eleições de 2006, devido a uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral consubstanciada na Resolução N° 21.002/2002:

Os partidos políticos que ajustarem coligação para eleição de presidente da República não poderão formar coligações para eleição de governador de estado ou do Distrito Federal, senador, deputado federal e deputado estadual ou distrital com outros partidos políticos que tenham, isoladamente ou em aliança diversa, lançado candidato à eleição presidencial.

Essa resolução definiu que as coligações estaduais deveriam refletir as coligações formadas para a eleição presidencial. A decisão teve por fundamento, principalmente, o caráter nacional dos partidos, exigência constante no Art. 17, inciso I, da Constituição Federal de 1988. Como já afirmado, em 2006, a regra da verticalização foi abolida quando o Congresso aprovou a Emenda Constitucional N° 52.

⁴Como mostra Jardim (2004), “das modalidades de emissoras de televisão existentes, as relacionadas ao acesso dos municípios ao HGPE em eleições locais são as geradoras comerciais e as retransmissoras educativas mistas, pois são as únicas em plenas condições técnicas para a geração de imagem própria” (2004, p. 51). A autora mostra que nas eleições municipais de 2000, no estado de São Paulo, 47% do eleitorado teve acesso ao horário gratuito na televisão como fonte de informação política. Contudo, eleitores de municípios da região metropolitana de São Paulo não contam com o mesmo recurso: os eleitores de toda a região do ABCD, mais Guarulhos e Osasco, assistem na televisão à propaganda eleitoral dos candidatos da cidade de São Paulo.

Outra regra de fundamental importância está prevista no artigo 1º da Lei nº 9.504, que prevê que as eleições municipais devem ocorrer em momento diferente das eleições estaduais e nacionais. Assim, quando as eleições municipais ocorrem já há um quadro definido nos estados e no nível nacional no que se refere ao ordenamento e ao alinhamento dos partidos e forças políticas. Tal estado de coisas leva ao questionamento acerca da influência das lideranças políticas que ocupam cargos no nível nacional e estadual na formação das alianças locais, aspecto que se pretende explorar nesta pesquisa.

Ainda é fundamental destacar a lei que regula a organização partidária: a Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995, a qual dispõe sobre partidos políticos, regulamentando os artigos 17 e 14, parágrafo 3º, inciso V, da Constituição Federal de 1988. No artigo 3º dessa lei está assegurada “ao partido político, autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento”. No artigo 14º a liberdade é reforçada indicando que “o partido é livre para fixar, em seu programa, seus objetivos políticos e para estabelecer, em seu estatuto, a sua estrutura interna, organização e funcionamento”. O artigo 15º versa sobre o conteúdo do programa partidário e evidencia a grande autonomia de que gozam os partidos brasileiros para definir, entre outras coisas, os procedimentos de reforma do programa e do estatuto, as formas de filiação e desligamento de membros, formas de organização e administração internas e de eleição de dirigentes nos três níveis da federação. Mais importante, é reservada aos partidos autonomia para definir as “condições e forma de escolha de seus candidatos a cargos e funções eletivas”, suas “finanças e contabilidade, estabelecendo, inclusive, normas que os habilitem a apurar as quantias que os seus candidatos possam despendar com a própria eleição, que fixem os limites das contribuições dos filiados e definam as diversas fontes de receita do partido, além daquelas previstas nesta Lei” e os critérios de distribuição dos recursos do Fundo Partidário entre os órgãos de nível municipal, estadual e nacional que compõem o partido.

Recentemente foi aprovada a Lei nº441 de 2015 que redefine critérios para o acesso aos recursos do Fundo Partidário e à propaganda eleitoral. Ela estipula normas que tendem a fortalecer a organização partidária forçando os partidos a ampliarem o número das comissões provisórias. A nova regra determina que somente terão direito a recursos do Fundo Partidário, os partidos com diretórios permanentes em 10% dos municípios distribuídos em 14 estados até 2018, e ainda, em 20% dos Municípios brasileiros distribuídos em pelo menos 18 Estados, até 2022. Em termos semelhantes,

restringe o acesso à propaganda partidária nacional para as legendas que constituírem diretório estadual permanente em mais da metade das unidades da Federação. No que se refere ao HPGE estadual, o acesso será garantido ao partido que organizar diretório municipal permanente em mais de 30% dos municípios dos respectivos estados, no prazo máximo de 2022. No caso do Distrito Federal, o diretório metropolitano precisa ser de caráter fixo⁵.

As regras que regulam o funcionamento das eleições e dos partidos no Brasil abrem a possibilidade de existência de padrões muito distintos nas diferentes unidades da federação no que tange ao comportamento e às escolhas das lideranças partidárias. O grau de autonomia dos partidos brasileiros na arena eleitoral parece abrir espaço para uma grande variedade de estratégias tornando possível aos seus líderes adaptarem seu comportamento em função de características do contexto de modo a maximizarem seus ganhos eleitorais. O que, novamente, reforça a necessidade de um olhar mais detido sobre as distintas realidades locais.

⁵ Tratando também sobre recursos partidários, a PEC 182/07, em tramitação, versa sobre o financiamento privado de campanhas, permitindo doações de pessoas físicas e jurídicas para os partidos políticos e proibindo doações de pessoas jurídicas para candidatos. A emenda já teve sua aprovação na Câmara em primeiro turno em 17 de junho de 2015. Ainda precisa ser aprovada no Senado e nas duas casas em segundo turno para ser transformada em norma jurídica. De toda forma, pode-se dizer que já ultrapassou uma importante barreira já que, como demonstram Rocha e Silva (2015), apenas 1,7% das PECS sobre o jogo político, de 1988 a 2010, chegaram a ser votadas em plenário no 1º turno.

3. PARTIDOS POLÍTICOS E SISTEMA PARTIDÁRIO

Para dar continuidade ao estudo do tema proposto propõe-se, nessa seção, apresentar alguns estudos sobre partidos políticos que ajudam a compreender o peso dos elementos organizacionais no processo eleitoral. Para isso serão abordadas teorias clássicas sobre os partidos políticos, estudos sobre o sistema partidário brasileiro e algumas questões sobre a estrutura organizacional dos partidos no Brasil.

Os estudos clássicos que inauguram a preocupação focada nos partidos políticos buscavam caracterizar as instituições políticas a partir da extensão do sufrágio universal, na segunda metade do século XIX e início do século XX (Dahl, 1997). Alguns autores apresentavam uma visão pessimista afirmando que a organização dos processos políticos-eleitorais por intermédio de partidos de massas poderia corromper o regime democrático (PERES, 2009). Michels (2001), um grande disseminador dessa ideia, ao analisar o Partido Social-Democrata alemão (SPD), afirmou que qualquer partido, mesmo os democráticos, tendia a se converter em uma oligarquia, com estrutura burocrática e direção comandada por poucos. Tendência conhecida como “Lei de Michels”, ou “Lei de Ferro da Oligarquia”.

Uma visão um pouco mais otimista em relação à dinâmica democrática foi apresentada por Maurice Duverger (1987) em “Os Partidos Políticos”, obra considerada uma das principais contribuições aos estudos na área. O autor foi pioneiro em aprofundar os estudos sobre partidos por meio da elaboração de uma tipologia e de uma teoria geral dos partidos políticos. Dentre suas várias contribuições, destaca-se a ideia de que a origem do partido e a sua ideologia são variáveis explicativas importantes para compreender os aspectos organizacionais, o desenvolvimento e o comportamento dos partidos políticos (AMARAL, 2013).

Posteriormente a Duverger (1987), outros autores surgiram com o intuito de criar modelos partidários na busca de um retrato fiel da realidade. Mair e Katz (1997) representaram uma evolução a partir dessas teorias. Para os autores existiriam quatro momentos diferentes na evolução dos partidos: 1) partidos de quadros, 2) partidos de massas, 3) partidos *cath-all* e 4) partidos cartel.

O primeiro e o segundo tipos remontam a Duverger (1987), sendo partidos que não se preocupam em arregimentar grandes quantidades de filiados e participantes, não possuindo muitos membros e procurando selecionar os participantes mais influentes. O

poder decisório se concentrava nas mãos da elite parlamentar, sem quaisquer ligações orgânicas entre os mandantes e o povo, o que garantia grande autonomia aos parlamentares. Sua estrutura interna não exigia rigidez o que tornou estes partidos conhecidos pela sua estrutura flexível, sem disciplina de voto.

Em oposição, se encontram os partidos de massa que são os partidos socialistas e comunistas, aqueles mais próximos da concepção marxista de partido de classe, caracterizados pela criação de mecanismos para a integração dos grandes contingentes de trabalhadores. Os partidos de massas, por sua vez, têm sua origem em grupos da sociedade civil e se caracterizam por uma estrutura centralizada que pressupõe um nível significativo de engajamento por parte dos seus membros e subordinação dos parlamentares ao partido.

Na década de 1960 surge outro modelo de estrutura partidária, o partido *catch-all*. O primeiro autor a demonstrar essas mudanças e a desenvolver esse novo modelo foi Otto Kirchheimer ([1966] 2012). Segundo o autor, com as mudanças sociais na Europa Ocidental, pós II Guerra Mundial, “os partidos de massa estavam gradualmente transformando-se em agremiações diluídas ideologicamente, com apelos genéricos a todos os grupos sociais e cada vez mais voltados para o sucesso eleitoral” (AMARAL, 2013, p.15). O partido *catch-all* seria resultado da combinação entre crescimento econômico e amadurecimento do estado de Bem-Estar, o que levou os partidos a se adaptarem a uma nova realidade onde as diferenças de classe passaram a ser menos profundas. Essa mudança resultou na perda de importância tanto da ideologia quanto das distinções de classe na cena partidária (AMARAL, 2013). A ideia de que os partidos de massa estariam caminhando para um modelo de partido *catch-all* é corroborada por Panebianco (2005). Contudo, esse autor destaca outra característica desses partidos, como a progressiva profissionalização das agremiações causada pelo aumento da influência dos especialistas dotados de conhecimentos técnicos. A esses partidos Panebianco deu o nome de profissionais-eleitorais.

Nos anos 1990, Katz e Mair (1995, 1997) apresentam uma nova perspectiva nos estudos partidários, afirmando que o modelo até então predominante na literatura, elaborado com base nos partidos de massa e no enfoque das relações entre estado e sociedade, era insuficiente para retratar fielmente as novas realidades que se apresentavam aos partidos políticos. Os autores destacam, assim, a relevância de se considerar, também, a relação dos partidos com o Estado. De acordo com os autores, as análises a partir desse antigo prisma foram responsáveis pelo diagnóstico de que os

partidos estariam em declínio, enquanto, na realidade, o que ocorria eram profundas transformações dos partidos diante dos novos fatores sociais. Katz e Mair propõem, dessa maneira, um novo modelo de partido para as democracias contemporâneas, o partido cartel. Esse é definido por sua forte vinculação ao Estado, relação que seria essencial para a obtenção de recursos essenciais para a sobrevivência da organização.

Uma das contribuições centrais desse novo modelo consiste em uma concepção mais ampla das organizações partidárias que substitui as noções de declínio e fracasso dos partidos pela ideia de adaptação e mudança. Essa abordagem baseia-se no estudo dos partidos não como uma unidade indivisível, mas como instituições de múltiplas faces internas e autônomas. O modelo de partido cartel apresenta três faces: a pública do partido, representada pela organização no governo ou no parlamento (*Party in public Office*); a base partidária, composta pelos militantes e filiados, contribuintes e eleitores fiéis (*Party on the ground*); e a direção nacional do partido, composta pelos principais dirigentes partidários, membros de diretórios e executivas nacionais e pelo alto escalão da burocracia partidária (*Party in central Office*).

Essas faces interagem entre si e contam com estruturas próprias de recursos, oportunidades, incentivos e restrições. Isso significa que o fortalecimento de uma não implica no fortalecimento ou enfraquecimento das outras, podendo existir um desequilíbrio entre essas diferentes dimensões.

Modelos partidários que buscam explicar a organização e a atuação dos partidos políticos são importantes para o estudo das coligações na medida em que oferecem uma visão histórica dos partidos e da forma como eles buscaram se adaptar às transformações estruturais que marcaram as democracias desde fins do século XIX. Esses estudos mostram que a organização, a estrutura, o funcionamento dos partidos, assim como o comportamento de suas lideranças, devem ser compreendidos à luz do contexto em que atuam e dos desafios e problemas que precisam enfrentar. Em que medida esses modelos se aplicam à realidade brasileira, em que medida os modelos *catch all* e cartel são adequados para retratar a atuação dos partidos no Brasil, na atualidade, são questões que dependem de pesquisas empíricas.

No que concerne especificamente aos interesses desse estudo, que foca as coligações partidárias no nível municipal, caberia avançar na reflexão proposta por Panebianco (2005) sobre os efeitos do federalismo sobre o sistema partidário, em termos de homogeneidade ou heterogeneidade, centralização ou descentralização, além

das questões relativas à coordenação partidária entre atores e órgãos partidários situados em diferentes níveis de governo.

As duas próximas seções apresentam uma discussão sobre o sistema partidário brasileiro e sobre as regras que orientam a organização dos partidos nos três níveis de governo.

3.1 SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO

Diversos estudiosos utilizam variados argumentos e metodologias para analisar o funcionamento e a fragilidade das legendas e do sistema partidário brasileiro desde a Constituição de 1988. Para essa literatura, os partidos brasileiros não possuíam uma estrutura organizacional sólida, sendo partidos fracos com baixa identificação partidária e falta de controle sobre seus membros. Esse contexto resultaria em um pessimismo quanto às possibilidades de estabilidade do regime democrático e em uma grande desconfiança em torno das instituições. O foco das críticas se dirige ao arranjo institucional brasileiro, principalmente as regras eleitorais: sistema proporcional, lista aberta e federalismo. (LAMOUNIER e MENEGUELLO, 1986; AMES, 2003; CAREY e SHUGART, 1992). Interpretações mais recentes, apesar de admitirem a funcionalidade do sistema, destacam as deficiências na representação política brasileira (MAINWARING, 2001; KINZO, 2004 e 2005).

Parte importante da literatura analisa a organização partidária a partir das regras institucionais. No caso brasileiro o sistema presidencialista juntamente com o sistema proporcional de lista aberta e o federalismo resultariam na fragilidade partidária, com uma escolha eleitoral caracterizada por personalismo, baixa disciplina partidária, poder descentralizado nos diferentes níveis da federação e ausência de motivações programáticas ou ideológicas nas ações dos atores políticos. Sendo o Partido dos Trabalhadores uma exceção, pois esse diagnóstico não se aplicaria inteiramente a ele. O que é explicado pelas especificidades do PT em sua criação e de sua estrutura organizacional que resultariam em uma “estrutura decisória inclusiva, articulação interna intensa, vínculos sólidos com a sociedade, vida partidária dinâmica e uma ação política nacionalmente centralizada” (RIBEIRO, 2013, p. 227). Assim o PT é apresentado como uma exceção para o caso brasileiro, caracterizada pela fragilidade do

sistema partidário e por políticos que buscam reforçar a reputação pessoal em detrimento do partido (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; MAINWARING, 2011).

A partir da segunda metade da década de 1990, alguns autores, estudando as votações nominais na Câmara dos Deputados, passaram a contestar essa visão negativa do arranjo institucional brasileiro. Esses estudos destacam a funcionalidade e a governabilidade do arranjo institucional brasileiro possível devido à combinação de concentração de poderes e recursos em torno do Executivo e centralização decisória no interior da Câmara dos Deputados. Os autores identificaram altos níveis de disciplina partidária no comportamento dos parlamentares e forte estruturação partidária dos trabalhos legislativos no Congresso Nacional (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995, 1999; SANTOS, 2003; SANTOS e PATRICIO, 2002; PEREIRA e MUELLER, 2003). Outros estudiosos destacam avanços no processo de nacionalização dos partidos, porém, com variações importantes nas diferentes regiões do país, um dos efeitos do federalismo.

Para Kerbauy (2009) os resultados das eleições municipais de 2008 revelam que os principais partidos políticos brasileiros estão estruturados nacionalmente. A autora constata a diversidade na distribuição dos votos entre os partidos pesquisados. Dessa maneira, mostra que o PMDB, o PSDB e o PT possuem maior consolidação em todo o território nacional, contudo os outros seis partidos analisados (PP, DEM, PTB, PR, PDT e PSB), apesar de sua grande expressão e competição, “parecem carregar características regionais e locais que interferem fortemente na arena eleitoral” (KERBAUY, 2009, p.28).

Braga e Rodrigues-Silveira (2012) com o objetivo de entender como os partidos brasileiros mais relevantes se estruturam territorialmente desde o fim da década de 80 até 2010, observam a organização dos partidos numa perspectiva espacial, considerando a distribuição territorial, a quantidade de filiados e o número total de partidos em cada região do país. Nessa tentativa constata-se o crescimento significativo da penetração territorial de todos os partidos (proporção do total de municípios que um determinado partido tem filiados ou organização própria) e da quantidade dos membros partidários em todo o território nacional. Esse dado permite questionar a tese da fragilidade organizacional dos partidos no Brasil. Em relação aos filiados, os autores percebem que mesmo havendo um aumento no número de membros, quando se passa a observar sua porcentagem em cada município, observa-se uma grande variação para cada partido, alguns possuindo maior densidade de filiação em certas regiões específicas. Apenas o PMDB apresenta número significativo de filiados em todo

território nacional. Os autores concluem que os partidos analisados apresentam estrutura organizacional bastante desigual quando comparadas nacionalmente.

Corroboram essas conclusões os estudos sobre o predomínio dos tipos de órgãos partidários, se prevalecem os diretórios ou comissões provisórias dos partidos nos municípios. Braga e Rodrigues (2012) e Guarnieri (2011) destacam a reduzida taxa de diretórios em relação às comissões provisórias para todos os partidos. Guarnieri mostra que cinco dos sete partidos estudados por ele não deveriam ter mais de 20% de comissões provisórias mesmo em face de um grande número de filiados. Apesar disso, continuavam funcionando com comissões provisórias. Contudo, ao se observar a quantidade de diretórios para cada partido, destaca-se PT e PMDB, e com um percentual menor o PSDB e partidos pequenos de esquerda, como o PCdoB e o PSTU. Já no caso do predomínio das comissões provisórias, destacam-se, consecutivamente, os partidos DEM, PP, PTB, PSD e PDT e os partidos pequenos de direita. Esses dados sugerem que o perfil ideológico pode ser associado ao grau de organização: os pequenos partidos de esquerda mesmo possuindo uma menor cobertura territorial, diferem dos outros partidos pequenos, por ter uma ação mais institucionalizada por meio da criação de diretórios (BRAGA e RODRIGUES-SILVEIRA, 2012).

Esses estudos sugerem a existência de discontinuidades no sistema partidário brasileiro com a presença de partidos fortes e fracos, nacionais e regionalizados, institucionalizados e com menor organização interna. Reafirmando a existência de subsistemas partidários dentro da organização federativa brasileira, como apontado por Lima Júnior (1983).

Os estudos recentes sobre a nacionalização dos partidos e sobre a estruturação do sistema partidário no Brasil revelam um cenário mais complexo do que o apontado pelos estudos do final da década de 1980 e início dos anos 1990. No que se refere à estrutura e à organização dos partidos no nível subnacional ainda há muitas questões a serem investigadas e os estudos sobre coligações partidárias podem contribuir neste sentido. Se a montagem das coligações é um dos momentos centrais para os partidos, compreender os atores relevantes nesse processo, suas estratégias e recursos pode ser um caminho interessante para entender melhor como funcionam os partidos brasileiros na esfera subnacional.

3.2 ESTRUTURA PARTIDÁRIA NO BRASIL

A estrutura partidária no Brasil corresponde à divisão federativa e se organiza em órgãos partidários municipais, estaduais e nacionais, determinada pela Lei Orgânica dos Partidos Político. Esses, por sua vez, podem ser organizados em diretórios ou comissão provisória no âmbito subnacional. Os diretórios são unidades organizativas mais complexas que as comissões provisórias: para a sua criação exige-se um número mais elevado de filiados, que varia segundo o estatuto do partido, e a realização de uma convenção municipal para sua homologação. Já as comissões provisórias são formadas por um número menor de membros, apenas cinco, e nomeadas pela instancia partidária superior por um prazo determinado para sua existência, podendo ser longo ou curto.

Os órgãos provisórios seriam um meio de organizar o partido e prepará-lo para a realização da primeira convenção que irá formar o diretório de caráter permanente. No entanto, o tempo de duração desses órgãos varia de acordo com o estatuto do partido, podendo tornar a existência dessas comissões indeterminadas. Já nos diretórios, exige-se uma maior participação dos filiados, realização de convenções nas quais são eleitos os dirigentes partidários, decididas as candidaturas e definidas as coligações eleitorais. A comissão executiva, eleita a cada dois anos, cuida do dia-a-dia do partido, definindo as regras de funcionamento das convenções, sendo responsável pela decisão de intervir em diretórios regionais ou municipais, pela aplicação de penalidades aos membros do partido, entre outras funções.

As convenções partidárias são reuniões entre filiados de um partido político para o debate de assuntos de interesse do grupo, para escolha de candidatos e formação de coligações. Para tratar dos dois últimos assuntos as convenções deveriam ocorrer no período de 10 a 30 de junho de ano eleitoral (conforme estabelecia a Lei nº 9.504/1997). Mas uma nova regra foi estabelecida para as eleições posteriores a ocorrida em 2014. Com a edição da Lei nº 12.891/2013, as convenções devem ocorrer no período de 12 a 30 de junho de ano eleitoral. Decididos os nomes dos candidatos e uniões ou não com outras legendas, os partidos devem enviar as atas e fazer um pedido de registro da candidatura até o dia 5 de julho do ano eleitoral. Para os cargos nacionais, presidente e vice-presidente da República, as solicitações devem ser feitas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE); para os concorrentes estaduais, senador, deputado federal e estadual,

governador e vice-governador, nos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs); e, aos cargos municipais, vereador, prefeito e vice-prefeito, nos juízos eleitorais.

Para um filiado se tornar parte da direção partidária é necessário ser eleito membro da comissão executiva e, para isso, é preciso participar de uma chapa e obter a maioria dos votos na convenção. Aqueles interessados a uma posição no diretório se juntam em chapas as quais são apresentadas aos delegados. Se houver apenas uma chapa esta é eleita se obtiver 20% dos votos, se houver mais de uma chapa vence aquela que obtiver mais de 80% dos votos ou, então, os cargos do diretório são distribuídos proporcionalmente à votação de cada chapa. O mesmo sistema de eleição é utilizado no órgão nacional, estadual e municipal.

Formalmente, a primeira direção a ser escolhida é a do diretório municipal, cabe à convenção municipal (antecedida pelas convenções zonais em cidades com mais de um milhão de habitantes) escolher os membros do diretório municipal que, por sua vez, escolhem os membros da comissão executiva municipal. E assim, a mesma dinâmica repete-se nos outros níveis da federação, uma organização que ocorre da base para o topo (GUARNIERI, 2011).

Por toda essa estrutura, os diretórios apresentam-se mais institucionalizados e com um sistema interno mais democrático quando comparados às comissões provisórias (BRAGA e RODRIGUES-SILVEIRA, 2012). Neste último caso, o controle do órgão provisório fica nas mãos de seus dirigentes partidários, como são eles que escolhem os membros das comissões provisórias e os delegados das convenções (GUARNIERI, 2011; BRAGA, 2008). Mesmo com essas características, essas organizações temporárias possuem acesso ao fundo partidário e direito ao HGPE, tendo os mesmos recursos que qualquer outro diretório.

Conhecer as regras que moldam a estrutura e a organização dos partidos no Brasil é importante para esta pesquisa, na medida em que oferece informações importantes sobre os atores relevantes e com poder de decisão no interior dos partidos e os procedimentos adotados para a tomada de muitas decisões. Mas, é importante frisar que a realidade dos partidos brasileiros nem sempre espelha exatamente o que se apresenta na lei, assim, estudos empíricos, como este, podem ajudar a captar as práticas informadas pelas regras e que sinalizam maior grau de institucionalização das organizações partidárias assim como as práticas e as instituições informais.

4. DESENHO DA PESQUISA

A presente pesquisa teve como objetivo investigar o processo de montagem das coligações eleitorais em dois municípios brasileiros, um de pequeno e um de médio porte. A investigação se orientou por um conjunto de questões relativas aos atores centrais nesse processo, suas motivações e às estratégias e recursos mobilizados por eles. Quais são os atores centrais na montagem das coligações eleitorais nos municípios brasileiros? Qual é a racionalidade que move esses atores em suas escolhas? Quais são as estratégias priorizadas por eles ao escolher os parceiros de coligação e definir as candidaturas? Como é definido o candidato que encabeça a coligação? Quanto desse processo é orientado por fatores relacionados à dinâmica política local? Qual é a influência de atores que atuam na esfera estadual e nacional? Como é negociada a montagem da coligação? Qual é o papel dos maiores partidos e dos parceiros centrais? Como se dá a participação dos menores partidos e parceiros secundários da coligação? Quais são os principais recursos utilizados na negociação entre os partidos?

Dessa forma, nesse trabalho, pretendeu-se investigar quatro dimensões principais: atores, racionalidade, estratégia e recursos. Em relação aos atores objetivou-se identificar e caracterizar as pessoas relevantes e centrais na montagem das coligações eleitorais nos municípios, os lugares e cargos que ocupam dentro do partido, e analisar como é tomada essa decisão: se é restrita à cúpula do partido, se é coletiva e qual é a participação dos políticos eleitos dos partidos e dos candidatos a prefeito e a vereadores. Ainda nessa categoria, investigou-se a influência de atores situados em outras esferas – estadual e nacional – no processo de montagem das coligações, para assim, observar o impacto do ordenamento e do alinhamento político-partidário em outros níveis sobre a dinâmica municipal.

Em relação às estratégias e aos recursos o objetivo foi identificar os elementos que caracterizam a decisão sobre a montagem das coligações do ponto de vista estratégico, isto é, quais recursos os decisores utilizam para alcançar seus objetivos estratégicos. Por último, esses próprios objetivos foram objeto de investigação na dimensão da racionalidade. Em relação a este elemento o objetivo foi identificar as razões pelas quais os diferentes atores realizam as coligações, a racionalidade que move esses atores, ou seja, o porquê de se coligar com alguns partidos e não com outros, em

que medida esta é uma escolha pragmática e em que medida fatores ideológicos e programáticos são considerados.

Antes de ser uma categoria a racionalidade é um conceito muito já debatido nas Ciências Sociais e Humanas, por isso é importante definir melhor o conceito que será utilizado neste trabalho. George Tsebelis trata a ação racional como um subconjunto da ação humana (MEIRELES, 2012). Sua abordagem da escolha racional parte do esforço de compreender certas escolhas aparentemente “subótimas”, aquelas que ao olho do observador não parecerem como a mais adequada. Defende que todo indivíduo age para atingir seu objetivo, dessa forma, ele sempre irá optar pela alternativa que amplifique suas chances de atingi-lo. Assim, com a informação adequada, a escolha do ator pela opção “subótima”, na verdade, representa uma assimetria entre o que o ator está efetivamente realizando e o que o observador está vendo. Isso acontece porque o agente está participando de jogos em “múltiplas arenas”, enquanto o observador está vendo apenas um único jogo, de forma que sua análise está fora de foco e não abarca as verdadeiras intenções e todas as singularidades envolvidas em cada uma das arenas. Portanto, para Tsebelis a racionalidade é uma característica do comportamento pelo qual o ator busca maximizar seu *payoff*, ou seja, seus resultados positivos. Em suas palavras “A racionalidade nada mais é que uma correspondência ótima entre fins e meios” (TSEBELIS, 1998, p.33).

Nesse sentido, para o autor a ação individual é uma adaptação ótima a um ambiente, significando que o contexto determina os *payoffs* de cada ator. Tsebelis aqui se aproxima da teoria de racionalidade contextualizada de Lima Júnior (1983), explorada no capítulo 2. Os dois autores remetem a uma racionalidade contextual, pela qual as características do contexto e as questões conjunturais específicas de cada arena (no caso deste estudo, municipal, estadual e nacional) são importantes para compreender melhor o comportamento dos atores. Nesse sentido, reforçam a importância da observação do contexto para a melhor compreensão das motivações, ações e resultados envolvidos no processo político.

Para investigar as questões elencadas tomou-se como objeto o processo de montagem das coligações majoritárias e proporcionais nas eleições municipais de 2012 nos municípios de Juiz de Fora e Lambari os quais, segundo o Censo 2010, possuem, respectivamente, 516.247 e 19.554 habitantes. A opção por concentrar a investigação em um número reduzido de casos foi tornar possível a ampliação do número de variáveis a serem investigadas.

O estudo da literatura sobre coligações foi uma etapa importante para conhecer o conjunto de teorias, teses e hipóteses para explicar as alianças partidárias no Brasil. Neste sentido, pretendeu-se investigar, nos municípios escolhidos, a operação da lógica da economia de esforços, a qual, segundo Soares (1964), supõe que os partidos políticos buscam racionalmente ampliar seu desempenho eleitoral, e o peso de fatores programáticos e ideológicos nas considerações, motivações e escolhas das lideranças político-partidárias no tocante às coligações.

Entretanto essas teorias mobilizadas para compreender as coligações no nível estadual e nacional podem mostrar-se insuficientes para compreender a dinâmica municipal. Considera-se o argumento de Lima Júnior (1983) de que a força local é o determinante principal de qualquer decisão sobre formação das alianças partidárias. Sabe-se que os partidos brasileiros apresentam força diferente em cada estado, devido o intenso grau de descentralização do sistema partidário brasileiro entre as esferas local e nacional (NICOLAU, 1999). Nesse sentido, é razoável esperar que os partidos utilizem estratégias distintas nos inúmeros distritos do país.

Além disso, a própria presença dos partidos políticos, enquanto atores estruturadores do processo, podem sofrer concorrência de outras forças políticas como grupos, facções, famílias e personalidades influentes. Em outras palavras, devido ao fato do sistema partidário brasileiro ainda estar em processo de nacionalização e devido à forte personalização das eleições no Brasil não se pode supor, sem mais, que os partidos políticos sejam os únicos ou principais estruturadores da competição em todos os contextos. Mesmo detendo o monopólio da representação, é possível que a clivagem partidária seja atravessada por outras que remetem à composição de forças no contexto local.

Dessa maneira, essa pesquisa visou identificar o peso de fatores contextuais, relativos ao histórico da dinâmica de competição política no município, sobre o processo de montagem das coligações. O estudo proposto tem caráter descritivo e exploratório. Ao pretender descortinar a complexidade do processo de montagem das coligações em contextos pouco investigados pelos estudiosos do tema e por meio de técnicas de análise qualitativa, a pesquisa pode contribuir para identificar aspectos até então negligenciados, gerar novas questões e hipóteses e lançar luzes sobre as diferentes lógicas em operação.

Os casos escolhidos oferecem a oportunidade de investigar a lógica de funcionamento de coligações de dois municípios de diferentes portes, variável que,

como demonstra Peixoto (2010), importa nos estudos das coligações eleitorais. Nesse sentido, a expectativa era de encontrar dinâmicas distintas em cada município, relacionadas a cada uma das dimensões analisadas.

Em Lambari, a hipótese era a de que a decisão em torno das coligações seria centrada em poucas pessoas, principalmente, líderes municipais do partido, com pouca ou nenhuma influência de atores situados em outros níveis federativos. Já em Juiz de Fora, a hipótese era a de que a montagem das coligações, ainda que fosse centrada em um grupo pequeno, sofreria maior influência dos militantes dos partidos e de lideranças políticas estaduais e nacionais. Esperava-se, também, maior peso de fatores ideológicos e programáticos na montagem das coligações em Juiz de Fora em comparação com Lambari, um município menor e menos desenvolvido. Apesar das diferenças estruturais entre os municípios, esperava-se, no que se refere às motivações dos atores, o predomínio do cálculo eleitoral nos dois contextos. Por fim, em relação às estratégias e recursos, a observação priorizou a comparação entre partidos grandes e pequenos considerando que partidos de diferentes tamanhos empregariam diferentes estratégias e recursos para maximizar suas chances eleitorais.

As cidades de Juiz de Fora e Lambari apresentaram diferentes perfis nas eleições de 2012. Para as eleições majoritárias, foram montadas coligações diversificadas quanto ao grau de heterogeneidade e consistência ideológica e ao número de partidos participantes. Utilizou-se a classificação de Schmitt (1999) para classificar as coligações em consistentes, inconsistentes e consistência mediana. E a classificação usada para definir o perfil ideológico dos diferentes partidos foi baseada em Figueiredo e Limongi (1999), Melo (2004), Miguel e Machado (2010) e Praça e Dantas (2010).

A classificação ideológica dos partidos brasileiros é um problema que enfrentam todos os pesquisadores do tema e pode ser problematizada, por diversas razões. Primeiro, pela própria suposição de que os partidos sejam distinguíveis por clivagens ideológicas consistentes. Quanto a isso, é importante destacar que apesar dos argumentos em contrário, há pesquisas de percepção e opinião junto a parlamentares e políticos brasileiros que mostram que há sim coesão entre os membros de um mesmo partido em relação a questões econômicas (presença do Estado e do mercado na economia) e de valores, assim como em relação a atitudes e comportamento (MELO, 2011; CASTRO, ANASTASIA e NUNES, 2009). Além de existir razoável grau de coesão dentro de um mesmo partido, há diferenças significativas entre eles. A origem diferenciada e a história organizacional dos partidos também é um elemento que reforça

a suposição de que eles se diferenciem sendo possível, na maior parte dos casos, associá-los a diferentes famílias ideológicas. A classificação aqui adotada leva em conta esses argumentos e as escolhas feitas pelos autores já citados.

As coligações nas eleições de 2012 nas duas cidades escolhidas seguiram a formação demonstrada nos quadros a seguir:

Candidato e partido	Coligação	Perfil ideológico da coligação
Candidato A (PT)	PRB / PT / PSB	Inconsistente Direita/ Esquerda
Candidato B (PSDB)	PP / PMDB / PSL / PSC / PSDB / PSD	Consistência mediana Centro/Direita

Quadro 1 - Coligações formadas para as eleições majoritárias em Lambari - MG (2012). Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados do TSE.

Coligação proporcional	Perfil ideológico da coligação	Nº de cadeiras conquistadas
PMDB / PSL / PSD	Consistência mediana Centro/Direita	2
PRB / PT / PSB	Inconsistente Esquerda/Direita	3
PP / PSC / PSDB	Consistência mediana Centro/Direita	2
PR / DEM / PV	Consistência mediana Centro/Direita	2
PDT / PTB	Inconsistente Esquerda/Direita	2

Quadro 2- Coligações formadas para as eleições proporcionais em Lambari - MG (2012). Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados do TSE.

Candidato e partido	Coligação	Perfil ideológico da coligação
Candidato A (PMDB)	PMDB / PTN / PMN / PSD	Consistência mediana Centro/Direita
Candidato B (PSDB)	PP / PDT / PTB / PSC / PR / PPS / DEM / PSDC / PHS / PTC / PSDB / PPL	Inconsistente Esquerda/Direita/Centro
Candidato C (PT)	PRB / PT / PRTB / PSB / PCdoB / PTdoB	Inconsistente Esquerda/Direita
Candidato D (PSTU)	PSTU / PSOL	Consistente Esquerda

Quadro 3 - Coligações formadas para as eleições majoritárias em Juiz de Fora - MG (2012). Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados do TSE.

Coligação proporcional	Perfil ideológico da coligação	Nº de cadeiras conquistadas
PP/PTC	Consistente Direita/Direita	3
PMDB / PSD	Consistência mediana Centro/Direita	3
PSB / PCdoB	Consistente Esquerda	1
PR/PPS	Consistência mediana Direita/ Centro	2
PTN / PMN	Consistência mediana Esquerda/Centro	1
PTB / PHS	Consistência mediana Direita/Centro	0
PRTB / PTdoB / PRB	Consistente Direita	0
PSC / PSDC	Consistência mediana Direita/Centro	2
DEM / PSDB	Consistência mediana Direita/Centro	2
PDT / PPL	Consistente Esquerda	2
PSTU / PSOL	Consistente Esquerda	0

Quadro 4 - Coligações formadas para as eleições proporcionais em Juiz de Fora - MG e desempenho eleitoral (2012). Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados do TSE

Em Juiz de Fora foram formadas quatro coligações para o cargo de prefeito (com o PCB concorrendo sozinho) e 11 coligações para as eleições proporcionais (com PT, PV, PSL e PCB lançando candidatos sem se coligar). É interessante investigar o porquê desses partidos não formarem coligações, e também compreender os motivos que levaram os partidos a se coligarem na eleição majoritária e a lançarem candidatos individualmente nas eleições para vereadores, como foi o caso do PT, PV e PSL. Do ponto de vista da consistência ideológica, nas coligações majoritárias, uma aliança pode ser caracterizada como consistente, uma como inconsistente e duas como consistência mediana. Nas eleições proporcionais, cinco coligações eram consistentes, seis possuíam consistência mediana e nenhuma era inconsistente.

Na cidade de Lambari houve duas coligações para a disputa do cargo majoritário local, sendo uma consistente e a outra de consistência mediana. As eleições proporcionais apresentaram três coligações de consistência mediana e duas inconsistentes. Nesse caso não houve candidatura individual de nenhum partido. Nesse pequeno município, a disputa pelo cargo de prefeito se deu entre candidatos de partidos rivais também nos níveis nacional e estadual, PT e PSDB. Já em Juiz de Fora, a partir

do segundo turno, percebe-se que a principal disputa foi entre os candidatos do PT e do PMDB, partidos aliados no nível nacional.

Sobre o resultado das eleições, em ambas as cidades os prefeitos vencedores eram de partidos participantes de coligações. Em relação às eleições proporcionais, em Juiz de Fora, das 19 cadeiras existentes para vereadores, somente três foram preenchidas por candidatos de partidos que não participavam de coligações (duas pelo PT e uma pelo PV). Três coligações não elegeram nenhum vereador. Em Lambari, todos os 11 vereadores eleitos pertenciam a partidos coligados.

A investigação foi realizada por meio de uma pesquisa qualitativa e adotou-se a técnica de entrevistas em profundidade a partir de questionário semiestruturado que permite maior aprofundamento da temática e da experiência pessoal com o entrevistado (VEIGA e GONDIM, 2001). O roteiro da entrevista foi adaptado e diferenciado levando em conta o município e o partido do entrevistado, dois exemplos são apresentados nos Anexos.

Devido ao grande número de partidos e atores que participaram da eleição de 2012 nas duas cidades escolhidas e à escassez de tempo, optou-se por entrevistar, em princípio, os membros dos partidos que encabeçavam a coligação e de um dos seus aliados. Entre os partidos aliados optou-se por priorizar o partido do candidato a vice-prefeito. Nos casos em que o candidato a prefeito e a vice eram do mesmo partido, optou-se pelo partido tradicionalmente mais forte no município. Também foram entrevistados membros de partidos menores, parceiros secundários na coligação. E por fim, caso não fosse possível realizar a entrevista seguindo os critérios acima, adotou-se o critério da disponibilidade dos atores. Apenas o candidato à prefeitura de Lambari, do PSDB, mesmo depois de várias tentativas, alegou não ter tempo para dar entrevista.

Escolhidos os partidos, optou-se por entrevistar as pessoas que supunham-se terem sido mais importantes na montagem das coligações: o presidente do partido, o candidato a prefeito e o vereador eleito. Contudo, a modificação dos entrevistados poderia ocorrer caso esses apontassem outros atores como peças centrais para entender as alianças eleitorais. Nesse caso, como a identificação dos atores relevantes era um objetivo da pesquisa, foi adotada a técnica “*bola de neve*”, geralmente utilizada em pesquisas qualitativas “em que os participantes sugerem outros participantes para serem entrevistados, sendo indicada também, quando se pretende estudar um grupo de acesso restrito cujos componentes não aparecem enumerados em uma lista para uma escolha aleatória” (VEIGA e GONDIM, 2001). Este foi o caso de um ex-prefeito pelo PMDB,

atualmente filiado ao PSB, em Juiz de Fora, muito citado por entrevistados de dois partidos que encabeçaram a chapa nas eleições de 2012. Assim, o rol de entrevistados final ficou como demonstrado nos Quadros 6 e 7.

PARTIDO	CARGO
PT	Presidente e vereador
PSDB	Presidente
PMDB	Presidente e vereador
PSB	Presidente
DEM	Presidente
PTB	Vereador
PT	Candidato a prefeito derrotado

Quadro 5 - Relação de entrevistados em Lambari. Fonte: Elaboração própria.

PARTIDO	CARGO
PT	Presidente
PDT	Presidente
PSB	Presidente
PSTU	Presidente
PMDB	Presidente
PSDB	Presidente
PTN	Presidente
DEM	Presidente
PSB	Vereador
PSDB	Vereador
PT	Candidato a prefeito derrotado
PSDB	Candidato a prefeito derrotado
PMDB	Prefeito atual
PSTU	Candidato a prefeito derrotado
PSB	Vice Candidato
PSB	Ex-Prefeito

Quadro 6 - Relação de entrevistados em Juiz de Fora. Fonte: Elaboração própria.

No total foram realizadas 23 entrevistas. As entrevistas foram, em sua maioria, presenciais, realizadas de forma individualizada e personalizada pelo próprio pesquisador, salvo uma que foi realizada por telefone, devido à distância em que se encontrava o entrevistado e à sua importância para a investigação. A duração média das entrevistas foi de 30 minutos, sendo a mais curta com 15 minutos e a mais longa com 50 minutos. As entrevistas foram realizadas em diversos locais: gabinete na câmara

municipal, casa do entrevistado, locais de trabalho, esse último com maior frequência. Todas as entrevistas foram gravadas e o tratamento dos dados se deu através da transcrição do material e análise do conteúdo, sem utilização de software específico. Ao longo da análise os nomes dos entrevistados não serão revelados e somente as respostas serão utilizadas para efeito de análise.

Antes de apresentar os resultados da análise, a próxima seção traz algumas informações sobre o cenário e o histórico da competição político-partidária nos dois municípios, fundamental para compreender a atuação dos atores, seus objetivos e escolhas.

5. CENÁRIO DA COMPETIÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA (1996-2012)

Em 2012 aconteceu o oitavo ciclo eleitoral municipal desde a redemocratização do país em 1985. Além de analisar os dados da eleição de 2012, é importante um recuo nas eleições anteriores para observar o padrão da competição político-partidária em Lambari e Juiz de Fora. Neste capítulo será feita uma descrição contextual das eleições desde 1996 nos dois municípios analisados nesta pesquisa. Esse exercício é importante para entendermos quais são os fatores centrais no processo político e eleitoral nessas cidades e, como já foi exposto, oferecer um pano de fundo para uma melhor compreensão do processo de formação das coligações. O recorte temporal foi determinado em função do fato do TSE disponibilizar dados relativos às eleições municipais desde 1996. Existe ainda uma ressalva a ser feita, as informações sobre as coligações eleitorais estão incompletas no site do TSE para o ano de 1996.

5.1 ANÁLISE CONTEXTUAL DE LAMBARI

Lambari, cidade situada no Sul de Minas Gerais, tornou-se município em 1901. O município faz parte do circuito das águas e é conhecido por suas águas minerais e suas riquezas naturais. Com 20.564 habitantes e densidade populacional de 91,76hab/km², apresenta a maior percentagem de habitantes na zona urbana, 71,7%, segundo o Censo de 2010. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) no ano de 2010 era de 0,711, que o coloca no 162º lugar no estado e o enquadra no perfil “alto”, mesmo em que se encontra o Brasil (0,727). O município se enquadra na situação da maioria das cidades mineiras que possuem menos de 200 mil eleitores e, por isso, realiza a eleição para prefeito em apenas um turno⁶.

De 1996 a 2012, Lambari teve cinco prefeitos diferentes, como mostra o Quadro 7, cada um deles de um partido diferente. Apenas dois prefeitos tentaram a reeleição em 2008 e 2012, sem sucesso. Entre os prefeitos, três não têm mais papel relevante na política municipal na atualidade. Nely Fernandes (PMDB), prefeita de 2000 a 2004,

⁶ Em Minas Gerais, apenas sete municípios realizam segundo turno na eleição para prefeito, entre elas, Juiz de Fora.

mudou-se da cidade. Sebastião Reis, eleito prefeito pelo PL em 2004, também não reside mais no município. Eugenio Rodrigues (PFL), prefeito no período de 1996 a 2000, apesar de continuar na cidade, não se envolve mais na política local desde sua derrota na eleição de 2004. Os remanescentes são os dois candidatos que concorreram pelo PT e pelo PSDB na eleição para prefeito em 2012, tendo sido os mais votados também na eleição de 2008.

Ano	Partido	Candidato	% votos válidos	Situação	Coligação
1996	PFL	EUGENIO CARNEIRO RODRIGUES	53,05	Eleito	Sem Informação
	PSDB	EDSON DONIZETE LEO	27,93	Não eleito	Sem Informação
	PDT	MOISES TEIXEIRA	19,01	Não eleito	Sem Informação
2000	PMDB	NELY FERNANDES ARANTES BAHIA	56,5	Eleito	PMDB / PT
	PTB	SEBASTIÃO CARLOS DOS REIS	43,5	Não eleito	PDT / PTB / PSDB / PL / PTdoB
	PP	JOSÉ VICENTE LAMOUNIER DE VILHENA	0	Renúncia antes da eleição	PP/ PFL
2004	PL	SEBASTIAO CARLOS DOS REIS	32,27	Eleito	PL / PMDB
	PT	MARCOS ANTÔNIO DE RESENDE	30,52	Não eleito	Sem Coligação
	PFL	EUGENIO CARNEIRO RODRIGUES	24,44	Não eleito	PFL / PPS
	PDT	MÁRCIO BIASO DE OLIVEIRA	10,59	Não eleito	PDT / PTB / PSDB / PV
	PSB	JORGE LUIZ MARTINS	2,17	Não eleito	PSB / PTdoB
2008	PT	MARCOS ANTONIO DE RESENDE	37,98	Eleito	PT / PTB / PCdoB
	PDT	SÉRGIO TEIXEIRA	30,52	Não eleito	PSDB / PP / PDT / PTC / PV
	PR	SEBASTIÃO CARLOS DOS REIS	29,58	Não eleito	PR / DEM / PTN
	PMN	PAULO AFONSO DA SILVA	1,92	Não eleito	Sem Coligação
2012	PSDB	SÉRGIO TEIXEIRA	55,46	Eleito	PP / PMDB / PSL / PSC / PSDB / PSD
	PT	MARCOS ANTÔNIO DE RESENDE	44,53	Não eleito	PRB / PT / PSB

Quadro 7 – Coligações e resultados nas eleições majoritárias em LAMBARI - MG (1996-2000). Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TSE.

A análise das candidaturas para prefeito no período analisado sugere que a política lambariense não se estrutura em torno da competição entre famílias ou grupos políticos bem definidos que se alternam no poder. Contudo, até o ano de 2008, a competição também não parece estar polarizando partidos ou girando em torno de um ou dois partidos principais. O ex-prefeito, Sebastião Reis, por exemplo, candidatou-se três vezes ao cargo de prefeito, cada vez por um partido diferente. Os partidos que encabeçam as chapas variam a cada eleição, incluindo candidatos sem trajetória prévia na política e que nunca haviam disputado outro cargo eletivo na cidade. Em 2008 e 2012 observa-se a primeira regularidade: PT e PSDB protagonizando e polarizando a eleição para prefeito.

Ademais do fato de PT e PSDB não terem participado da mesma coligação em nenhuma eleição no período, é difícil identificar regularidades nas alianças. O PMDB se coligou com o PT em 2000 e com o PSDB em 2012. Parece haver uma tendência do PSDB se coligar com partidos pequenos (no cenário nacional) e a maior frequência de coligações com o PDT (2000, 2004 e 2008). O PFL (DEM a partir de 2007), por sua vez, também alterou os parceiros a cada eleição.

O Partido dos Trabalhadores aparece inicialmente em uma coligação com o PMDB em 2000 e a partir daí vai ganhando espaço, com votações expressivas nas três últimas eleições para prefeito, 30,52% dos votos em 2004, 37,98% em 2008 e 44,53% em 2012. Já o PSDB, tem participação nas eleições desde 1996, aparece aliado a partidos que disputam o cargo majoritário, porém apresenta candidato próprio em duas eleições, a primeira em 1996, e a segunda apenas após três eleições, no ano de 2012.

Ano	Partido	Candidato	% votos válidos	Coligação
1996	PFL	JOÃO CARLOS DE SOUZA	4,59	Sem informação
	PFL	EDITE PAGANELLI CARNEIRO RODRIGUES	5,96	Sem informação
	PTB	JOSÉ BIBIANO DE PAIVA	4,45	Sem informação
	PFL	MARIA LUCIA DE FARIA	4,42	Sem informação
	PFL	SEBASTIÃO RIBEIRO	3,99	Sem informação
	PTB	NELSON TEODORO DE MELO	3,92	Sem informação
	PPB	DARCY LUIZ MILEO GREGATTI	2,95	Sem informação
	PTB	JOAQUIM JOSÉ DOS SANTOS	2,33	Sem informação
	PMDB	JOSÉ TEODORO PIMENTEL	2,11	Sem informação
	PMDB	SÉRGIO CASALE	2,09	Sem informação
2000	PSDB	LUIZ OSWALDO MOREIRA	1,61	Sem informação
	PMDB	MÁRCIO BIASO DE OLIVEIRA	4,15	PMDB / PT
	PMDB	JORGE LUIZ MARTINS	3,63	PMDB / PT
	PTB	JOSÉ BIBIANO DE PAIVA	3,38	PTB / PL
	PDT	SÉRGIO TEIXEIRA	3,14	PDT / PTdoB
	PTB	HELENA BENEDITA DA CUNHA	3,13	PTB / PL
	PMDB	MÁRCIO ANTÔNIO LÉO	2,52	PMDB / PT
	PMDB	RICARDO REZENDE DOS SANTOS	2,27	PMDB / PT
	PL	JOAQUIM LUCIMAR GONÇALVES DOS REIS	2,2	PTB / PL
	PFL	NELSON TEODORO DE MELO	2,13	PPB / PFL
2004	PL	CLEIDE MARIA BERNARDES	1,97	PTB / PL
	PFL	SEBASTIÃO RIBEIRO	1,96	PPB / PFL
	PMDB	CÉLIO MARTINS BRAGA	6,13	PL / PMDB
	PMDB	JOSÉ BIBIANO DE PAIVA	3,42	PL / PMDB
	PL	JOAO HIDERALDO GONCALVES DOS REIS	3,26	PL / PMDB
	PFL	NELSON TEODORO DE MELO	3,05	PFL / PPS
	PL	GERALDO DONIZETI DA SILVA	2,72	PL / PMDB
	PTB	ISAIAS BUENO DA SILVA FILHO	2,54	PTB / PV
	PDT	SÉRGIO TEIXEIRA	2,37	PDT / PSDB
2008	PT	RONALDO DE PAULA ALVES	2,19	(sem coligação)
	PFL	LUCAS DOS SANTOS NASCIMENTO	2,03	PFL / PPS
	PMDB	JOSÉ BIBIANO DE PAIVA	4,03	PMDB / PPS / PSB
	PMDB	MARCELO SMOLNY BRAGA	3,77	PMDB / PPS / PSB
	DEM	GILBERTO AUGUSTO DOS REIS	3,58	DEM
	PTB	ANDRÉA CRISTINA CANÊLHAS DIAS	3,28	PT / PTB / PCdoB
	PR	GERALDO DONIZETI DA SILVA	3,19	PR / PTN
	PT	EDWIGES EVANILDA DE LIMA	2,73	PT / PTB / PCdoB
	PT	APARECIDA DE LOURDES ARANTES GREGATTI	2,45	PT / PTB / PCdoB
2012	PSDB	MOISÉS TEIXEIRA	2,39	PSDB / PP / PDT / PTC / PV
	PR	MARCILENE GUERRA DA SILVA	2,16	PR / PTN
	PT	JOSÉ BIBIANO DE PAIVA	4,44	PT/ PRB/ PSD
	PSC	EDSON FRANCE SALES	3,79	PP/PSC / PSDB
	PR	GERALDO DONIZETI DA SILVA	3,52	PR/ DEM/ PV
	PMDB	MARCELO SMOLNY BRAGA	2,67	PMDB / PSL/ PSD
	PMDB	JUAN CARLOS DOS REIS	2,42	PMDB / PSL/ PSD
	PSDB	MOISES TEIXEIRA	2,37	PP/PSC / PSDB
	PTB	ANTÔNIO DE BIASO JÚNIOR	2,05	PDT/ PTB
2012	PTB	HENRIQUE RIBEIRO DE SOUSA	1,95	PDT/ PTB
	PR	MARCILENE GUERRA DA SILVA	1,93	PR/ DEM/ PV

Ano	Partido	Candidato	% votos válidos	Coligação
	PRB	PAULO CÉSAR SOUZA	1,82	PT/ PRB/ PSD
	PT	RONALDO DE PAULA ALVES	1,79	PT/ PRB/ PSD

Quadro 8 - Coligações e resultados das eleições proporcionais em LAMBARI – MG (1996-2012) . Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TSE.

Tabela 1 - Desempenho dos partidos na eleição para a Câmara de Vereadores em Lambari – MG (1996-2012)⁷

	1996	2000	2004	2008	2012	Total
PMDB	2	4	2	2	2	10
PT	-	-	1	2	2	5
PSDB	1	-	-	1	1	3
PTB	3	2	1	2	2	8
PFL	4	2	2	-	-	5
DEM	-	-	-	1	-	1
PL	-	2	2	-	-	2
PR	-	-	-	2	2	4
PDT	-	1	1	1	-	2
PSC	-	-	-	-	1	1
PRB	-	-	-	-	1	1
PPB	1	-	-	-	-	-
Total	11	11	9	9	11	42

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TSE.

A análise do resultado das eleições proporcionais permite perceber o predomínio de alguns partidos e o enfraquecimento de outros no período analisado. O PFL/DEM elegeu um prefeito e quatro vereadores em 1996, dois vereadores nas eleições de 2000 e dois na de 2004. Quando seu maior representante, Eugenio Rodrigues, foi derrotado na eleição de 2004, o partido perde força, não lançando candidatos ao cargo de prefeito e não elegendos mais nenhum vereador desde então. O PDT elege vereadores desde 1996 e lança candidato a prefeito em 2008, mas em 2012 não conquista nenhuma vaga na Câmara.

Já o PMDB parece manter sua força, elegendos vereadores em todas as eleições, corroborando o que os estudiosos têm destacado sobre a capilaridade do partido no

⁷ O número de vereadores em Lambari era de onze em 1996 e 2000, caiu para nove em 2004 e 2008 e voltou a aumentar para onze em 2012. A diminuição de vereadores na eleição de 2004 foi dada pela resolução Nº 21.803 que muda as regras do TSE sobre a proporção de número de vereadores em relação à população de cada município. Mudança que afetou as cidades com menos de 600 mil habitantes, incluindo Lambari e Juiz de Fora, com a redução das cadeiras da Câmara Municipal. A variação ocorrida em 2012 é reflexo das discussões que ocorreram sobre proporcionalidade do número de vereadores e habitantes nos municípios. O TSE deixou a decisão a cargo da Lei orgânica de cada município fixar a quantidade de vereadores tendo como norteador o número limite definido pela Emenda nº 58/2009, a qual estipula um número máximo de vereadores, tomando como parâmetro o número de habitantes de cada cidade. Assim alguns optaram por aumentar, como em Lambari, e outros por manter o número que vigorava, como em JF.

território nacional. E mesmo que sua candidata eleita em 2000 tenha perdido espaço na política local e que o partido tenha deixado de lançar candidatos próprios a prefeito, ele continuou mantendo cadeiras na Câmara Municipal. Situação semelhante ocorre com o PTB, que apesar de não ter lançado nenhum candidato a prefeito, elegeu vereadores em todas as eleições.

O PL elege um candidato a prefeito em 2004 (derrotado na tentativa de reeleição em 2008), e dois candidatos a vereador em 2000 e dois em 2004. Em 2006, o partido se fundiu ao PRONA formando o PR. Este elegeu dois candidatos a vereador em 2008 e estes se reelegeram em 2012.

Quanto à presença na Câmara Municipal, o PTB, o PL/PR e o PMDB são os partidos com maior regularidade, elegendo pelo menos um vereador em todas as eleições desde 2000. Isso pode sugerir um maior grau de estruturação desses partidos no município considerando, como aponta Nicolau (2008) que:

O melhor indicador para avaliar o poder dos partidos pelo país é a votação para vereador. Se um partido tem um mínimo de organização, em uma determinada cidade, ele apresenta pelo menos um candidato na disputa para a Câmara Municipal. O partido pode não lançar candidato à prefeitura, pode não participar de coligações, mas certamente concorrerá com pelo menos um nome à vereança. Por isso, quando somamos os milhares de esforços dos militantes dos partidos por todo o país temos um bom quadro da real inserção do partido⁸.

O PT conquistou a primeira cadeira na Câmara Municipal em 2004 e dobrou sua presença em 2008, elegendo dois vereadores, número que manteve em 2012. Já o PSDB elegeu um vereador em 1996 e só voltou a conseguir uma cadeira em 2008 e outra em 2012.

Ao contrário dos prefeitos que não buscaram ou não lograram nenhuma reeleição no período, vários vereadores conseguiram se reeleger. Foram dois reeleitos em 2000 que tinham exercido mandato de 1997 a 2000, três reeleitos em 2004 e cinco em 2008. Pode-se observar o vereador Nelson Teodoro, eleito em 1996 pelo PTB e em 2000 e 2004 pelo PFL. Ronaldo Alves, vereador pelo PT em 2004 e 2012. Nas duas últimas eleições quatro vereadores se reelegem: Marcelo Braga (PMDB), Moisés Teixeira (PSDB), Geraldo Silva (PR) e Marcilene Silva (PR). Ainda é relevante citar o vereador José Bibiano Paiva que conquistou uma cadeira na Câmara em 1996 e se reelegeu em todos os pleitos seguintes. Atualmente está em seu quinto mandato

⁸ Disponível em: <http://veja.com.br/politica/blogs/eleicoes-2008> (Acessado em 14/08/2015).

comovereador, tendo passado por três partidos diferentes (PTB em 1996, PMDB em 2000 e 2008, PT em 2012).

Tratando PFL/DEM e PL/PR como um único partido cada, pode-se dizer que a Câmara Municipal de Lambari tem sido marcada pela presença de cinco partidos principais: PMDB, PTB, PFL/DEM, PL/PR e PT. Enquanto PMDB e PTB apresentaram maior estabilidade em seu desempenho, o PFL experimentou declínio e o PT ampliação do seu espaço.

Por último, resta dizer que em Lambari, segundo o registro de órgãos partidários do TSE, 12 partidos possuíam estrutura organizacional no ano de 2014 (SD, PROS, PSD, PRP, PSDB, PT, PRB, DEM, PTB, PP, PR, PMDB). Destes, apenas PT, PSDB e PMDB possuíam diretórios, todos os dois já elegeram prefeitos no município e o último elegeu o maior número de vereadores no período.

5.2 ANÁLISE CONTEXTUAL DE JUIZ DE FORA

Juiz de Fora, localizada na Zona da Mata mineira, ganhou status de município em 1850 e transformou-se numa cidade de importância singular no Estado, por sua forte presença na indústria, agropecuária e comércio, além de intensa vida cultural. Com 550.710 habitantes e densidade demográfica de 359,59 hab/km², o município apresenta perfil marcadamente urbano com apenas 1,1% de sua população vivendo na área rural. O Índice de Desenvolvimento Humano do município (IDHM) é 0,778 o que o coloca na sétima posição no estado – na classificação “alto” – e em posição superior à do Brasil (0,727).

Juiz de Fora, nas últimas cinco eleições municipais, teve quatro prefeitos diferentes, de três partidos. Dois deles tentaram a reeleição, mas apenas um obteve êxito. Como mostra o Quadro 9, o PMDB elegeu o prefeito três vezes: duas vezes com Tarcísio Delgado (em 1996 e 2000) e em 2012 com Bruno Siqueira. O PTB elegeu Alberto Bejani em 2004, e em 2010 o PSDB elegeu o prefeito Custódio Mattos. Verifica-se um cenário diferente do registrado em Lambari: em Juiz de Fora é clara a alternância entre partidos e grupos políticos definidos na prefeitura, o que ocorre, na realidade, desde 1982, extrapolando o período analisado.

Tarcísio Delgado se elegeu prefeito de Juiz de Fora, pela primeira vez, em 1982; depois dele, Alberto Bejani ocupou a prefeitura a partir de 1988. Custódio Mattos exerceu o cargo de prefeito de 1993 a 1996, quando Tarcísio Delgado retornou à prefeitura para o segundo de um total de três mandatos que viria a exercer. Logo, pode-se dizer que desde 1983, portanto, nos últimos 30 anos, Juiz de Fora teve apenas quatro prefeitos que se alternaram no poder.

Há outro aspecto em que as duas cidades estudadas neste trabalho se diferenciam: os candidatos a prefeito em Juiz de Fora apresentam uma trajetória política extensa. Antes de se candidatarem ou de se elegerem prefeitos foram vereadores e depois da passagem pela prefeitura deram continuidade à carreira elegendo-se deputados estaduais ou federais. Quase todos continuam influenciando a política local, alguns mais, outros menos. Apenas Alberto Bejani perdeu espaço na política de Juiz de Fora, depois de uma investigação da Polícia Federal que resultou em sua prisão e renúncia em 2008, pouco antes do término de seu mandato.

Ano	Partido	Candidato	% Votos válidos	Situação	Coligação
1996	PMDB	RAYMUNDO TARCISIO DELGADO	36,7 / 60,0	2º turno/eleito	Sem Informação
	PFL	CARLOS ALBERTO BEJANI	24,0 / 89,39	2º turno	Sem Informação
	PSDB	REGINALDO BRAGA ARCURI	22,12	Não eleito	Sem Informação
	PPB	SEBASTIAO HELVECIO RAMOS DE CASTRO	8,06	Não eleito	Sem Informação
	PT	PAULO GABRIEL GODINHO DELGADO	7,97	Não eleito	Sem Informação
	PV	JOSE ELIAS VALERIO	1,07	Não eleito	Sem Informação
2000	PMDB	RAYMUNDO TARCISIO DELGADO	32,93 / 54,59	2º turno/eleito	PMDB / PPB / PPS / PTB / PSC / PSDC
	PFL	CARLOS ALBERTO BEJANI	34,94 / 45,40	2º turno	PFL / PL / PGT / PRP / PSD / PAN / PSL / PT do B / PRTB / PST / PHS / PMN
	PSB	RENE GONÇALVES DE MATOS	23,75	Não eleito	PSDB / PSB / PDT
	PT	AGOSTINHO CÉSAR VALENTE	5,86	Não eleito	PT / PC do B / PSTU
	PV	JOSÉ EDUARDO ARAÚJO DOS SANTOS	2,51	Não eleito	Sem Coligação
2004	PTB	CARLOS ALBERTO BEJANI	32,96 / 50,66	2º turno/eleito	PTB / PSL / PL
	PSDB	CUSTÓDIO ANTÔNIO DE MATTOS	26,21 / 49,33	2º turno	PP / PSC / PFL / PAN / PTC / PSB / PV / PSDB / PT do B
	PDT	SEBASTIÃO HELVÉCIO RAMOS DE CASTRO	22,25	Não eleito	PDT / PMDB / PTN / PCB / PHS / PRP
	PPS	JOÃO CARLOS VITOR GARCIA	14,9	Não eleito	PT / PPS
	PSTU	FABRICIO ANDRE DE ALMEIDA LINHARES	2,10	Não eleito	Sem Coligação
	PMN	JOSEMAR DA SILVA	1,56	Não eleito	PSDC / PRTB / PMN / PRONA / PC do B
2008	PSDB	CUSTÓDIO ANTÔNIO DE MATTOS	28,23 / 51,82	2º turno/eleito	PP / PTB / PL / PFL / PAN / PSDB
	PT	MARIA MARGARIDA MARTINS SALOMÃO	40,82 / 48,18	2º turno	PC do B / PT
	PMDB	RAYMUNDO TARCISIO DELGADO	20,75	Não eleito	PSB / PMDB / PHS
	PV	OMAR RESENDE PERES FILHO	6,25	Não eleito	PRP / PRTB / PT do B / PV
	PCB	RAFAEL SALES PIMENTA	2,07	Não eleito	PCB / PSOL
	PSTU	VICTOR ALVES PONTES	1,88	Não eleito	Sem Coligação
2012	PMDB	BRUNO DE FREITAS SIQUEIRA	40,25 / 57,15	2º turno/eleito	PMDB / PTN / PMN / PSD
	PT	MARIA MARGARIDA MARTINS SALOMÃO	37,19 / 42,84	2º turno	PRB / PT / PRTB / PSB / PC do B / PT do B
	PSDB	CUSTÓDIO ANTÔNIO DE MATTOS	21,08	Não eleito	PP / PDT / PTB / PSC / PR / PPS / DEM / PSDC / PHS / PTC / PSDB / PPL
	PSTU	VICTORIA DE FATIMA DE MELLO PEREIRA	0,96	Não eleito	PSTU / PSOL
	PCB	LAERTE HENRIQUE FORTES BRAGA	0,49	Não eleito	Sem Coligação
	PRP	MARCOS AURÉLIO PASCHOALIN	0	Não eleito	Sem Coligação

Quadro 9– Coligações e resultados nas eleições majoritárias em Juiz de Fora - MG (1996-2012). Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TSE

O Quadro 9 permite identificar algumas tendências em relação aos principais partidos. O PMDB só não lançou candidato próprio à prefeitura em 2004. Neste ano apoiou o candidato do PDT em uma coligação heterogênea com pequenos partidos de esquerda e de direita. Em todas as outras eleições lançou candidato próprio, vencendo em três ocasiões (1996, 2000 e 2012). O partido demonstrou preferência por coligar-se com pequenos partidos ora mais à direita, como ocorreu em 2000, ora mais à esquerda, como em 2008, ora com ambos, como em 2012. O PTB lançou candidato próprio apenas em 2004, quando elegeu o prefeito. Já PT e PSDB estiveram em coligações diferentes em todas as eleições. Os partidos polarizaram a disputa em 2008 com vitória do PSDB; e em 2012 disputaram uma vaga no segundo turno com vantagem para a candidata do PT que, ao fim, foi derrotada pelo candidato do PMDB.

O PT só não lançou candidato próprio em 2004 quando apoiou o candidato derrotado do PPS. Em 2000 e 2008 aliou-se apenas a partidos de esquerda e em 2012 ampliou em muito o número de parceiros em uma coligação heterogênea com pequenos partidos de esquerda e de direita. O PSDB somente não apresentou candidato ao cargo executivo em 2000, quando apoiou o candidato derrotado do PSB. Em 2000 aliou-se a pequenos partidos de esquerda. Em 2004 fez ampla aliança com partidos de esquerda e de direita incluindo o PFL. A partir de 2004 o PSDB passa a restringir suas alianças aos partidos de direita, entre eles o PFL/DEM que se torna parceiro regular, semelhante ao que ocorria em nível nacional.

Outra característica peculiar de Juiz de Fora é a presença dos pequenos partidos de esquerda – PCdoB, PSTU, PSOL e PCB – seja lançando candidatos próprios à eleição para prefeito, seja por sua participação em coligações encabeçadas por outros partidos. Eles tendem, na maior parte das vezes, a coligarem-se entre si ou a lançarem candidatos isoladamente, porém com baixa votação, não ultrapassando 2% dos votos no pleito majoritário e jamais tendo conseguido eleger um candidato a vereador.

Ano	Partido	Candidato	% Votos Válidos	Coligação
1996	PMN	JOSEMAR DA SILVA	1,76	Sem Informação
	PTB	SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA	1,70	Sem Informação
	PMDB	JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA	1,69	Sem Informação
	PT	FLÁVIO PROCÓPIO CHEKER	1,29	Sem Informação
	PPB	VICENTE DE PAULA OLIVEIRA	1,27	Sem Informação
	PT	GABRIEL DOS SANTOS ROCHA	1,24	Sem Informação
	PSDB	ANTÔNIO CARLOS GUEDES ALMAS	1,11	Sem Informação
	PSDB	SUELI REIS DE SOUZA	1,06	Sem Informação
	PSDB	ISAURO JOSÉ DE CALAIS FILHO	1,04	Sem Informação
	PMDB	JOAO CARLOS ARANTES	1,01	Sem Informação
	PPB	JOAO BATISTA BARBOSA JÚNIOR	0,97	Sem Informação
	PMDB	AMADEU CORTES ROSSIGNOLI	0,93	Sem Informação
	PMDB	DOMINGOS CAPUTO	0,93	Sem Informação
	PT do B	CARLOS HENRIQUE DA SILVA	0,91	Sem Informação
	PFL	JÚLIO CARLOS GASPARETTE	0,87	Sem Informação
	PCdoB	PAULO ROGERIO DOS SANTOS	0,86	Sem Informação
	PSDB	ODILON PEREIRA DE ANDRADE NETO	0,83	Sem Informação
	PFL	ANTÔNIO ZAIDAN	0,82	Sem Informação
	PTB	LOURIVAL RIBEIRO DE TOLEDO	0,78	Sem Informação
	PFL	LAURINDO ANTÔNIO NETTO	0,74	Sem Informação
PDT	GILBERTO VAZ DE MELO	0,59	Sem Informação	
2000	PT	FLÁVIO PROCÓPIO CHEKER	1,14	PT / PC do B / PSTU
	PMDB	JURACI SCHEFFER	1,76	Sem coligação
	PMN	ROGÉRIO GHEDIM SERVIDEI	1,53	PMN / PRTB / PGT
	PMDB	JOÃO BATISTA BARBOSA JÚNIOR	1,26	Sem coligação
	PFL	SILVIO DE SOUZA RAVAIANI	1,23	Sem coligação
	PFL	ROMILTON ANTÔNIO DE FARIA	1,17	Sem coligação
	PFL	VICENTE DE PAULA OLIVEIRA	1,14	Sem coligação
	PMDB	BRUNO DE FREITAS SIQUEIRA	1,14	Sem coligação
	PMDB	JULIO CARLOS GASPARETTE	1,12	Sem coligação
	PFL	MARCOS ANTÔNIO M. DA FONSECA	1,08	Sem coligação
	PMDB	MARCOS PINTO DE OLIVEIRA	1,05	Sem coligação
	PT	GABRIEL DOS SANTOS ROCHA	1,04	PT / PC do B / PSTU
	PSDB	VALDIVINO JOSE MARIANO	1,02	Sem coligação
	PDT	ISAURO JOSE DE CALAIS FILHO	0,98	Sem coligação
	PDT	EDUARDO JOSE LIMA DE FREITAS	0,95	Sem coligação
	PTB	SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA	0,93	Sem coligação
	PPS	CARLOS ALBERTO GASPARETE	0,87	Sem coligação
	PSDB	ANTONIO JORGE DE SOUZA MARQUES	0,87	Sem coligação
	PSL	LAFAYETTE LUIZ D. DE ANDRADA	0,67	PSL / PAN / PT do B
	PP	EDUARDO FONSECA NOVY	0,62	PPB / PSDC
PSC	JOÃO ALVES VIEIRA	0,59	Sem coligação	
2004	PSDB	ANTÔNIO JORGE DE SOUZA MARQUES	1,86	PSDB / PFL
	PL	CARLOS CÉSAR BONIFÁCIO	1,66	PTB / PSL / PL
	PFL	ROMILTON ANTONIO DE FARIA	1,58	PSDB / PFL
	PDT	ISAURO JOSE DE CALAIS FILHO	1,53	PDT / PCB
	PMDB	PAULO ROGÉRIO DOS SANTOS	1,42	PMDB / PTN
	PMDB	JOSÉ SÓTER DE FIGUEIRÔA NETO	1,41	PMDB / PTN
	PTB	VICENTE DE PAULA OLIVEIRA	1,38	PTB / PSL / PL
	PMDB	BRUNO DE FREITAS SIQUEIRA	1,34	PMDB / PTN
	PPS	LUIZ OTÁVIO FERNANDES COELHO	1,25	Sem coligação

Ano	Partido	Candidato	% Votos Válidos	Coligação
	PSDB	RODRIGO CABREIRA DE MATTOS	1,22	PSDB / PFL
	PT	FLÁVIO PROCÓPIO CHEKER	1,21	Sem coligação
	PDT	EDUARDO JOSÉ LIMA DE FREITAS	1,13	PDT / PCB
	PMN	OLIVEIRA MOURA TRESSE	1,07	PMN / PRTB
	PRP	JOÃO EVANGELISTA DE ALMEIDA	1,02	PHS / PRP
	PL	ROSINERE FRANÇA ABBUD	0,96	PTB / PSL / PL
	PRP	FRANCISCO CARLOS CANALLI	0,75	PHS / PRP
	PRP	EDUARDO FONSECA NOVY	0,72	PHS / PRP
	PP	WALDIR SOUSA SILVA	0,69	PP / PTC
	PMN	JOSE EMANUEL ESTEVES DE OLIVEIRA	0,69	PMN / PRTB
2008	PMDB	BRUNO DE FREITAS SIQUEIRA	2,26	PMDB
	PMN	ISAURO JOSE DE CALAIS FILHO	1,42	PMN / PSDC
	PSDB	RODRIGO CABREIRA DE MATTOS	1,28	PSDB / DEM / PRB
	DEM	JOÃO EVANGELISTA DE ALMEIDA	1,24	PSDB / DEM / PRB
	PT	WANDERSON CASTELAR GONCALVES	1,24	PC do B / PT
	PRB	CARLOS CÉSAR BONIFÁCIO	1,17	PSDB / DEM / PRB
	PSDB	JOSÉ LAERTE DA SILVA BARBOSA	1,17	PSDB / DEM / PRB
	PT	FLAVIO PRÓCOPIO CHEKER	1,05	PC do B / PT
	PP	ANTONIO MARTINS	0,97	PP / PR
	PP	FRANCISCO DE ASSIS EVANGELISTA	0,95	PP / PR
	PT	ROBERTO CUPOLILLO	0,89	PC do B / PT
	PSC	JOSÉ EMANUEL ESTEVES DE OLIVEIRA	0,88	PSC / PTN
	PSC	NORALDINO LÚCIO DIAS JÚNIOR	0,86	PSC / PTN
	PMDB	JULIO CARLOS GASPARETTE	0,84	PMDB
	PMDB	JOSÉ SÓTER DE FIGUEIRÔA NETO	0,83	PMDB
	PTC	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	0,77	PTC / PPS
	PTC	JOSÉ TARCISIO FURTADO	0,74	PTC / PPS
	PDT	JOSÉ MANSUETO FIORILO	0,70	PSL / PDT
PDT	ANA DAS GRAÇAS CÔRTEZ ROSSIGNOLI	0,62	PSL / PDT	
2012	PMN	ISAURO JOSE DE CALAIS FILHO	1,80	PMN / PTN
	PPS	APARECIDO REIS MIGUEL OLIVEIRA	1,66	PR / PPS
	PSC	NORALDINO LÚCIO DIAS JÚNIOR	1,52	PSC / PSDC
	DEM	JOÃO EVANGELISTA DE ALMEIDA	1,48	DEM / PSDB
	PT	ROBERTO CUPOLILLO	1,37	Sem Coligação
	PT	WANDERSON CASTELAR GONÇALVES	1,36	Sem Coligação
	PMDB	ANTONIO SANTOS DE AGUIAR	1,10	PMDB / PSD
	PDT	ANA DAS GRAÇAS CORTES ROSSIGNOLI	1,08	PDT / PPL
	PSC	OLIVEIRA MOURA TRESSE	1,04	PSC / PSDC
	PSDB	RODRIGO CABREIRA DE MATTOS	1,03	DEM / PSDB
	PTC	LUIZ OTAVIO FERNANDES COELHO	0,98	PP / PTC
	PMDB	ANDRE LUIS GOMES MARIANO	0,97	PMDB / PSD
	PV	JOSÉ MÁRCIO LOPES GUEDES	0,96	Sem Coligação
	PMDB	JULIO CARLOS GASPARETTE	0,95	PMDB / PSD
	PTC	NILTON APARECIDO MILITÃO	0,95	PP / PTC
	PR	HITLER VAGNER CANDIDO DE OLIVEIRA	0,92	PR / PPS
	PP	FRANCISCO DE ASSIS EVANGELISTA	0,87	PP / PTC
	PDT	JOSE MANSUETO FIORILO	0,84	PDT / PPL
PSB	JUCÉLIO APARECIDO JOSE MARIA	0,51	PSB / PC do B	

Quadro 10 – Coligações e resultados nas eleições proporcionais em Juiz de Fora - MG (1996-2012). Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TSE.

Tabela 2 - Desempenho dos partidos na eleição para a Câmara de Vereadores em Juiz de Fora – MG (1996-2012)⁹

	1996	2000	2004	2008	2012	Total
PMDB	4	5	3	3	3	14
PT	2	2	1	3	2	8
PSDB	4	2	2	2	1	8
PTB	2	1	1	-	-	3
PFL	3	4	1	-	-	4
DEM	-	-	-	1	1	2
PL	-	-	2	-	-	1
PR	-	-	-	-	1	1
PDT	1	2	2	2	2	7
PPB	2	-	-	-	-	1
PP	-	1	1	2	1	4
PSC	-	1	-	2	2	5
PRB	-	-	-	1	-	1
PMN	1	1	2	1	1	5
PTC	-	-	-	2	2	4
PTdoB	1	-	-	-	-	1
PPS	-	1	1	-	1	3
PSL	-	1	-	-	-	1
PRP	-	-	3	-	-	2
PSB	-	-	-	-	1	1
PV	-	-	-	-	1	1
PCdoB	1	-	-	-	-	1
Total	21	21	19	19	19	77

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TSE.

Nas eleições proporcionais vale destacar o grande número de partidos que conquistaram, pelo menos, uma vaga na Câmara no período: foram 22 contra 11 no município de Lambari. Em parte devido ao tamanho maior da Câmara, Juiz de Fora também apresenta maior fragmentação parlamentar. O PMDB mantém o maior número de cadeiras nas cinco eleições, posteriormente vem o PFL/DEM e o PSDB com um expressivo número de vereadores eleitos em 1996 e 2000 e conquistando pelo menos uma cadeira nos outros anos. O PT e o PMN também se destacam pela conquista de pelo menos uma vaga na Câmara em todas as eleições.

Como em Lambari, nota-se em JF um grande número de reeleitos entre os vereadores. Muitos candidatos se elegeram duas ou três vezes nas três primeiras eleições, não aparecendo nas duas últimas, como Vicente Oliveira, eleito três vezes por partidos distintos (PPB, PFL, PTB), Sebastião Ferreira (PTB), Romilton de Faria (PFL), Paulo Rogério dos Santos (PCdoB, PMDB), João Baptista (PPB e PMDB), Gabriel dos

⁹ O número de vereadores em Juiz de Fora era de 21 em 1996 e 2000, foi reduzido para 19 em 2004 (variação explicada na nota 6) e manteve-se nos outros anos.

Santos (PT), Eduardo de Freitas (PDT), Eduardo Novy (PP e PRP) e Antônio Marques (PSDB). Três se elegeram em 2004 e 2008, não conseguindo cadeira em 2012, Carlos Bonifácio (PL, PRB), Jose Emanuel de Oliveira (PMN e PSC), José Figueirôa (PMDB). Outros se elegeram nas duas últimas eleições, em 2008 e 2012, Roberto Cupolillo (PT), Wanderson Castelar (PT), Noraldino Dias (PSC), Jose Fiorillo (PDT), Ana Rissignoli (PDT), Francisco Evangelista (PP). E ainda dois eleitos em 2004, voltaram à Câmara em 2012, filiados a outros partidos, Luiz Coelho (PPS, PTC) e Oliveira Tresse (PMN, PSC).

Ainda destacam-se candidatos eleitos mais de duas vezes. Eleitos em 2004, 2008 e 2012, aparecem Rodrigo Mattos (PSDB), João Evangelista (pelo PRP no primeiro ano e depois pelo DEM) em 2004 e posteriormente pelo DEM em 2008 e 2012. Bruno Siqueira (PMDB) eleito vereador nos anos 2000, 2004 e 2008, elegendo-se ainda em 2010 à Deputado Estadual, e voltando ao cenário municipal, em 2012, como prefeito. Observam-se, ainda, vereadores eleitos para quatro mandatos, como Júlio Gasparette, eleito em 1996, 2004, 2008 e 2012, primeiramente pelo PFL e nos outros anos pelo PMDB e Flávio Cheker, vereador eleito pelo PT nas quatro primeiras eleições, não alcançando uma vaga apenas em 2012. Isauro Calais elege-se nas cinco eleições analisadas, porém trocando de partido três vezes (PSDB, PDT e PMN), no mandato ele largou a vereança para se candidatar a Deputado Estadual, quando obteve êxito. Fora o caso de Isauro Calais, os outros que se reelegem mais de duas vezes permanecem no mesmo partido em todas as eleições.

Os partidos com desempenho mais regular no período analisado foram PMDB, PSDB, PT, PFL/DEM, PDT e PMN que elegeram, pelo menos, um vereador em todas as eleições analisadas. O PSC pode ser adicionado a esse grupo pelo seu desempenho numérico. Os partidos que ampliaram sua presença na Câmara no período foram PT, a partir de 2008, o PDT e o PSC. Enquanto o PMDB e o PMN mantiveram-se estáveis, o PSDB e o PTB viram sua presença reduzida.

Apesar de 27 partidos estarem presentes nas eleições de 2012 em Juiz de Fora, apenas 21 aparecem registrados no TSE, sendo possível que algumas comissões provisórias tenham chegado ao fim de sua vigência. Desses órgãos partidários, somente seis partidos possuíam diretórios: PT, PSDB e PMDB que lançaram candidatos próprios em quase todas as eleições para prefeito; os pequenos partidos de esquerda, PSTU e PCdoB, apontados pela literatura como tendo a maior proporção de diretórios; e o PPS,

que embora não tenham apresentado candidatos próprios a prefeito, em 2012, elegeu o segundo vereador mais votado do município.

6. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Neste capítulo serão apresentados os resultados da análise das entrevistas realizadas junto vereadores, presidentes de partido e candidatos a prefeito de Lambari e Juiz de Fora. Para resguardar o sigilo, a referência aos entrevistados será pela identificação do cargo de forma geral, classificação ideológica do partido e tamanho e a sigla do município como se segue: Direção/Esquerda-Grande/LAM. As falas dos entrevistados foram decupadas e reproduzidas na íntegra. A sessão inicia-se com uma descrição do perfil dos entrevistados, seguida da análise das informações a partir das quatro dimensões centrais do estudo.

6.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Dos 23 entrevistados, sete eram de Lambari e 15 de Juiz de Fora. Os presidentes do PT e do PMDB, em Lambari, são vereadores eleitos pelo partido, e em Juiz de Fora, quase todos os presidentes foram candidatos a vereador em 2012 ou já tinham exercido a vereança em outros momentos. Entre os entrevistados, apenas duas eram mulheres, sendo as duas candidatas a prefeitura nos dois municípios em 2012. O espaço da política, como se sabe, é predominantemente masculino, com poucas mulheres em cargos públicos, o que pode ser notado também na presidência dos partidos¹⁰. Apenas dois dos 20 partidos registrados atualmente em Juiz de Fora são presididos por mulheres. Já em Lambari, quatro dos 12 partidos registrados tem mulheres na presidência.

A entrevista foi iniciada com perguntas sobre o tempo de filiação e os cargos ocupados pelos entrevistados no partido como uma forma de apreender o seu grau de envolvimento e de participação na vida partidária. Supunha-se que esta seria uma boa *proxy* para o nível de conhecimento do entrevistado sobre o processo de montagem das coligações no município. Vinte entrevistados estavam em seus respectivos partidos há

¹⁰ Nas eleições de 2012, considerando o total de municípios brasileiros, as mulheres representavam 8% do total de candidatas a uma cadeira na Câmara dos Vereadores. Do total de vereadores eleitos nos municípios do país, apenas 34,8% eram mulheres. Em relação às candidatas à prefeitura os números são ainda menores, uma vez que apenas 13,3% eram mulheres e dentre os eleitos 13,4% eram do sexo feminino.

mais de 5 anos; alguns deles nunca tinham mudado de partido e eram membros desde a fundação do órgão partidário municipal. Somente três entrevistados tinham se filiado aos seus respectivos partidos no período imediatamente anterior às eleições (incluindo o caso do ex-prefeito de Juiz de Fora pelo PMDB que se desfilou do partido por motivos que serão expostos a seguir).

Portanto, houve predomínio de entrevistados que exerciam ou já haviam exercido cargos dentro do partido. Mesmo aqueles que estavam filiados há menos tempo faziam parte da executiva municipal, apenas com a exceção de um vereador eleito pelo PTB, em Lambari, que não tinha exercido nenhum cargo no partido até o momento da entrevista. Observou-se grande homogeneidade nos dois municípios em relação aos aspectos do perfil investigados.

Em relação ao perfil ideológico, foi indagado aos entrevistados como eles classificavam seus respectivos partidos e o por quê¹¹. Como já afirmado anteriormente, a questão de em que medida e com que consistência é possível distinguir ideologicamente os partidos brasileiros nas diferentes esferas da federação, situando-os em diferentes pontos do espectro ideológico, é um ponto controverso na literatura com implicações metodológicas já que muitos estudos incorporam esse elemento como variável independente. Ao perguntar as razões da classificação do entrevistado, o objetivo foi colher pistas sobre como os parlamentares elaboram essa dimensão.

Nenhum dos 23 entrevistados classificou seu partido como de direita, como demonstra o quadro 11. Alguns questionaram a tipologia de três categorias preferindo se posicionar entre centro e esquerda. Os motivos da classificação variaram: alguns se basearam nas origens, raízes e história do partido, outros nas causas historicamente defendidas, associando a esquerda com uma maior preocupação com as questões sociais e a direita pelo foco no mercado. O centro seria uma mistura de esquerda e direita e pela alternância de posições mais à esquerda com posições mais à direita. Apenas um entrevistado do PSDB de Lambari associou o binômio esquerda *versus* direita à clivagem situação *versus* oposição.

“Essas classificações são sempre arbitrárias, mas pelo critério mais frequente eu diria que se trata de partido de centro esquerda, pela preocupação com as questões de **desigualdade social**, mas no campo da **economia de mercado**” (Candidato/ Centro-Grande/JF).

¹¹ Perguntou-se: Se você tivesse que classificar seu partido entre esquerda, centro e direita como classificaria? Por quê?

“O PDT é o partido que vê realmente as **questões dos trabalhistas** quase que como afinidade mesmo, pois vem de passado, que existiram lutas em prol do trabalhador. Isso coloca o partido de certa forma, mais para a esquerda do que para a direita. Têm questões pedetistas grandes mesmo. Nosso partido tem o **Brizola**. E é verdade mesmo que o PDT **herdou os princípios e as bases**, quase que a ideologia de Getulio Vargas. Aquele PTB antigo de Getulio Vargas é aquele que é hoje o PDT, pela ideologia, pelos **princípios**, pelos **valores** e pela **tradição**” (Direção/Esquerda-Grande/JF).

“O problema do PTB é que ele está muito **dividido em duas alas**, ne. Ele apoia o PT no nível Nacional e o PSDB no nível Estadual. Então, assim, eu acredito que ele esteja assim mais centro, do que na direita ou na esquerda. Então, ele ta assim não tanto pra esquerda, não tanto pra direita, mais no centro mesmo” (Vereador/Esquerda-Pequeno/LAM).

“Isso é complicado, é bem difícil analisar essas situações. Eu considero o PSDB hoje como partido de oposição, o maior **partido de oposição**. Dentro do nível nacional o PSDB hoje é o maior partido de oposição. Agora falar se é de esquerda, direita ou centro é difícil. Porque o pessoal hoje fala que o PT é direita, então **somos de esquerda a oposição**. E é assim, a gente quer fazer a diferença, pra fazer a diferença” (Direção/Centro-Grande/LAM).

Cidade	Entrevistado	Classificação
LAMBARI	Presidente/PT	Esquerda
	Presidente/PSDB	Esquerda
	Presidente/PMDB	Centro
	Presidente/PSB	Centro-Esquerda
	Presidente/DEM	Centro-Esquerda
	Vereador/PTB	Centro
	Candidato/PT	Centro-Esquerda
JUIZ DE FORA	Direção/PT	Esquerda
	Direção/PDT	Centro-Esquerda
	Direção/PSB	Centro-Esquerda
	Direção/PSTU	Esquerda
	Direção/PMDB	Centro
	Direção/PSDB	Esquerda
	Direção/PTN	Centro-Esquerda
	Direção/DEM	Centro
	Vereador/PSB	Centro-Esquerda
	Vereador/PSDB	Centro-Esquerda
	Candidato/PT	Centro-Esquerda
	Candidato/PSDB	Centro-Esquerda
	Candidato/PMDB	Centro
	Candidato/PSTU	Esquerda
	Vice-Candidato/PSB	Centro-Esquerda
Ex-Prefeito/PSB	Centro-Esquerda	

Quadro 11 - Classificação ideológica dos partidos segundo os entrevistados. Fonte: Elaboração própria.

Os partidos considerados de esquerda pela maior parte da literatura, explicam a necessidade de caminhar para posições mais ao centro como forma de ampliar as chances eleitorais e de facilitar a formação do governo.

“Porque é um partido que **nasceu** de esquerda claramente, num projeto revolucionário e fez uma inflexão na história, aproximou-se do centro no governo. Então, na medida em que governa, digamos assim, essa ideologia fica um pouco mais complicada. Então, eu acho que é um partido de esquerda, que fez essa escolha de caminhar um pouco mais pro centro quando entrou no governo. E ele lidera hoje uma articulação nacional, claramente, centro-esquerda” (Direção/esquerda-Grande/JF)

“Porque hoje os partidos de esquerda que se intitulam esquerda, esquerda mesmo, são muito **radical**. E qualquer partido hoje, qualquer grupo, para que você pese um **projeto exitoso, de vitória**, você não pode ser muito radical, você tem que ser um pouco mais **maleável**” (Direção/Esquerda-Pequeno/JF).

“Porque o que acontece, um partido só de uma visão única ele não funciona. Ou bom ou mau. Isso não funciona, existe o bem e existe o mal, existe a esquerda e a direita. (...) Então, o PT está caminhando com um pensamento mais de centro. Mas assim, ele não vai deixar a esquerda nunca, mas de centro também porque às vezes ele toma decisões pra direita também. A gente vê aí que foi um partido muito bom pras **classes mais baixas**, mas os **empresários** também ganharam dinheiro” (Candidato/ Esquerda-Grande/LAM).

“Esquerda, porque tem um programa que tem os princípios de um programa de esquerda e é um partido que também tem como objetivo estratégico o socialismo. O socialismo é uma ideologia da esquerda na política mundial, tem uma defesa clara da classe trabalhadora, dos interesses da classe trabalhadora e também uma defesa muito clara de derrubar o capitalismo para a construção de uma nova sociabilidade” (Candidato/Esquerda-Pequeno/JF).

No capítulo 4 apresentamos nos Quadros 5 e 6 a relação dos entrevistados: 7 em Lambari e 16 em Juiz de Fora. O importante a destacar é que, com a exceção do PSB, do PSTU e do PTN em Juiz de Fora, todos os demais partidos da amostra de entrevistados nos dois municípios podem ser considerados médios ou grandes por seu desempenho em nível nacional. Além disso, com as citadas exceções, todos eles são importantes na esfera local seja por seu desempenho na eleição de vereadores, seja por sua participação nas eleições majoritárias. Esse perfil da amostra permitirá, portanto, abordar as questões centrais deste estudo, a partir da percepção de atores centrais da política municipal em ambos os cenários.

6.2 ATORES

Essa dimensão diz respeito aos atores no processo de montagem das coligações nas eleições de 2012. O objetivo foi identificar, dentre os diversos atores políticos locais, os que desempenharam papel relevante na decisão de realizar coligações e com quais partidos se coligar¹². Todos os entrevistados, nos dois municípios, responderam que essa é uma articulação feita pela cúpula do partido no município, por vezes usando o termo “executiva” e outras vezes utilizando o termo “diretório”. Quando foram estimulados a citar os nomes dos articuladores, aparecem com destaque os nomes dos presidentes dos partidos e dos candidatos ao cargo de prefeito. Eles são apontados como os principais condutores das articulações e “conversas” entre partidos, como as pessoas que procuram ou são procuradas para fazerem os acordos. Segundo os entrevistados, esse papel é reservado a esses agentes, pois estes seriam os mais importantes no interior do partido por ocuparem cargos formais de direção¹³.

“Ahh pela **executiva** e o **presidente** do partido ele que conduz essas conversas com os outros partidos, o **candidato** também. Normalmente, são feitas... normalmente os presidentes de partidos decidem e negociam entre ele e o candidato. Normalmente é assim” (Vereador/Centro-Grande/JF).

“Para isso existe uma **assembléia**, onde todos os **membros do partido** votam e dão ou não dão a **executiva** do partido o poder de negociar. No caso, os membros coligados, os **candidatos** do partido a vereador deram a executiva esse poder de com quem coligar, se faz coligação quem é A, quem é B, quem é C. Tudo é decidido pela executiva” (Direção/Esquerda-Grande/JF).

“Acho que a decisão foi do **grupo**, foi daquela conversa. Teve também a minha participação, do **presidente** do Diretório” (Candidato/Esquerda-Grande/LAM).

“Porque o **presidente** é aquela figura que ta na frente do partido e que, logicamente, vai trazer aquela discussão para dentro do partido. Então eu fui procurado, na maioria das vezes eu fui procurado” (Direção/Centro-Grande/LAM).

¹² Perguntou-se: Quem foram as pessoas importantes na decisão de montagem das coligações DO SEU PARTIDO na eleição de 2012? Mais alguém? Qual foi o papel dessas pessoas? Por que essas pessoas tiveram esse poder de decisão?

¹³ Foram destacados em negrito nas citações, as palavras, termos e expressão considerados centrais para a análise.

“Então, a maioria das decisões é a gente, sou eu que tomo, por causa do **desinteresse**. Pois o certo seria, sentar discutir, debater, achar uma solução, traçar um plano, mas no interior é complicado. A gente não consegue montar um diretório, não têm pessoas no partido suficiente, aí a maioria dos partidos aqui é tudo comissão provisória. Acaba que o presidente decide”. (Direção/Esquerda-Pequeno/LAM).

As falas dos entrevistados também fazem menção à participação do candidato a prefeito e a alguma forma de decisão coletiva, a partir da delegação dos filiados à executiva do partido. Esses aspectos serão explorados adiante assim como a menção à “decisão do grupo”. É importante destacar que, em suas falas, nesse primeiro momento, quase a totalidade dos entrevistados não fez menção, necessariamente, a nomes, e sim aos cargos ocupados pelos que tomam as decisões, no caso, presidente e candidato. Em ressalva, se encontra o PSB/JF, pois, como será explorado a seguir, uma liderança estadual participa diretamente das negociações das alianças.

Presidentes e candidatos também foram citados quando se perguntou “quais foram as pessoas do outro partido coligado que tiveram importância nas negociações”, corroborando a importância dos dirigentes e indicando que a decisão em torno das coligações é um processo, em alguma medida, institucionalizado. Esse traço pode estar relacionado ao próprio perfil dos entrevistados da amostra que, como já destacado, pertencem, em sua maioria, a partidos com bom desempenho eleitoral no município.

“Só o **candidato** a prefeito mesmo que foi importante nas negociações. Que quis acolher a gente, que quis conversar” (Direção/Esquerda-Pequeno/LAM).

“Se coligou com o PSB por causa de uma pessoa que se chama Jorjão. Ele sempre foi um defensor do governo nosso. Ele sempre foi um defensor, um admirador. Ele sempre ajudou” (Candidato/Esquerda-Grande/LAM).

“Normalmente é o **presidente** do partido que procura sentar com os presidentes e as **lideranças**” (Direção/Direita-Grande/JF).

“Acho que a pessoa de grande importância do PSDB foi o próprio Custódio. Agora depois disso, nós tivemos o **presidente** do PSDB” (Direção/Esquerda-Grande/JF).

“O Waldir mesmo, ele que é o **presidente** do PSOL, na época continuou sendo ele. Mas a pessoa central foi mesmo o Waldir” (Direção/Esquerda-Pequeno/JF).

Nestas citações, vê-se, pela primeira vez, a referência a nomes de pessoas com papel de relevo na política municipal, que ocupam cargos de direção nos partidos ou eram candidatos.

Em Juiz de Fora políticos com atuação na esfera estadual e nacional foram destacados espontaneamente como principais articuladores. Isso ficou claro na fala de um candidato a prefeito a respeito das articulações entre PMDB e PSD que teria contado com a participação decisiva de um deputado estadual. E também na fala de um vereador se referindo às negociações entre PSDB, PP e PTC nas quais teria sido decisiva a participação de um presidente estadual e de um senador.

“O **deputado estadual** do PSD, basicamente foi ele. Foi com ele que a gente conversou e surgiu a aliança” (Candidato/ Centro-Grande/JF).

“O PP que é o vice do governador do PSDB, o **presidente estadual** do PP tem uma relação estreita com o Aécio e acabaram estreitando relações e coligaram com a gente aqui. O PTC é um dos partidos que presidente estadual do PSDB tem uma relação estreita e ele sentou com eles e eles apoiaram a gente” (Vereador/Centro-Grande/JF).

Nesta dimensão, procurou-se investigar se existia alguma participação dos candidatos a vereador na decisão em torno das coligações¹⁴. Apenas o dirigente/Centro-Grande/Lambari fez referência à participação desses atores espontaneamente. Alguns entrevistados afirmaram que não há participação direta desses agentes, porém, afirmam que o consentimento deles é necessário para a aliança se efetivar. Um entrevistado afirmou que os candidatos a cargos na Câmara Municipal só têm peso na decisão da chapa proporcional. A maioria dos respondentes assegura que o poder de intervenção depende da importância do candidato, se ele é uma liderança no município ou se já exerceu mandato anteriormente. Indicam, com isso, que o peso dos candidatos a vereador na decisão varia em função da sua importância e prestígio na política local, da sua trajetória e da capacidade de atrair votos.

“Os candidatos a vereadores não tem participação. Geralmente são os presidentes que procuram os candidatos... Geralmente quem decide isso é o presidente do partido. To falando a nível de Lambari, o que acontece aqui. Aí, por exemplo, você chega lá e olha o **número de votos** possíveis que o vereador pode ter para obter mais chances de eleger alguém” (Direção/Centro-Grande/LAM).

¹⁴ A pergunta foi? Os candidatos a vereador influenciaram de alguma forma a decisão dos partidos com os quais o seu partido se coligou?

“Tem, mas depende da **importância do vereador**. É a importância da **liderança política**. Tem uns que tem mais peso outros menos. Tem uns candidatos que não tem praticamente peso nenhum. Agora suponhamos, um vereador que está pra **reeleição**, ele tem um peso maior, porque ele já teve uma vivência, ele já é vereador, é candidato à reeleição. Então, ele tem um peso específico né. Um candidato a vereador que nunca foi vereador, mas é **líder muito forte em um bairro** na cidade, que se sabe disso perfeitamente. Ele passa a ter uma influência maior na decisão” (Ex-Prefeito/ Esquerda-Pequeno/JF).

“Olha, de certa forma **ajuda. Eu ouço a opinião deles. É assim, existe uma liderança** principal, se eu tenho certeza de alguma coisa eu bato o pé. Se eu tenho certeza eu tenho mais que lutar por aquilo e fazer e conduzir o pessoal também.” (Candidato/Esquerda-Grade/LAM).

“Candidato não, mas **vereador eleito** pesa. Na época a gente não tinha vereador. Hoje nós temos o Jucélio, então qualquer chapa que nós formos montar agora, a gente tem que ouvir o Jucélio. A questão da chapa majoritária, nós temos que ouvir o Jucélio ele é agora uma **referência**. Ele é o **porta-voz**. A **imprensa** a hora que vai falar, vai falar com o Jucélio, ele aparece mais que o presidente” (Direção/Esquerda-Pequeno /JF).

Algumas falas indicam que o vereador em exercício tem peso na decisão do partido, principalmente se ele ocupa cargo de relevo na Câmara Municipal ou se tem um papel de liderança no legislativo local. Como indica a fala de um presidente de partido de Juiz de Fora, neste caso, o vereador assume o papel de articular no interior da Câmara Municipal e ser seu porta-voz. Esse aspecto apareceu espontaneamente na fala de alguns entrevistados.

Com referência à participação dos militantes no processo decisório das alianças, de modo geral, nas duas cidades, predomina a mesma percepção: os militantes não têm importância na decisão¹⁵. Nessas falas os entrevistados destacam, novamente, o papel marcante da executiva/diretório e dos candidatos na decisão das alianças eleitorais, com menção a reuniões restritas à cúpula do partido. Afirmam que a despeito das reuniões serem públicas e abertas aos militantes, as articulações, as negociações e os acordos sobre as coligações são feitos em reuniões menos acessíveis e restritas às lideranças. Os militantes entram em cena apenas para referendar o que já foi definido pela cúpula do partido. Esta percepção foi expressa por entrevistados de diferentes partidos, associados

¹⁵Pergunta: O partido realizou reuniões no município para tomar essas decisões sobre os aliados? Essas reuniões foram abertas aos militantes? Os militantes e os eleitores tiveram algum peso nessas decisões?

a diferentes famílias ideológicas sugerindo ser difundido esse estilo decisório centralizado.

“Sim, todos os militantes tem **acesso** às reuniões. Mas só quando se trata de **reuniões que não são decisórias**, tem reuniões que é só para o diretório, ai é diferente. Tem decisões que cabe apenas ao diretório, do contrário não, a gente publica a gente convida” (Direção/Esquerda-Grande /LAM).

“Toda reunião, quando não é só da executiva, é aberta aos militantes... Quando ela [coligações] chega pra ser deliberada com todos os participantes, ela **chega com um quadro já mais ou menos definido**. Então, quem tem interesse nesse assunto é o **candidato a prefeito e os vereadores**, depois de muito discutido isso, se leva, praticamente, não a decisão, mas leva uma aprovação na assembléia geral” (Direção/Centro-Grande /JF).

Ainda sobre os militantes, em Juiz de Fora, apesar de negarem a sua importância na decisão, alguns entrevistados chamam a atenção sobre a importância da avaliação e da opinião dos filiados já que seu apoio será necessário durante a campanha. Sugerem, assim, que a opinião dos militantes sobre as coligações são consideradas por quem toma a decisão, ainda que estes não participem diretamente do processo. Os militantes, sobretudo os organizados que se envolvem na campanha, imporiam certos limites às decisões das lideranças.

“O diretório tem peso maior. O militante por ser só militante tem sim uma influência, mas o peso grande é do **diretório** e do **executivo**”. (Candidato/Centro-Grande /JF)

“De coligação nem tanto. É obvio que se busca uma tendência, se sair amanhã que PSDB vai se coligar com o PT, vai se ter **problema com os militantes**. Tem uma linha de raciocínio pra se definir as coligações” (Direção/Centro-Grande/JF).

“Tem. Por exemplo, militante não pode ver tucano de jeito nenhum, ai eu chego lá falando que vamos fazer aliança com um tucano. Ai eu fico sozinho. Porque eles que pegam e faz campanha que ta junto, que vai pros bairros e sobe morro, ai eles não concordando, eles não vão fazer. Então, você **não pode impor** essas coisas dessa forma” (Direção/Esquerda-Pequeno /JF).

Em Lambari, os entrevistados justificaram a pequena influência dos filiados e militantes na decisão pela falta de interesse da população pela política. Para eles, as decisões são restritas a poucas pessoas porque não há muitos interessados.

“Teria se tivesse **participação**. Seria importante se participasse, porque a gente teria uma boa **campanha**. Mas isso não existe”. (Direção/Esquerda-Pequeno/LAM)

“O pessoal participa pouco, né. Então **não tem participação**. As pessoas reclamam, mas na hora de acompanhar, tirar um tempo pra dedicar, ver o que está fazendo, **fiscalizar**. O pessoal não faz isso” (Candidato/Esquerda-Grande/LAM).

“Sim, sim. Mas poucos participam, só aqueles que vão sair a **candidato** mesmo que participam, os outros que não vão sair a candidato não se envolvem, dificilmente aparecem” (Vereador/Direita-Grande/LAM).

Em resumo, pode-se notar que as coligações são resultado de um processo pouco coletivo e centralizado nas duas cidades. Poucas pessoas – os dirigentes partidários, candidatos a prefeito, e vereadores em exercício com prestígio e liderança no município – influenciam o processo. Sobressaem o PSB/JF e o PSDB/LAM que destacam a importância de um único líder nas negociações. A decisão em torno das coligações do PSB de Juiz de Fora foi fortemente influenciada pelo deputado federal do partido, fato confirmado em várias falas de diferentes entrevistados do partido. No PSDB de Lambari o poder de decisão está concentrado em torno do presidente. Além dele próprio se colocar nessa posição, outros entrevistados de distintos partidos corroboram a sua importância.

“A gente discute, mas a **palavra final** é do **deputado federal**. Claro que ele não impõe nada. A gente discute, briga, manda o outro pra aquele lugar, mas a palavra final é dele. A palavra final é de **quem tem mandato**. A política é assim que funciona” (Direção/Esquerda-Pequeno/JF).

“Também e muito. Aqui em Juiz de Fora o PSB é controlado pelo **deputado federal**, meu filho. Ele é o grande articulador daqui. Ele tem uma posição forte” (Ex-Prefeito/Esquerda-Pequeno/JF).

“O **presidente** do PSDB foi o que mais articulou e foi importante. Principalmente da questão partidária, as filiações. Ele tinha até outros partidos que estavam sobre domínio dele, embora tivesse outras pessoas para representar de presidente”... “Como eu falei, a importância maior da coordenação da campanha foi o presidente do PSDB. E logicamente ele tinha o **acesso** ali ao PSD e ao PSL. Então, ele tava nisso” (Direção/Centro-Grande/LAM).

“O que acontece é que o Sérgio era do PDT na eleição passada. Ai eu fui e falei pra ele como presidente de partido, você vai se coligar ao PSDB porque ele tem um peso a mais”. “Ser o vice do PSDB foi outra escolha também que eu tinha colocado. Porque teríamos uma chapa mais forte, ter uma chapa puro sangue” (Direção/Centro-Grande/LAM).

Os dados expostos até agora não evidenciam diferenças significativas entre os municípios, com a exceção da influência de atores que operam em outros níveis de governo. Nos dois casos, as evidências mostram um processo centralizado de formação das coligações nos diferentes partidos, independentemente de tendência ideológica. A única exceção é o PSTU, que se caracteriza por uma dinâmica decisória mais coletiva. Esse partido é peculiar dentre os estudados, pois apresenta um forte conceito socialista, que além de refletir em sua ideologia e programa, aparece em sua dinâmica organizacional. Apesar hierarquia interna, do presidente e candidato tomarem a frente das negociações e acordos eleitorais, as decisões envolvem um número maior de pessoas, na medida em que são discutidas e votadas entre todos os membros do partido em reuniões. Nesse sentido, apresentando um caráter mais coletivo. O que pode ser expresso pela fala de um entrevistado, o qual afirma a não existência de líderes que concentra em si as decisões partidárias.

“Na verdade a discussão dentro do PSTU é muito democrática, não existe uma liderança no partido que decide pelo partido. Foi uma aliança que foi construída de forma moderada, a gente resolveu trazer o PSOL pra junto da gente novamente. A gente costuma até fazer **conferências**, faz durante todo esse período, em todo esse período estamos **discutindo** e a gente fecha com uma conferência com a opinião de todos os **militantes** assim. Todos os militantes têm a oportunidade de opinar sobre os assuntos” (Direção/Esquerda-Pequeno/JF).

“No PSTU, é o partido como um todo, nós temos uma organização que nós chamamos de leninistas, tem todo um **processo de discussão interna** no partido, e aí, após essa discussão que é interna a decisão que é tomada pela **maioria** do partido que é levada para a sociedade” (Candidato/Esquerda-Pequeno/JF).

Os entrevistados foram interrogados, também, sobre a influência de políticos (deputados, senadores, governadores) e dos órgãos partidários estaduais e nacionais sobre o processo de formação das coligações nas eleições de 2012¹⁶. Em relação a este

¹⁶ Perguntou-se: Nas eleições de 2012 políticos e líderes estaduais do partido influenciaram a montagem das coligações do seu partido aqui no município? Tem algum político ou liderança estadual ou nacional

aspecto, constatou-se uma diferença entre os municípios. Apesar do caráter exploratório da pesquisa, aventava-se a hipótese de que essa influência seria maior em Juiz de Fora do que em Lambari, por se tratar de um município de grande porte, com um significativo colégio eleitoral. Alguns estudos sobre coligações no nível municipal sugerem que a influência dos alinhamentos estaduais e nacionais é maior nas capitais e nos municípios de grande porte e vai decrescendo à medida que se reduz o número de habitantes. Os pequenos municípios não seriam tão estratégicos eleitoralmente para os partidos, também porque a extensão do território ampliaria os custos de se investir em mobilização e articulação política em um grande número de municípios de pequeno porte. Como consequência, a política nos municípios médios e pequenos seria marcada mais fortemente pelos elementos e particularidades locais.

Os dados analisados até o momento já corroboravam essa expectativa com menções espontâneas à participação de um deputado estadual, um federal, um senador e a presidentes estaduais no processo de montagem das coligações em Juiz de Fora (entrevistas com membros do PMDB, PSD e PSB). Estimulados a se manifestarem sobre a questão, os entrevistados corroboraram a hipótese.

Juiz de Fora, com maior número de habitantes e de políticos eleitos para cargos no nível estadual e federal, parece ser alvo de mais atenção. A influência do diretório nacional não foi confirmada por nenhum entrevistado. Já a interferência do diretório estadual aparece de forma sutil na fala de alguns entrevistados: compreende-se a sua importância, afirma-se que ele é consultado e ouvido, mas parece não existir delimitação rigorosa em relação à formação das alianças. Em outros casos, a interferência parece ter sido mais direta, o que talvez possa ser explicado, em parte, pela fala do presidente do PSDB/JF quando afirma que “é o diretório estadual que exerce um papel muito grande na aquisição de recursos”. De toda forma, essa influência parece ter variado de partido para partido.

A interferência do diretório estadual do PSDB e do PSB se confunde com a figura de seus respectivos deputados federais que também ocupavam, à época, a presidência do órgão partidário em nível estadual. No PMDB está relacionada à forte orientação do presidente estadual do PMDB de que o partido deveria ter um candidato

que participou dessas decisões aqui? Como isso ocorreu? O diretório estadual e nacional do seu partido teve alguma influência na decisão das coligações municipais do seu partido em 2012? Ele delimitou de alguma forma com quais partidos o seu partido poderia se coligar ou não?

próprio a prefeito em 2012 no município, como afirmado por dois entrevistados do partido.

“Não. Pode ser que tenha, mas nunca aconteceu. A gente nunca teve uma interferência. Porque, além disso, nós temos o diretório aqui e ele tem poder de deliberar. É claro que a gente não vai tomar uma atitude contrária do partido no nível estadual” (Candidato/Centro-Grande/JF).

“Sim, deixou claro que existia a necessidade de candidatura própria nas eleições municipais, e isso ajudou para que nós pudéssemos ter candidatura própria aqui e em Uberaba” (Candidato/Centro-Grande/JF).

“Aqui acaba confundindo um pouco, pelo Júlio Delgado ser o presidente do diretório estadual. Então, influência. O Júlio tá aqui com a gente toda hora, ele participa das nossas reuniões. Porque nosso grande líder aqui é o Júlio” (Direção/Esquerda-Pequeno/JF).

Como já informado anteriormente, o PSB teve a formação de suas coligações fortemente influenciada pelo deputado federal do município. Os entrevistados do PSDB expressam a influência de um deputado federal, do governador do estado e de um senador, todos eleitos pelo PSDB.

“Tem, o Marcus Pestana que é Deputado Federal por Juiz de Fora, ele é presidente estadual do partido. E o Aécio é da Zona da Mata também, ele é de São João Del Rei. (...) Eles participam de reuniões. Bem, as reuniões não são aqui, eles são consultados sobre alguns partidos que vamos coligar, ou fazem alianças com os outros partidos para se coligar aqui no município. Quando o Custódio perdeu no primeiro turno, eles chamaram o Custódio lá em Belo Horizonte, o então Anastasia, junto com o Aécio, e ofereceram apoio ao candidato Bruno. Então eles participam sim, efetivamente da disputa. Juiz de Fora é uma das cidades mais importantes de Minas, então é uma vitória que tem peso político” (Direção/Centro-Grande/JF).

“Nós temos o Marcus Pestana que foi Deputado Estadual e Deputado Federal e é presidente estadual do partido que é sempre ouvido. (...) O PP que é o vice do governador do PSDB, o presidente estadual do PP tem uma relação estreita com o Aécio e acabaram estreitando relações e coligaram com a gente aqui”. (Vereador/Centro-Grande/JF).

Os membros dos demais partidos negaram qualquer interferência partidária de outros níveis, incluindo o Partido dos Trabalhadores. Um dos entrevistados do PT, político de muita influência, afirma que “O PT na Zona da Mata nunca teve muita força. Em Juiz de Fora, o PT é deixado de lado nas articulações nacionais, o foco é mais Belo Horizonte”. A mesma ausência de influência foi observada no DEM e no PTN segundo

as afirmações dos entrevistados: “Não, a nível municipal, não. Mas nós seguimos uma tendência que já tinha acontecido” (Direção/Direita-Grande/JF) e “Não, nenhuma influência. A coligação foi decidida aqui pelos membros do partido do PTN” (Direção/Direita-Pequeno/JF).

O PSTU, mais uma vez, se destaca dos demais partidos. Segundo um entrevistado, não houve interferência direta dos diretórios e de políticos de outras esferas. Contudo, na medida em que se orientam por um programa nacionalmente projetado, não se cogitada a aliança com partidos que não estejam situados no campo da esquerda. O alinhamento com as outras esferas se daria em função de coesão programática e não de articulação política.

“Não. Na verdade o programa influência, ne. Então, interfere. O que não interfere é que não há uma decisão nacional na escolha de que partido se coligar, a gente tem autonomia pra isso, mas dentro do programa, dentro da luta dos trabalhadores. Então, nesse sentido interfere” (Ex-Prefeito/Esquerda-Pequeno/JF).

A variação observada entre os partidos faz crer que a influência de lideranças estaduais não seja a regra, mas é mais provável quando o partido conta com um deputado com origem no município ou com base eleitoral na região. Acumular o cargo de deputado com a presidência estadual do partido também pode aumentar as chances de ocorrência desse alinhamento entre as duas arenas. Também apontam para a influência do governador e do senador políticos eleitos pelo sistema majoritário com votos espalhados por todo o estado, no sentido do proposto por Dantas (2009) quando este destaca o peso do partido do governador na formação das alianças locais. As percepções dos entrevistados sugerem, também, que essa influência de “cima para baixo” varia em função da força eleitoral, da densidade organizativa do partido e de sua coesão programática. Quanto mais coeso, menor seria a necessidade de articulações políticas na formação das coligações. Quanto menor a importância eleitoral e a densidade organizativa, menores os canais de articulação e coordenação partidária.

Essas explicações aparecem nas próprias falas dos entrevistados de Juiz de Fora para explicar a influência e nos de Lambari para explicar a ausência de influência. No último caso, segundo os entrevistados, a ausência de políticos de peso oriundos ou eleitos no município ou na região faz com que inexistam os elementos que poderiam funcionar como “ligação” entre as arenas e como coordenação partidária entre os diferentes níveis. Essas falas também revelam que na percepção dos entrevistados essa

ligação é ou deveria ser obra mais de pessoas e de lideranças e menos de organizações solidamente construídas com densidade organizativa e penetração no território.

“Nas cidades maiores, sim; nas pequenas, muito pouco. Aqui, em Juiz, de fora o PSB tem, pois como já falei do Júlio, porque é o presidente do diretório estadual. Nos municípios isso acontece se tem uma **pessoa de ligação**, como é o caso do PSB, se não tem, essa influência quase não existe” (Ex-Prefeito/Esquerda-Pequeno/JF).

“Porque na verdade o PSB tinha apenas um **deputado federal**, mas tinham três estaduais só que nenhum era **aqui da cidade** ou daqui da região. Então, ninguém participou ativamente” (Direção/Esquerda-Pequeno/JF).

“Muitas das vezes o deputado do seu partido não está aqui na sua região. E aí, logicamente, ele vai atender a **região** dele e não a sua. Então, essa questão que tem peso” (Direção/Centro-Grande/LAM).

“Também não. Porque seria o caso de ter uma liderança regional do partido tivesse aqui, por exemplo. Deveria ter, mas não tem. Ta faltando o que? Ta faltando peso aqui do nosso **partido no interior**, para que esses dirigentes nacionais e estaduais venham até nós. Mas como não temos **peso** nenhum, eles não interferem. Não se aqui outro partido teve essa interferência, mas no nosso não” (Direção/Esquerda-Pequeno /LAM).

O caso de Lambari revela outras questões envolvidas no problema. Todos os entrevistados negaram influência ou interferência direta de políticos das esferas estaduais ou nacional na formação das coligações no município. As falas dos entrevistados, além dos fatores já mencionados, permitem apreender outros como sugere a afirmação do entrevistado do PSB para quem maior interferência poderia implicar (ou depender de) maior repasse de recursos para os partidos no nível municipal: “influência nenhuma, porque se eles quisessem interferir eles iam ter que ajudar a gente em termos financeiros. Mas eles querem o contrário, que a gente aqui do interior mande dinheiro pra capital” (Direção/Esquerda-Pequeno/LAM).

As outras falas dos entrevistados de Lambari sugerem o que já foi apontado por outros estudos: ainda que as lideranças e organizações estaduais e nacionais desejem, não é de todo possível controlar o comportamento dos atores locais. Primeiro, devido à ausência dos tais elementos de ligação que poderiam facilitar o monitoramento e a coordenação. Segundo, porque, em boa medida, os partidos precisam se adequar às configurações já consolidadas no cenário local para maximizar suas chances eleitorais. Por último, porque como sugere a fala de um entrevistado, ao fim e ao cabo, importa

mais saber se a coligação favorece o desempenho eleitoral do partido no município do que se ela respeita as orientações ou os alinhamentos estaduais ou nacionais.

“Não, eles deixaram por conta da gente. Se nós fossemos fazer coligação com algum partido de oposição, como o PSDB, eles pedem pra gente fazer uma carta e pedir pra eles fazerem uma apreciação dessa coligação. Mas não é nada assim, não tem impeditivo de coligar. Eles preocupam é com o interesse da população. Vai ser bom pro partido, vai ser bom pra população, tudo bem, então coliga. **Não há impedimento**” (Candidato/ Esquerda-Grande/LAM).

“Eles não interferem. Influência tem, porque se vier de cima pra baixo, a nível estadual, pode ter certeza que pesa, nem eu posso desfazer. Só que eles não interferem” (Direção/Centro-Grande/ LAM).

“Não, é **aberto**. E aquilo, não adianta eles quererem delimitar e **não elegem** ninguém” (Direção/Centro-Grande/LAM).

“Não, influência nenhuma. O estadual que até poderia ter, até porque no caso do PTB o Deputado nosso é o presidente, mas também ele não se envolve. Ele deixa o diretório aqui tomar suas decisões” (Vereador/Direita-Grande/LAM).

6.3 RACIONALIDADE

Identificados os atores, o segundo objetivo foi identificar as suas motivações na construção das alianças, como eles operam e quais são os condicionantes envolvidos em suas escolhas. Para dar continuidade à análise, primeiramente, se descreverá como ocorre o processo de formação das coligações segundo relatado pelos entrevistados, ou seja, qual é a sequência de fatos até a decisão final. Esse processo aparece como um procedimento comum adotado por todos os partidos, independentemente da ideologia ou do município.

Antes de tudo, o partido decide se irá lançar um candidato para a eleição majoritária. Essa decisão geralmente envolve os membros diretores que formam a executiva e, caso haja mais de uma pessoa com intenção de se candidatar, uma votação no diretório é realizada. Para a seleção do candidato, as chances de vitória, juntamente com seu perfil e popularidade, são os critérios mais importantes. Algumas vezes os partidos encomendam pesquisas para confirmar a capacidade do candidato para atrair votos. Como demonstrado, o postulante ao cargo de prefeito tem excessiva relevância no processo da montagem das coligações, pois além de participar das conversas e

reuniões com os outros partidos, sua figura pode atrair ou afastar potenciais parceiros de coligação.

O diálogo entre os partidos, geralmente, inicia-se no ano anterior às eleições. O partido que se propôs a lançar candidato ao cargo de prefeito procura apoio para montar a chapa e os outros, que não tem um candidato próprio, decidem se irão apoiar uma candidatura ou se disputarão apenas a eleição proporcional. O partido que encabeça uma chapa pode buscar os parceiros de seu maior interesse, ou optar por esperar até o cenário de coligações estar mais ou menos definido para iniciar negociação com legendas ainda disponíveis. Os partidos apoiadores, ao escolherem se incorporar a uma chapa, não têm influência na definição sobre os demais membros da coligação. Definida as alianças majoritárias, as discussões continuam para resolver como será montada a coligação proporcional, entre aqueles partidos dentro daquela chapa. O formato final das alianças só é concluído perto das convenções, onde serão votados e sancionados os acordos, o que acontece alguns meses antes das convenções partidárias, realizadas antes das eleições.

Tendo em vista essa estrutura, algumas questões podem ser levantadas sobre como ocorre a escolha dos parceiros nesse processo. Segundo uma das hipóteses centrais da literatura, a decisão em torno das coligações é guiada pelo objetivo de maximizar as chances eleitorais. Os maiores incentivos seriam o tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), no caso da eleição majoritária, e o quociente eleitoral, no caso das proporcionais. Essa é uma consequência das regras eleitorais, que oferecem vantagens para os partidos que fazem coligações, sobretudo para os pequenos que encontram maiores dificuldades para ultrapassar a barreira do quociente eleitoral. A importância desses incentivos é, de fato, corroborada pelos entrevistados nos dois municípios. Todos eles citaram o HGPE e o quociente eleitoral como motivações centrais para a realização das coligações.

“Posso te falar? Para as eleições municipais majoritárias, o que mais vale hoje é isso aí (falando do HGPE)” (Direção/Esquerda - Pequeno/JF).

“O que é que forma as coligações? É a condição de disputa eleitoral. A necessidade de tempo de TV, a formação de aliança, especialmente alianças com as disputas proporcionais” (Candidata/ Esquerda-Grande/JF).

“Para a majoritária ele é fundamental. Se você tem um bom tempo, de televisão e de rádio, você tem oportunidade de expor suas idéias. Se você não tem, você fica com espaço limitado. Hoje em dia isso é tudo” (Direção/Centro-Grande/JF).

“E assim quanto mais partidos nós temos maior é o tempo de televisão, de rádio e TV a gente teria. Então a gente foi colocado nessa situação” (Direção/Centro-Grande/LAM).

Contudo, objetivou-se identificar quais seriam os outros fatores de peso, além dos dois citados, e até que ponto os atores orientam-se pragmaticamente pelo objetivo de melhorar seu desempenho, sem qualquer consideração por fatores ideológicos ou programáticos. Outro objetivo foi apreender se os alinhamentos partidários nacionais e estaduais servem como norteadores para a formação das coligações no nível municipal.

Indagou-se diretamente aos entrevistados qual a importância das ideias e programas dos partidos no momento da escolha dos parceiros de coligação¹⁷. Nesse quesito, peso dos aspectos programáticos na montagem das coligações, observou-se reações diferentes nos dois municípios. Em Lambari, todos os entrevistados salientaram a pequena importância desse fator na construção das alianças, corroborando a hipótese de que nos municípios menores a ideologia ou os fatores programáticos importam menos. Na conjuntura das alianças, outros fatores são citados como tendo maior relevância: sobrevivência política, chances de vitória, interesses pessoais e a posição do candidato a prefeito.

“Pelo sistema político nosso hoje, muito pouco. Porque todos os partidos precisam dessa **sobrevivência** partidária. Então como falei, não adianta você pensar ideologicamente, se você não tiver chance de estar sendo eleito. Então, o primeiro viés de todos esses partidos é claro que é a sobrevivência partidária. A questão realmente de coligações necessárias e vitais para que você possa **ser eleito**. Logicamente que uma figura de um candidato a prefeito, logicamente, ela pega uma ideologia também, se você não acreditar nesse candidato a prefeito, fica muito difícil embora seja uma boa coligação, é muito difícil. Embora seja uma boa coligação, você fica numa escolha muito difícil. Vou aqui fazer coligação partidária, mas como vou fazer a propaganda para o prefeito. Então, ideologia pesa, mas têm esses outros... O ideal seria pesar só a ideologia, mas aí a gente tenta juntar os dois a ideologia juntamente com a sobrevivência partidária” (Direção/Centro-Grande/LAM).

¹⁷ Perguntou-se: O (a) senhor (a) acha que a proximidade de ideias, princípios, programas pesou na decisão ou não foi importante?

“Não, nós não escolhemos o PT, **nós escolhemos a pessoa**, por isso que aqui no interior é diferente, a pessoa tem mais credibilidade que o partido. Coincidentemente, ele estava no partido dos trabalhadores, mas nós escolhemos a figura dele. Por achar que fosse mais interessante para a cidade” (Direção/Esquerda-Pequeno/LAM).

“Eu particularmente, eu acho que não. Eu acho que foi mais importante a articulação política mesmo, a questão de formar força e tentar **ganhar uma eleição**. Não teve nada de questão ideológica partidária” (Vereador/Direita-Grande/LAM).

No caso de JF, os entrevistados destacam a influência da ideologia e do programa partidário, mas não descartam a importância de outras variáveis, as mesmas indicadas em Lambari. As percepções dos entrevistados nos dois municípios convergem com a afirmação de Peixoto (2010) de que o tamanho do município importa no grau de consistência ideológica e programática das coligações. As chances de formação de coligações inconsistentes ideologicamente parecem ser maiores nos municípios de menor porte. Em Juiz de Fora, a ideologia e o programa parecem contar mais e haveria maior resistência em se formar coligações que pudessem ser consideradas muito incoerentes pelos militantes. No entanto, também neste município, os entrevistados afirmaram que outros fatores pesam mais descortinando um processo complexo que envolve cálculos eleitorais (distribuição do tempo de televisão, chances eleitorais), afinidades programáticas entre os partidos, atributos pessoais do candidato (seriedade, competência), relações pessoais e grupais no município, força de líderes locais, condições de governabilidade. Em algumas falas enfatiza-se a necessidade de ser coerente no discurso e no comportamento passado e futuro, entendendo que isso é importante para se conquistar a confiança dos eleitores.

“Acho que o primeiro passo é **ideológico**, o segundo passo é a **seriedade** de quem nos comanda, e outros fatores, e o interesse de somatório em **tempo de televisão**, somatório de outras coisas que vem a contribuir para isso, os **partidos menores** tem tempos menores, mas quando eles se coligam o tempo de televisão da possibilidade de a pessoa se manifestar seu pensamento com mais tranquilidade” (Direção/Direita-Grande/JF).

“Primeiro você pesa o candidato, se você tem um **candidato bom**, você tem muitas **chances** nas coligações, segundo você começa a analisar aqueles que têm **afinidade com o seu programa de governo** e com aquele que tem compromisso, que tem uma **administração competente**, seria. Que tem um **grupo**, você tem uma estrutura de outros partidos que podem fazer parte de outro modelo e essas análises são feitas antes que você feche as coligações efetivamente” (Direção/Centro-Grande/JF).

“Pesa, mas vou te confessar que **não é o principal**. Ele faz parte de **uma serie de coisas que você avalia**. É lógico que eu não vou pegar hoje. É provável que você vê, às vezes, amanhã o PSB se coligando com o PSOL, com PSTU, coisas que às vezes o PT pode fazer o PSDB não vai fazer nunca. É lógico que tem que ter no **mínimo de afinidade ideológica** para você ter (...) ainda mais numa eleição municipal onde **as pessoas se conhecem muito**. Você tem que ter pelo menos uma **coerência no discurso**, você não pode chegar lá. Por exemplo, ai vai a gente faz um apoio o Bruno. A gente desce o cacete no Bruno Siqueira pela internet e televisão.. to falando descer o cacete, mas são críticas, né. (...) Mas ai na hora que chega na eleição a gente vai lá e fala vote no Bruno Siqueira, não tem como” (Direção/Esquerda-Pequeno/JF).

“Aqui, acaba isso **não tendo muito peso**. O que deveria existir é um partido não se coligando com um partido de ideologia contrária. Um partido que tenha opiniões facistas, direitistas, extremistas, o meu partido não coligaria com ele nunca. São posições totalmente contrarias das que eu defendo. Quando falo eu, falo o partido. O que deveria marcar as coligações, definir as coligações, **deveria ser o ideal político**. Mas no **interior**, no município, no Brasil, isso não acontece. Infelizmente. Mas a grade verdade é isso, chega no município há **interesses locais**. **Líder local que é forte**, mas é do partido tal, mas vai trazer mais votos, não interessa, coliga. Define muito mais a coligação o **fisiologismo** do que o **idealismo**” (Ex-Prefeito/Esquerda-Pequeno/JF).

“Claro. Sem dúvida, sem dúvida. É extremamente difícil você construir um projeto de qualquer **administração** com **idéias antagônicas**. Por mais que idéias antagônicas reforcem a democracia, atrapalham a administração, né. Então, quer dizer, não é que não queremos ouvir nossos opositores, mas dentro da nossa administração ter que decidir com opositores é muito difícil” (Direção/Centro-Grande/JF).

Mais uma vez, as falas dos entrevistados corroboram a ideia de que, no nível municipal, os partidos precisam se adequar às particularidades do histórico da competição político-partidária local. Precisam considerar a força relativa dos partidos, dos grupos políticos e das lideranças municipais no sentido proposto por Lima Júnior (1983) quando o autor fala em “racionalidade contextual” e por outros estudos mais recentes. As falas parecem indicar que a dimensão ideológica e programática é considerada, mas apenas na medida em que amplia as chances eleitorais dos partidos e candidatos. Nesse sentido, seria importante evitar comportamento e discurso incoerente. Outro aspecto a destacar é o fato de que alguns entrevistados estabelecem uma diferença entre “o que é” e “o que deveria ser”, afirmando que a política deveria ser mais orientada por questões ideológicas.

Do ponto de vista dos parceiros, isto é, dos partidos menores e/ou que não lançam candidato próprio a prefeito, o fator mais importante na decisão de que candidato apoiar parece ser as suas chances de vitória. Esse aspecto foi apontado em várias entrevistas nos dois municípios.

“Eu acho que depende muito é do candidato a prefeito. Quem é o candidato a prefeito. Ninguém vai se fazer coligação com um **candidato que ta perdendo**” (Direção/Centro-Grande/LAM).

“Não há dúvida que alguns partidos e pessoas tendem a apoiar quem aparentemente tem **condições de vitória**. O grau de influência desse fator varia com a consistência programática dos partidos” (Candidato/Centro-Grande/JF).

“Como a ideologia pesa pouco, ele não pensa eu vou coligar porque eu acredito que esse tem que ganhar. Tem a tendência sim de que partidos se coliguem com aquele que tem mais chance de vitória, mas **fisiológico**, mais de interesses imediatos” (Ex-Prefeito/Esquerda-Pequeno/JF).

O peso desse fator – chances de vitória do candidato – aparece na fala de políticos do PT e do PSDB de Juiz de Fora para explicar a sua baixa ou alta capacidade de atrair apoiadores. No caso do PT, o entrevistado refere-se ao pequeno número de parceiros na eleição para a prefeitura em 2008, quando sua candidatura eratomada como derrotada. Na situação oposta estava o PSDB que, em 2012, disputava a reeleição e estava alinhado ao governo estadual.

“Em 2008, especialmente, nós éramos absolutamente *underdogs* e não havia mesmo quem quisesse se coligar conosco. Até mesmo a coligação com o PCdoB foi uma coligação construída com dificuldade (...) ele não queria, porque a perspectiva de vitória era muito remota” (Candidato/ Esquerda-Grande/JF).

“É porque a gente tava no poder. Agora na próxima, a gente não ta nem no poder municipal e nem no estadual isso vai mudar. A gente deve vir com o DEM e mais um ou outro parceiro” (Vereador/Centro-Grande/JF).

O pequeno peso dos fatores ideológicos e programáticos no comportamento dos partidos e a importância dos cálculos eleitorais são os aspectos mais citados para explicar a variação nos parceiros de coligação de uma eleição para a outra. Os entrevistados acreditam que a prevalência do cálculo de vantagens e benefícios sobre as ideias tornam as alianças pouco sistemáticas, já que em cada eleição haveria uma

conjuntura diferente. Pode-se dizer que há o peso de fatores locais e que os interesses variam dependendo do cenário municipal. O número de partidos no Brasil, considerado alto segundo vários entrevistados, também seria responsável por essa instabilidade nas coligações eleitorais. Muitos partidos sem consistência ideológica tornariam o cenário político mais complexo, mais dinâmico, menos estável e ampliariam os esforços e custos de articulação e negociação.

“A realidade política num quadro de **grande número de partidos, muitos sem linha política consistente**, é extremamente **dinâmica e variável**, o que se reflete no quadro conjuntural de cada eleição” (Candidato/Centro-Grande/JF).

“Não se repete porque hoje o sistema partidário de um modo geral ta falido. **Não existe mais ideologia**. O que se tem hoje são só**grupos** que se reúnem. Por exemplo, o PSB aqui em Juiz de Fora hoje, ele tem uma **afinidade**, aqueles que estão filiados tem uma afinidade (...) nem sempre é uma afinidade que vai de encontro com as ideias que partido foi criado” (Direção/ Esquerda-Pequeno/JF).

“Porque há um **jogo de interesses** muito grande e você tem, cada vez mais, partidos. Então, cada vez que você aumenta o **número de partidos**, o que acontece, você tem um espaço maior na discussão. Então, talvez, eu acho que a gente ta chegando em um momento da discussão que tem dar uma **limitação no número de partidos**. (...) Mais você vai tendo que negociar e mais vai ficando complicado” (Direção/Centro-Grande /JF).

Os entrevistados reproduzem, aqui, uma tese recorrente na literatura: a instabilidade e a inconsistência das coligações seriam resultado da presença de um grande número de partidos fracos na arena eleitoral, que priorizam a maximização de votos e cargos e são limitados quanto à sua capacidade de estruturar de forma sistemática e duradoura as preferências dos eleitores. Sob estas condições, as pessoas, as lideranças e as relações pessoais, familiares e grupais, que são mantidas entre si, se sobrepõem ao partido enquanto instituição. Isso seria tão mais verdadeiro quanto o menor o tamanho do município e menor a densidade organizacional do partido.

“Por causa dos interesses políticos e pessoais. Principalmente por isso, porque o que influência na política, em primeiro lugar, são os **interesses pessoais**, depois, muito mais longe, eles pesam os interesses coletivos” (Direção/Esquerda-Pequeno /LAM).

“Porque são cenários diferentes, vai muito de quem são os candidatos a prefeito, as coisas vão muito conforme o momento. (...) Os partidos podem ter suas ideologias opostas, mas as vezes **as pessoas** que estão dentro do partido elas são **amigas**. Então, em uma **cidade pequena** dificilmente você vai ver uma ideologia partidária acima dos **interesses locais**, entendeu? Então, dificilmente você vai ver dois partidos andarem juntos eternamente” (Vereador/Diteita-Grande/LAM).

“Eu mesma quase ganhei a eleição porque eu tinha sido reitora. Então, **não é o partido que ganha eleição e sim o candidato**, ele é um plus, algo a mais. (...) Como a eleição aqui no Brasil é **fortemente personalizada**. O candidato é metonímia de muitas coisas, dos partidos, dos grupos sociais que se sentem representados, teses que estavam sublocalizadas e que passam a ser expressas pelo candidato. Existe um conjunto de fatores também. Mas eu diria a você que o **fator partido não é o fator decisivo**” (Candidato/Esquerda-Grande/JF).

Tendo em mente os aspectos destacados, a questão a se explicar seria a consistência e a durabilidade de certas alianças: alguns exemplos são o PT com pequenos partidos de esquerda até 2012 e o PSDB com o PFL/DEM a partir de 2008 em Juiz de Fora¹⁸. Nesse caso, os entrevistados explicam a durabilidade das coligações pela afinidade de interesses, ideias e pessoas e pela influência de alinhamentos em outras esferas da federação. Um entrevistado do PT/JF refere-se à coligação do seu partido com o PCdoB dessa forma: “nesse caso é uma aliança que foi construída no campo da esquerda, que está muito bem realizada no Governo Federal e são pessoas que estão ali no mesmo barco”. No caso do PSDB, a explicação passa mais pela afinidade entre pessoas dos diferentes partidos, como afirma um entrevistado do partido em Juiz de Fora: “Acho que a proximidade, primeiro, das pessoas do DEM que sempre tiveram muita proximidade aqui com a gente. E também dessa linha do DEM de querer ser parceiro do PSDB em todas as eleições. E acho que isso facilitou”.

Outro aspecto que, segundo os entrevistados, auxiliam a explicar a durabilidade ou a variação nas alianças é a experiência na administração municipal. Uma vez no mesmo governo, se as relações entre os partidos são positivas ampliam-se as chances de uma nova parceria no futuro. Seria o caso do PSDB com o DEM e o PDT em Juiz de Fora. Uma experiência diferente foi apresentada por um entrevistado do PT de Lambari a respeito da aliança com o PTB de 2008 a 2012: por discordância quanto à condução do governo, os dois partidos acabaram rompendo mesmo o vice-prefeito sendo do PTB.

¹⁸ Já em Lambari, com exceção do fato de PT e PSDB não terem participado da mesma coligação em nenhuma eleição no período, é difícil identificar regularidades nas alianças.

“Quando você faz uma aliança, logicamente, você que governar junto com a bancada daqueles que estavam com você disputando o pleito. E infelizmente muitas das vezes o partido que se candidata ao cargo majoritário depois de eleito fecha as portas do governo. E logicamente, se faz o rompimento da aliança e muito disso se muda no próximo pleito. Agora se for uma mão dupla, se houver participação no governo e for uma parceria boa, com certeza a possibilidade de se continuar é enorme” (Direção/Centro-Grande/LAM).

“Num é que não repete, pode repetir. Mas assim, se deu certo você continua, se não você não continua. (...) Nós fizemos coligação com o PTB, mas não repetimos. Não repetimos porque eu tive que tomar decisões dentro do partido na administração, que eles não concordaram. Só pra você ter ideia, por exemplo, porque não repetiu. O dinheiro que estava sendo repassado para a câmara era maior, estava se passando 182 por mês, mas o correto era 140, então eu tive que cortar isso aí. Nós seguimos a regra do governo. (...) Então, essas coisas acontecem, de haver divergência” (Candidato/Esquerda-Grande/LAM).

“Elas se repetem porque ela acaba caminhando com você a bastante tempo juntos e tem afinidade partidária. Dura que nem um casamento se você escolheu um par perfeito, escolheu bem seu parceiro, você faz um casamento duradouro. Quando você faz uma aliança com um partido que você tem condição de trabalhar, a aliança demora bastante” (Direção/Centro-Grande/JF).

“O PDT era bem assim espontaneamente, porque o PDT já era vice do Custódio e o Custódio era candidato a reeleição, então nada mais que natural ele continuar com o vice. E a coligação se fez espontaneamente, era o caminho certo a se seguir” (Direção/Direita-Grande/JF).

Por último, vale destacar o peso da trajetória na decisão das coligações, que mostra que o histórico da competição conta e que decisões passadas podem constranger as escolhas presentes ou futuras. O número expressivo de votos recebidos pela candidatura do PT na eleição de 2008 em Juiz de Fora – quando não foi capaz de atrair muitos aliados – foi decisivo para a atração de um maior número de apoiadores em 2012, quando o partido encabeçou uma coligação ampla e heterogênea. Segundo um entrevistado do partido: “Em 2008, especialmente, nós éramos absolutamente *underdogs* e não havia mesmo quem quisesse se coligar conosco (...). Na eleição de 2012, ficou expressa a amplitude da nossa aliança”.

O peso da trajetória também aparece nas relações entre PMDB e PSDB em Juiz de Fora. A aliança entre PSDB e PMDB no município não é cogitada em virtude da história e da origem dos partidos. Como em nível nacional, os fundadores do PSDB no município pertenciam ao PMDB, mas, pelo descontentamento com o partido, montaram

outro. Desde então eles tem sido rivais em Juiz de Fora, a despeito da aliança no nível nacional nos dois mandatos de FHC.

“Ai nós temos **diferenças ideológicas**, (...) **históricas**, que nos **proíbem de coligar**. Vou falar do nosso **cenário local**, que é com o PT, por disputas históricas e com o PMDB. Na verdade o PMDB de Juiz de Fora teve muito juntos com algumas pessoas do PSDB, que eram secretários municipais no governo do PSDB. Daí surgiu **desentendimentos** e criaram o PSDB” (Vereador/Esquerda-Pequeno/JF).

Outro evento, ocorrido em 2012, foi a frustrada tentativa do PT de reproduzir a aliança nacional com o PMDB. A proposta foi aprovada apenas por Tarcísio Delgado, líder do PMDB no município, que seria o possível vice da chapa, porém este não conseguiu a aprovação do restante do partido. Isso levou à desfiliação de Delgado, que era um quadro histórico do PMDB no município. Fora do partido, Tarcísio pode apoiar informalmente a candidatura do PT. Nesse acontecimento destaca-se também o papel do PSB, cuja maior liderança no município é Júlio Delgado, filho de Tarcísio. O partido ganhou importância cedendo o candidato a vice-prefeito para a chapa do PT. É considerável lembrar que, em 2008, o PSB apoiou o PMDB, quando Tarcísio Delgado foi candidato a prefeito por este partido. Desse modo, Essas articulações mostram o peso das famílias na formação das alianças: como lideranças de partidos distintos, pai e filho foram atores centrais na montagem das coligações.

“Chegamos a tentar uma coligação no início com o PMDB e o ex-prefeito Tarcísio Delgado moveu-se para nos apoiar, mas esse foi um movimento desautorizado pelo próprio partido, pelo PMDB, que entendia que esse movimento interessava muito mais a lógica familiar” (Candidato/Esquerda-Grande/JF).

“Ai mais uma vez a questão da circunstancia da eleição majoritária. Em 2008, o Tarcisio Delgado foi candidato a prefeito, o pai do Julio Delgado. Então, naturalmente, a aliança ocorreu” (Direção/Esquerda-Pequeno).

Segundo a percepção dos entrevistados, a formação das coligações na eleição proporcional é orientada por outra lógica. Se na majoritária o candidato com maior potencial de votos atrai parceiros e apoiadores, na proporcional parece ocorrer o inverso. Os partidos maiores e/ou com candidatos com bom potencial de votação não são os que necessariamente atraem parceiros. Em virtude das regras eleitorais – sistema proporcional de lista aberta com permissão para realização de coligações – e em face da

barreira do quociente eleitoral, é necessário um cálculo apurado para definir a coligação que mais amplia as chances eleitorais. Devido à competição intrapartidária, coligar-se com partidos com nomes de peso pode não ser interessante para os menores partidos que enfrentam maior dificuldade de atingir o quociente eleitoral e que não possuem bons puxadores de voto, como sugerem as falas dos entrevistados em Lambari e Juiz de Fora. Essa percepção está presente nos dois municípios entre entrevistados de diversos partidos. Alguns deles expressam desaprovação desse sistema e argumentam a favor da proibição das coligações nas eleições proporcionais.

“Até que nós coligamos ao PSDB pra majoritária, pra prefeito, mas pra proporcional não era do interesse porque tinha algumas pessoas forte dentro do PSDB e logicamente eram **pessoas fortes para ocupar cadeira na coligação**. Então, o PMDB optou por fazer uma outra coligação com o PSL e PSD porque a gente entendia que lá nosso candidatos teriam mais chance. Tanto é que os dois candidatos eleitos dentro da coligação foi do PMDB. Então a coligação foi com PSL e PSD” (Direção/Centro-Grande/LAM).

“Obviamente que uma boa **chapa majoritária puxa a chapa proporcional**, agora a eleição a vantagem da proporcional ela tem uma **outra lógica** totalmente diversa, é a lógica do **coeficiente eleitoral**, que no nosso caso, que o partido que tem apelo, você tem dificuldade de fazer alianças porque as pessoas tem **temor da votação dos nossos candidatos**. No caso nosso aqui a maioria das pessoas que se dispuseram se coligar na majoritária, não queriam fazer na proporcional, mesmo aqueles aliados históricos de esquerda como é o caso do PCdoB” (Direção/Esquerda-Grande/JF).

“Porque os candidatos com menores votos têm **medo de se coligar com um partido grande**. E o DEM tem uma característica parecida com a gente, a gente tem lá uns 10 candidatos com mais potencial e o DEM também. Então, a gente normalmente não tem muito aqueles candidatos de 200, 500. A nossa turma geralmente é acima de mil e quinhentos. E toda vez eleger um do DEM e dois do PSDB ou dois e dois. E dessa vez um e um. Normalmente é equilibrado” (Vereador/Centro-Grande/JF).

As entrevistas sugerem que o PSTU diferencia-se de todos os demais partidos por orientar-se ideologicamente de forma consistente, concorrendo sozinho ou fazendo alianças apenas no campo da esquerda¹⁹. Essa estratégia limita o número de aliados possíveis: em Juiz de Fora registra-se apenas a aliança com o PCB e o PSOL. Neste partido, outras variáveis como atributos do candidato, chances de vitória, distribuição do horário eleitoral e a barreira do quociente eleitoral tem pouca ou nenhuma influência,

¹⁹ Essa análise sobre o PSTU aplica-se somente ao caso de Juiz de Fora já que o partido está ausente da competição político-eleitoral em Lambari.

segundo os entrevistados. Razão pela qual o partido costuma repetir a mesma coligação nas eleições majoritárias e proporcionais. Contudo, a posição centrada no programa partidário não implica em que questões momentâneas de uma eleição específica não sejam significativas. Exemplos são a candidatura isolada em 2008 e a frustrada tentativa de coligar-se com o PCB em 2012. No primeiro caso, influenciou uma aliança formada pelo PSOL na capital mineira, uma posição que foi de encontro ao programa do PSTU, indicando uma preocupação mais ampla e não apenas local. No segundo caso, estava em jogo uma posição local do PCB, o qual foi procurado, porém preferiu lançar-se sozinho para fortalecer o partido na cidade. As falas dos entrevistados também apontam para o fato de que, para o PSTU, importa, também, com que partidos um provável parceiro está aliado.

As escolhas do PSTU têm alto custo eleitoral. Na eleição de 2004 e 2008, nas quais concorreu isolado ao cargo de prefeito, o partido obteve, respectivamente, a penúltima posição (2,1% dos votos) e a última posição (1,88% dos votos). Na eleição de 2012, quando se aliou ao PSOL, ficou como antepenúltimo colocado com 0,96% dos votos.

“Nós achamos que um partido, é um partido que tem afinidade ideológica pra se coligar, e na majoritária também pode ser feito na coligação proporcional. Nosso critério é **afinidade de programa, afinidade programática**, se tiver afinidade programática não tem muita importância se a gente vai coligar na majoritária ou proporcional também” (Candidato/Esquerda-Pequeno/JF).

“Mas o que foi possível construir na verdade foi com o PSOL, o PCB e a consulta popular não participaram, o PCB argumentou que estava com um processo de reorganização aqui dentro da cidade e gostaria de ter candidatura própria, pra se promover mais, se colocar melhor as suas **figuras públicas** na cidade” (Direção/Esquerda-Pequeno/JF).

“Por exemplo, 2012, teve aliança com o PSOL, 2008, não tivéssemos, PSOL se coligou com o PCB e nós nos candidatamos sozinhos. Tinha a ver com o leque de aliados do PSOL na época. O PSOL apoiou um candidato que era do PDT em Belo Horizonte, é que era o Miranda, e nós achamos que isso não estava correto no ponto de vista da oposição. Eles estavam apoiando um candidato que não priorizava a classe dos trabalhadores, e isso não seria algo bom para nós. Não tinha como fazer uma **aliança com um partido que não apoia a classe trabalhadora**. Então, isso que é importante na nossa candidatura” (Direção/Esquerda-Pequeno/JF).

Os entrevistados foram indagados se os alinhamentos no nível nacional e estadual não influenciaram as decisões sobre com quem se coligar em 2012²⁰. Segundo as falas dos entrevistados de Juiz de Fora, este fator parece importar, embora não seja absolutamente predominante. Os entrevistados do PT, PSDB e PSB de Juiz de Fora afirmaram que as parcerias e coalizões de governo estabelecidas em nível estadual e nacional influenciam o processo no nível local e que algumas alianças mais duradouras são explicadas pelo fato de serem uma reprodução do que ocorre no nível nacional. Para os entrevistados do PT, teria havido mais influência dos alinhamentos nacionais; já para os entrevistados do PSDB o nível estadual conta mais. Com isso, sugerem que o conjunto dos aliados passa a ser uma referência quando o partido está no governo.

“Então, incluímos todos os partidos que participaram da **base nacional**. Não tivemos o PMDB que tem uma vasta expressão parlamentar, mas nós tivemos o PR, o PSB, que era o partido da base. Então essa é a lógica da formação da aliança partidária” (Candidato/Esquerda-Grande/JF).

“**Nacional eu não digo. Estadual muito.** Como a gente tinha o **governo do estado**, as relações do governador têm muita influência sobre os partidos. No nível estadual influência muito no nível municipal. A **federal é uma coisa mais distante** a gente não tem muita influência não. Normalmente, as decisões são tomadas e negociadas com as estaduais dos partidos” (Vereador/Centro-Grande/JF).

“Nesse caso é uma aliança que foi construída no campo da esquerda, que está muito bem realizada no **governo federal** e são pessoas que estão ali no mesmo barco. É o caso do PCdoB e PT, que era o PT e do PSB, mas não é mais. Que é o caso do PSDB com o DEM também. Essas alianças se mantêm, eu acho que por um projeto partidário ou de algumas pessoas, que é um caso muito comum no PMDB, você tem **muitas figuras que comandam as articulações partidárias**, e essas extrapolam o próprio partido” (Direção/Esquerda-Grande/JF).

“Em 2012? Pesou, pesou. O partido tava, na época, na **base aliada** do PT. A gente tinha um ministro, acho que o Fernando Bezerra na época. Hoje, eu vejo hoje, por exemplo, uma coligação com o PT, **depois que aconteceu nessa última eleição** difícil” (Direção/Esquerda-Pequeno/JF).

²⁰ Em Lambari, a questão foi formulada como se segue: As coligações do seu partido no âmbito nacional pesaram de alguma forma na escolha das alianças aqui no município? Por exemplo, PT e PMDB eram aliados no governo federal, mas aqui em Lambari o PSDB se coligou ao PMDB. Por quê? Isso não gera nenhum problema para o partido?

Contudo, nas duas cidades é possível encontrar relatos sobre coligações locais que não convergiam com os alinhamentos estaduais ou nacionais nos dois municípios. Relatos que reforçam que, ao fim e ao cabo, as especificidades do contexto municipal – desacordos entre lideranças, por exemplo – são mais decisivas.

“Nós já tivemos uma coligação com o PMDB, porém foi quando a gente não tinha um nome. Então, nós acabamos só coligando, só apoiando. Ai depois dela lá, hoje o PMDB resolveu ir pra outro lado. Ai o que acontece, o PMDB aqui é um povo mais conservador é uma turma mais antiga. Então, é mais difícil de lidar com eles. (...) querem sempre estar **do lado da administração**. Não que eu sou contra a administração, porém a gente tem que **manter a posição**. E eles não, eles querem ta lá, independente de projeto, de coisa ele quer ta do lado e isso pesa muito” (Direção/Esquerda-Grande/LAM).

“Isso **depende muito do momento**, naquele momento... Hoje estamos coligados no estadual com o PT, o vice-governador é do PMDB, então houve essa coligação. Então, quem sabe nas próximas eleições nós estaremos coligados com o PT também a nível municipal. **Nada é descartável**. Nós temos uma convivência muito boa com boa parte do PT de Juiz de Fora. Mas tem uma parte que é mais difícil, que a gente não consegue conversar. (...) Então faz muito mais parte de um **grupo**, não é o PT em si” (Direção/Centro-Grande/JF).

A importância do contexto local mostra-se também na possibilidade de ocorrer, no nível municipal, alianças entre partidos que são rivais nas outras esferas, sendo o caso mais emblemático a disputa entre PT e PSDB. Essa possibilidade fica explícita na fala de um entrevistado do PSDB em Lambari quando este destaca que o que importa, de fato, é o caráter das relações entre os dirigentes dos partidos no município.

“Isso é até engraçado. Hoje, se eu chegar pro Ronaldo, que é presidente do PT, eu sou amigo do Ronaldo, falando serio.. eu sou **amigo** do Ronaldo. E ele como presidente do PT, se eu chegar pro Ronaldo, a nível de município, e se eu falar lá pra gente fazer uma **coligação aqui em Lambari de PT e PSDB**, eu acho que eles abrem normalmente para a gente. Isso ai não tem problema em uma **cidade pequena** como Lambari. Eu não vou falar que isso vai acontecer em uma cidade maior tipo Poços, é Pouso Alegre, isso não vai acontecer. Em Lambari eu acredito que sim. Não podemos pensar a nível nacional temos que pensar a nível de Lambari” (Direção/Centro-Grande/LAM).

No que se refere à racionalidade dos atores locais no processo de montagem das coligações, as entrevistas revelam um quadro complexo, no qual muitos fatores devem ser levados em conta. Corroborando a hipótese apresentada, observa-se uma semelhança nos dois municípios: considerações sobre as chances eleitorais parecem dominar o

processo de decisão nas coligações majoritárias e proporcionais. As regras geram incentivos diferentes em cada pleito, mas, em ambos, a preocupação dos atores está em ampliar o tempo de exposição dos candidatos no HGPE e as chances de ultrapassar a barreira do quociente eleitoral (no caso das proporcionais). Importa, portanto, os atributos pessoais do candidato e os recursos que cada partido pode oferecer aos respectivos parceiros.

Seria equivocado, contudo, concluir que a busca pela maximização de votos prevaleça sobre todas as demais questões, sem outras mediações. Os entrevistados deixam claro que o histórico da competição política no município, a distribuição de forças, os alinhamentos entre grupos dentro dos partidos e que transcendem os partidos, contam. Em outras palavras, decisões tomadas no passado e configurações locais de poder influenciam e constroem as opções dos atores no presente. Alguma aparência de coerência no discurso e no comportamento é importante.

O mesmo pode-se dizer das afinidades ideológicas e programáticas. Contam na medida em que desempenham algum papel em atrair ou afastar apoiadores. Sobretudo no município de Juiz de Fora, que também se destaca por ser mais influenciado pelas configurações e alinhamentos nos demais níveis de governo.

As diferenças entre os municípios também corroboram as hipóteses iniciais. De fato, os próprios entrevistados em Lambari destacam, com frequência, as especificidades do município pequeno no Brasil, ao afirmar que em cidades de pequeno porte contam mesmo as particularidades locais. Se nos dois municípios predomina a orientação pragmática no sentido de obtenção de votos, é certo concluir que em Lambari os constrangimentos às decisões dos atores provêm, em sua maioria, da própria esfera local.

6.4 RECURSOS E ESTRATÉGIAS

Como apontado na seção anterior, vários são os fatores que orientam a escolha de parceiros de coligações. Mas, como elas são negociadas? Os recursos mais apontados foram o tempo no HGPE e o quociente eleitoral, incentivos gerados pelo sistema eleitoral. Os partidos grandes têm interesse em se coligar com os menores para ampliar o tempo de propaganda eleitoral.

“(...) esse que é o problema esses partidos que não têm muita estrutura, eles já estão mancomunados com o governo já. A maioria dos partidos aqui não tem estrutura nenhuma, eles só têm o tempo de TV” (Vereador/Centro-Grande/JF).

Pela lógica do HGPE, quanto maior é a coligação, maior é o tempo de propaganda que o candidato que encabeça a chapa tem para expor seu programa e conquistar o voto do eleitor. Apesar das eleições de 2012 terem ocorrido em um ambiente fortemente marcado pela Internet como meio de divulgação, principalmente das redes sociais, o rádio e a televisão continuam sendo, ainda, os meios mais importantes para a propaganda eleitoral.

A dinâmica da propaganda eleitoral, em 2012, teve início dia 21 de agosto e se encerrou três dias antes do primeiro turno, em 4 de outubro. O tempo é dividido da seguinte maneira: Rádio com 30 minutos de manhã e 30 no horário do almoço; e TV com 30 minutos no horário do almoço e 30 à noite. Esse tempo é dividido em 1/3 (ou seja, 10 minutos) igualmente entre os partidos que concorrerem ou se coligam. Os outros 20 minutos são divididos proporcionalmente, de acordo com o número de Deputados Federais eleitos nas eleições 2010. Sendo assim, aqueles partidos com maior representação na Câmara dos Deputados possuem maior tempo de divulgação na mídia, o que pode dar maior poder para alguns partidos na hora da montagem das coligações.

“Pesa porque o partido que tem a bancada forte, porque o tempo é medido pelo tamanho da bancada lá no Congresso, né. Então, logicamente quando se trata do meu partido, que é um partido grande, que tem bastante cadeiras no Congresso Nacional. Logicamente, ele compõe um tempo grande do horário eleitoral político. E então, logicamente, isso pesa a favor dele, onde todos os candidatos a prefeito querem se coligar com o PMDB porque sabem que o PMDB tem o tempo maior do que os outros partidos menores” (Presidente/Centro-Grande/LAM).

Pelo sistema eleitoral, os votos dados a todos os candidatos são somados com a coligação funcionando como um único partido para fins de transformação dos votos em cadeiras. Por essa regra a estratégia dos partidos é fazer uma conta prévia dos votos potenciais de seus candidatos e, assim, pensar qual seria o partido parceiro que aumentaria as chances de eleger um ou mais candidatos.

“Eu, por exemplo, na última eleição, a gente tinha uma chapa completa, eu conseguia ir pra eleição só com a chapa pura, só com o PSB. Mas eu não tinha uma chapa tão competitiva, a gente precisava coligar. Tanto que os outros candidatos do PSB fizeram 700, 700 e poucos votos. Ficou bem dividida a votação que também teve o PCdoB. E montar uma chapa para vereador é a parte mais difícil da eleição, que a gente .. eu falo o seguinte que a chapa tem que ter cabeça, meio e rabo. Não adianta eu ter um candidato que tem 3 mil votos e ou de dois e um de mil, mil e quinhentos e não ter o de 400. Isso é o que era pra gente chegar no coeficiente. Então por exemplo, uma coligação eu posso estar negociando com um partido que tem 10 candidatos só, mas ele tem lá 10 candidatos de 500 ai vamos supor que a minha chapa não tenha rabo, como te falei aqui, ele tem 10 ele tem que me dar 5 mil votos, sendo que eu teria lá de 800, de mil, mil e pouco, mas eu não teria o rabinho... e coligando ele me daria 5. Ai você tem que ir fazendo essa matemática. É lógico que pra você fazer isso, você tem que conhecer o meio, você tem que conhecer mais ou menos o **perfil dos candidatos**. O cara nunca foi candidato, mas o que que ele é, ah é **pastor de igreja**. Mas de qual igreja? Ah a igreja dele pode eleger um vereador, a igreja dele ta muito dividida entre 3 ou 4 candidatos. Ai você fica” (Direção/Esquerda-Pequeno/JF)

“Se conta. Por exemplo, hoje aqui em Lambari o coeficiente é mil e pouco, dá mil e trezentos mais ou menos pra cada cabeça. E geralmente tem as sobras. Ai tem que se pensar e ver se é vantajoso se coligar, quantos votos os candidatos do outro partido vão trazer para a coligação. E assim, ver quanto se vai eleger” (Direção/Centro-Grande/LAM).

Pelas vantagens de se ter um número grande de coligados, tanto por causa do HGPE quanto do quociente eleitoral, em Lambari, constatou-se a tática de se criar novos partidos no município com pessoas já aliadas, só para formarem coligações. Tal prática foi notada nos dois partidos que encabeçaram as chapas no município. Como já exposto, são necessários poucos membros para montar uma comissão provisória, o que facilita sua criação.

“Acontece o seguinte: nós aqui em Lambari temos partido que não tem aqui no município. Ai isso ai **a gente pega as siglas, a gente monta, a gente arruma um grupo**. Põe o grupo pra tomar conta do partido, pra amanhã ou depois estar junto com o nosso partido. Com o intuito que amanhã ou depois você possa colocar mais um vereador. A gente ajudou a fundar. Na maioria das vezes tem gente ali que é do diretório. A gente faz isso por causa do tempo de TV, por causa do número de vereadores” (Presidente/Esquerda-Grande/LAM).

“A administração atual usaram o critério político. **Eles foram pegando né, vários líderes deles e começar a pegar os partidos e a registrar no nome deles.** Eles pegaram vários partidos e colocaram gente deles. Não tinham preocupação nenhuma com ideologia partidária, ideologia política nenhuma, só fisiologia” (Candidato/Esquerda-Grande/LAM).

“O presidente do PSDB, o Dimas, foi o que mais articulou. Principalmente da questão partidária, as filiações. **Ele tinha até outros partidos que estavam sobre domínio dele,** embora tivesse outras pessoas para representar de presidente. Logicamente, quando alguém que sair pra candidato ele abre o leque para os partidos, até mesmo por causa do tempo de TV, quer fazer coligação, quer fazer isso e tudo mais” (Direção /Centro-Grande/LAM).

Os partidos que apoiam a candidatura de outro ao cargo majoritário possuem a expectativa de participar do governo. Nos dois municípios, este apareceu como um recurso importante nas mãos dos potenciais vencedores. E quando o partido que encabeça a chapa ganha, ele geralmente cede esse espaço. Segundo as entrevistas, embora haja o costume e a expectativa de compartilhamento do poder com os vencedores cedendo espaço na administração, não se trata de uma obrigação, podendo não ocorrer. Quando isso não acontece, o partido vendedor passa a ser mal visto ameaçando a continuidade da aliança na próxima eleição. Os entrevistados sinalizam, assim, para certa descontinuidade entre coligação eleitoral e coalizão de governo.

“Quando você faz uma aliança, logicamente, você **quer governar junto** com a bancada daqueles que estavam com você disputando o pleito. E infelizmente muitas das vezes o partido que se candidata ao cargo majoritário depois de eleito **fecha as portas do governo.** E logicamente, se faz o rompimento da aliança e muito disso se muda no próximo pleito. Agora se for uma **mão dupla,** se houver **participação no governo** e for uma parceria boa, com certeza a possibilidade de se continuar é enorme” (Direção/Centro-Grande/LAM).

“É nossa **tradição** e da **natureza da atividade política** que os partidos que participam da mobilização de campanha, tenham **responsabilidades** posteriores na gestão” (Candidato/ Centro-Grande /JF).

“Certamente. Quase sempre acontece de ser aproveitados elementos dos partidos no governo. Isso é bastante normal, se o partido ajudou a eleger, é claro que ele quer **ajudar a governar**. Claro que isso não significa emprego. Eu sou do partido A e o partido B se coligou comigo e eu sou eleito, e ele tem lá um ou dois quadros de pessoas que eu posso aproveitar. Uma coisa é isso. Outra coisa é **cabide de emprego**. É legítimo que aquele partido que ajudou a ganhar, ajude a governar” (Ex-Prefeito/Esquerda-Pequeno/JF).

“Então há uma expectativa de participar do governo. Mas sim, talvez esse seja o ímpeto para formar uma coligação. É a **perspectiva de participação do governo**. Agora se isso significa alguma coisa depois, não, isso não significa nada” (Candidata/Esquerda-Grande/JF).

As falas dos entrevistados apontam para as relações entre eleição e governo, coligações e coalizões. Mostram, portanto, que a decisão em torno das coligações, além de levar em conta o que ocorreu antes (os acordos, os apoios, as eleições anteriores, os grupos e lideranças constituídas), também envolve uma etapa posterior, a qual consistem que se espera que ocorrerá depois, caso a chapa seja vitoriosa. É interessante notar que em algumas falas os entrevistados referem-se ao que a literatura chama de “patronagem” (troca de cargos no governo por apoio político na eleição ou no governo) como algo comum na política brasileira, como uma tradição. Buscam diferenciar essa prática, vista como “natural”, benéfica, parte intrínseca da política, da simples distribuição de empregos públicos feita de forma *ad hoc*.

Em Juiz de Fora, as coligações podem ser vistas, ainda, como fonte de apoio nas eleições em duas situações distintas. Na primeira, o partido que encabeça a chapa espera ajuda na divulgação da campanha e arrecadação de votos por meio dos candidatos a vereador dos partidos aliados. No fim das eleições é feita uma contagem entre a votação do candidato a vereador e os votos obtidos pelo candidato a prefeito em regiões em que o primeiro é puxador de voto. Dessa forma, busca-se estimar o potencial do candidato a vereador para puxar votos para o prefeito eleito, o que pode gabaritá-lo junto ao governo e torná-lo parceiro preferencial nas próximas rodadas eleitorais. A outra situação tem relação com as vantagens eleitorais que políticos de outras esferas podem obter ao se envolverem nas eleições municipais. Políticos que concorrem a cargos estaduais ou nacionais podem apoiar um partido no nível municipal, interessados na contrapartida dois anos depois. Dessa forma, se antecipam fortalecendo e apoiando políticos que poderão atuar, no momento seguinte, como cabos eleitorais.

“Ai a gente pega o mapa de votação dele e compara com mapa de votação majoritária. Ai a gente pega e vê esse candidato a vereador foi bem votado naquela região, então ele conquistou votos também para o prefeito? Ele trabalhou efetivamente para a campanha do prefeito? E o mapa de votação ajuda a clarear isso. (...) dá pra ver, visualizar ali, que houve um trabalho ali junto a aquela comunidade com o candidato a vereador com o nome do prefeito. Mais ou menos assim que funciona. O insucesso, da rejeição do Custódio Mattos se deu por causa disso. (...) essas pessoas que estavam coligadas na majoritária e ganharam na proporcional, não acompanharam o prefeito de fato. **Não pediram voto para o prefeito.** (...) Ou porque tava mal nas pesquisas, ou porque havia outro embate, ele tava ali preocupado com a eleição dele, né. (...) Então foi isso que aconteceu. Os votos da proporcional, não acompanharam o majoritário”. (Direção/Centro-Grande/JF)

“O PMN e o PTN foram uma coligação que tinha muito interesse do PMN de participar da campanha do Governo, tanto que o Isauro Calais hoje é Deputado Estadual. Então, ele fez um acordo disso lá atrás pra que a gente pudesse fazer uma chapa pura do PMDB, e **nós estaríamos apoiando a candidatura** do Deputado. Ai nós demos apoio e o Isauro Calais ganhou a eleição” (Presidente/Centro-Grande/JF).

Finalmente, buscou-se apreender a importância das coligações para a obtenção e/ou compartilhamento de recursos financeiros para a campanha²¹. Nos dois municípios houve consenso no sentido de que as coligações não ampliam o acesso a esse tipo de recurso. Transparece uma lógica individualista com poucos casos de trabalho coletivo. Os maiores partidos, os cabeças de chapa, são os têm maior acesso a fontes de financiamento, e assim, são responsáveis pelas finanças da campanha, mas não há um esforço coletivo. Todos negaram que os partidos menores tenham recebido ou oferecido algum auxílio financeiro aos parceiros de coligação.

“Não, não teve ajuda financeira nenhuma. **Pessoas** ajudando sim, mas financeiramente não. O **grupo** principal foi o nosso” (Candidato/Esquerda-Grande/LAM).

“Normalmente não. A eleição fica a cargo do partido majoritário. Nesse caso era o PMDB, ele era cabeça de chapa e era responsável” (Candidato/Esquerda-Grande/JF).

²¹ Perguntou-se: Sabemos que uma das questões importantes em uma campanha é a obtenção de recursos. Sem dinheiro não se faz campanha. Esse é um fator importante na decisão sobre os parceiros da coligação? As pessoas do partido levam em conta se coligar com o partido X ajudará a trazer recursos para a campanha?

“Não. Nada. Isso é a maior ilusão do mundo, não existe isso. Porque nas eleições municipais, você pega o caso de Juiz de Fora, 450 candidatos a vereador pra 19 cadeiras, é mais difícil que vestibular, porque o vestibular é mais fácil porque depende só de você, o voto você depende de alguém votar em você. Então, na verdade cada um cuida do seu. Quando um **partido é mais estruturado**, como o PSDB, tem mais facilidade de ter acesso a determinados recursos, enquanto partidos menores tem maior dificuldade. Então, eles não conseguem nem fazer para os seus vereadores, quiçá para a eleição majoritária. Isso então não é uma realidade, eu desconheço aqui em Juiz de Fora, talvez somente dois o PPS e o PV que criaram uma estrutura que criaram uma estrutura para apoiar todos os candidatos a vereador. Eles arrecadaram o recurso, o partido arrecadou o recurso, e dividiu o recurso entre esses candidatos. Tirando esses dois exemplos, é **cada um por si**. Cada candidato que arrume seu recurso. Essa é a regra” (Direção/Centro-Grande/JF).

“Não, quase sempre não, um partido que tem um bom candidato a prefeito e tem recurso pra campanha, normalmente ele ajuda a produção de TV que é a coisa mais cara, mas isso todos os partidos que tem. Então não é fator decisivo não”. (Direção/ Direita-Grande/JF)

As falas dos entrevistados deixam transparecer as diferenças entre os recursos e as estratégias utilizadas pelos partidos pequenos e pelos grandes. Os primeiros, geralmente menos estruturados, oferecem sua contribuição na forma do tempo de televisão. Em algumas ocasiões, também pela presença de um candidato puxador de votos que ao mesmo tempo pode fazer campanha para o prefeito em sua região. A aliança com os partidos pequenos pode ampliar a capilaridade do candidato a prefeito nos diferentes bairros e regiões do município. Nesse sentido, a aliança com vários partidos pequenos se torna interessante para os grandes que encabeçam as chapas na eleição majoritária. Estes oferecem aos pequenos a possibilidade de ultrapassar o quociente eleitoral, conquistar uma cadeira na eleição proporcional e assegurar sua sobrevivência política. Há, ainda, a possibilidade de que o partido pequeno seja incorporado ao governo, no caso de vitória. Os partidos grandes, geralmente melhor organizados e estruturados, têm mais acesso a fontes de financiamento. Podem apoiar os demais parceiros da coligação com apoio técnico na produção do programa de televisão ou alguma estrutura comum de campanha para os candidatos a vereador, mas a transferência direta de recursos parece não ocorrer.

Os entrevistados pertencentes a partidos de relevo nos municípios têm uma visão negativa dos pequenos, tratando-os como uma espécie de “mal necessário”. Partidos sem estrutura, sem orientação programática, governistas, mas que por terem acesso a

recursos, principalmente o tempo da propaganda eleitoral, acabam se tornando necessários para os grandes. Deve-se considerar, também, que estes partidos podem aliar-se aos candidatos adversários, daí a necessidade de atrair o seu apoio.

“Ah PTdoB é um desses partidos que eu te falei lá atrás, que entra aí com os trinta segundos. Mas quem que é do PTdoB, pega aí coloca e pronto. Como qualquer outro desses menores aí. São **partidos de aluguel**. Aluguel que eu falo é porque eles têm que ir pra um lado, eles tem esses **trinta segundos de televisão**, aí só ele mais o PR e outro aí já dá mais um minuto e meio de televisão” (Direção/Esquerda-Pequeno/JF).

“Claro, o PR, por exemplo, era da nossa base estadual e ele já ta com o PT. Entendeu, esse que é o problema esses partidos que **não tem muita estrutura** eles só tem interesse de estar **mancomunados com o governo**. A maioria dos partidos aqui **não tem estrutura nenhuma** eles só tem o **tempo de TV**” (Vereador/Centro-Grande/JF).

“A gente vê como uma das formas de cerceamentos dos partidos ideológicos, de participação e, na verdade nesse caso não é nem participação, mas de cerceamento de possibilidade de uma vitória eleitoral dos partidos menores ideológicos, como eu disse os partidos menores, são **partidinhos de aluguel que se vendem para partidos maiores no processo eleitoral** e essa é a razão da existência deles” (Candidato/Esquerda-Pequeno/JF).

Por fim, torna-se importante, mais uma vez, ressaltar a peculiaridade do PSTU como um partido que segue uma linha da esquerda mais radical. Nas falas dos respondentes deste partido, incentivos como o quociente eleitoral e o horário eleitoral não aparecem como centrais na formação das coligações. Há o reconhecimento da importância da exposição nos meios de comunicação, mas ele não é visto como uma razão fundamental para se aliar a outro partido. Os outros pontos investigados, também, não têm relevância.

Esses partidos pequenos de esquerda são reconhecidos por não aceitarem o financiamento privado de campanha e, por isso, não contarem com recursos para serem oferecidos nos acordos eleitorais. E como possuem poucas expectativas reais de conquistar cargos eletivos, as chances de vitória e a expectativa de participar do governo não cabem como pauta relevante para as coligações. Percebe-se, então, que essas legendas possuem como estratégia principal a afinidade programática e de ideias. A eleição em si não aparece como a preocupação fundamental para o partido, como menciona um dos entrevistados. Eles destacam que a união entre partidos de esquerda pode se dar

em outros momentos, além do eleitoral, para se atingir objetivos comuns, como em movimentos, organizações e manifestações.

“Não, o que pesa mais é a **afinidade programática**, não tem que pensar igual ao PSTU, mas têm que ter afinidade programática, os princípios, por exemplo, **não pode aceitar o financiamento privado de campanha** é um princípio este pra nós, um outro princípio é o princípio do programa que seja totalmente voltado nas políticas das **classes trabalhadoras**, o recorte de classe é bem definido no nosso programa. Com base nesses princípios a gente inicia a discussão. Então não tem, isso que se vai ter mais **tempo de TV**, mais tempo de rádio e tal, porque normalmente as coligações nacionais é em base a esses critérios que se dá (...) Não é que não seja importante, é claro que é **importante**, nós queremos ter aparição, nós queremos ser ouvidos pela classe trabalhadora, ser vistos e ouvidos pela classe trabalhadora, não tem como fazer sem ser através da mídia, da imprensa, então nós queremos muito isso, é importante pra nós, mas **não é o definidor da coligação**” (Candidato/Esquerda-Pequeno/JF).

“A gente pensa assim, claro quanto **maior tempo de TV** é melhor, muito melhor, mas a gente não acha que devemos **sucumbir o nosso programa a um tempo de propaganda**. O que a maioria dos partidos fazem, as escolhas de coligação poucas vezes pesam o programa, na maioria das vezes pesa as possibilidades eleitorais, horário de TV, aparição. E pra nós não pesa isso, **pesa o programa**, isso não é importante pra nós. É importante ter mais tempo, mas não é importante na decisão das coligações. Não é nosso objetivo. É importante tempo, mas não pautamos a coligação no tempo de TV” (Direção/Esquerda- Pequeno/JF).

“A gente vê o **quociente eleitoral** como uma das formas de **cerceamentos dos partidos ideológicos**, de participação e, na verdade nesse caso não é nem participação, mas de cerceamento de possibilidade de uma vitória eleitoral dos partidos menores (...). Mas os partidos pequenos ideológicos, nós do PSTU, o PCD, o PCO, a gente está travando uma luta imensa contra isso. Então a gente vê essa questão do quociente eleitoral como mais uma forma de manter o erro de impedir para que esses partidos ideológicos possam sair vitoriosos no processo eleitoral, porque torna quase que impossível” (Candidato/Esquerda-Pequeno/JF).

“Nós do PSTU somos muito ativos **fora do período eleitoral**, todo o período estamos nos organizando, seja através de organizações diretas com os trabalhadores nas ruas, ou nas organizações estudantis e sindicatos. Então, o tempo todo a gente tá nessa **luta cotidiana**, e nessa luta cotidiana, nós não estamos sozinhos, pelo contrário, nós temos que estar com o maior número de pessoas possíveis. Então, a gente sempre busca **aliança com os movimentos sociais, com os sindicais** e com outros partidos também que estão ali pela causa, inclusive com o PT, por exemplo (...). Mais especificamente com o PCB e o PSOL, nós estamos sempre juntos. Quando chega o período eleitoral é que nós vamos discutir eleição, pra nós a **eleição é um ponto muito importante de apoio, mas não é o principal**” (Direção/Esquerda- Pequeno/JF).

As percepções e opiniões dos entrevistados são fontes valiosas para compreender, em minúcias, a operação de mecanismos já salientados por parte da literatura sobre o tema. Na próxima seção serão apresentadas as principais conclusões do estudo com sugestões para se avançar nesta agenda de pesquisas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação é resultado de uma pesquisa junto a lideranças políticas dos municípios de Lambari e Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais. O objetivo foi compreender o comportamento partidário na formação das coligações eleitorais, isto é, como as legendas se organizam e procedem ao escolherem com quais partidos irão firmar aliança para concorrer a uma eleição. Para tal, foram realizadas 23 entrevistas com questionários semiestruturados com presidentes de partidos, ocupantes e ex-ocupantes de cargos eletivos (prefeitos, vereadores) e candidatos a cargos no Executivo e no Legislativo municipal. Foram delimitadas três dimensões de análise: (1) atores relevantes na montagem das coligações eleitorais; (2) racionalidade e motivações dos atores; e (3) estratégias e recursos mobilizados por eles.

Após uma introdução, o primeiro capítulo foi destinado à discussão da literatura sobre coligações eleitorais no Brasil, incluindo os estudos recentes sobre coligações no nível municipal. O segundo capítulo aborda as teorias e abordagens sobre partidos e sistemas partidários e as principais conclusões da literatura sobre o sistema partidário brasileiro e sua configuração na esfera municipal. O terceiro capítulo apresentou o desenho da pesquisa e o quarto ofereceu uma contextualização da competição político-partidária nos dois municípios pesquisados nos últimos 20 anos. O quinto capítulo apresenta a análise das entrevistas realizadas com as lideranças políticas locais.

Em relação a cada uma das dimensões analisadas, foram propostas as seguintes hipóteses. Em Lambari, a hipótese era a de que a decisão em torno das coligações seria centrada em poucas pessoas, principalmente, líderes municipais do partido, com pouca ou nenhuma influência de atores situados em outros níveis federativos. Já em Juiz de Fora, a hipótese era a de que a montagem das coligações, ainda que fosse centrada em um grupo pequeno, sofreria maior influência dos militantes dos partidos e de lideranças políticas estaduais e nacionais. Esperava-se, também, maior peso de fatores ideológicos e programáticos na montagem das coligações em Juiz de Fora em comparação com Lambari, um município menor e menos desenvolvido.

A despeito das diferenças estruturais entre os municípios, esperava-se, no que se refere às motivações dos atores, o predomínio do cálculo eleitoral nos dois contextos. Por fim, em relação às estratégias e recursos, a observação priorizou a comparação entre partidos grandes e pequenos considerando que partidos de diferentes tamanhos empregariam diferentes estratégias e recursos para maximizar suas chances eleitorais.

As hipóteses formuladas estão baseadas nas principais conclusões da literatura, conclusões esboçadas a partir de análises quantitativas sobre as coligações nas três esferas da federação. Por se tratar de um estudo focado em apenas dois casos, a expectativa era a de que seria possível, além de verificar as hipóteses, avançar na compreensão sobre os mecanismos em operação na montagem das coligações a partir da percepção dos atores diretamente envolvidos no processo. Além disso, esperava-se lançar novas luzes sobre o tema investigado de modo a formular novas hipóteses que pudessem subsidiar novos estudos.

No que se refere à primeira dimensão, dos atores, observou-se, nos dois municípios, que a articulação das coligações é, em geral, feita pela cúpula do partido, destacando-se, principalmente, a figura dos presidentes do órgão partidário e dos candidatos a prefeito, os quais são mencionados, muitas vezes, espontaneamente. É significativo ressaltar que, no primeiro momento, os entrevistados não fizeram menção a nomes e sim aos cargos ocupados pelos que tomam as decisões.

Investigou-se, também, a participação de outros membros do partido como os candidatos a vereadores e militantes. Sobre o primeiro, a maioria dos respondentes assegura que a sua influência depende da importância do candidato, se ele é uma liderança no município ou se já exerceu mandato anteriormente. Indicam, com isso, que o peso dos candidatos a vereador na decisão varia em função da sua importância e prestígio na política local, da sua trajetória e da capacidade de atrair votos. Os militantes entram em cena apenas para referendar o que já foi definido pela cúpula do partido. Esta percepção foi expressa por entrevistados de diferentes partidos, associados a diferentes famílias ideológicas sugerindo ser difundido esse estilo decisório centralizado.

Em suma, pode-se notar que o processo de formação das coligações eleitorais não envolve o partido em sua totalidade. Ele está centrado em poucas pessoas: os presidentes dos partidos, os candidatos a prefeito, e vereadores em exercício com prestígio e liderança no município.

Sobre a participação de políticos que atuam nas outras esferas da federação (deputados, senadores, governadores) e dos órgãos partidários estaduais e nacionais no processo de formação das coligações nas eleições de 2012, confirmou-se a hipótese de que essa influência seria maior em Juiz de Fora do que em Lambari, por se tratar de um município de grande porte, com um significativo colégio eleitoral. Em Lambari constatou-se a falta ou pequena influência ou interferência direta de políticos das esferas estaduais ou nacional na formação das coligações no município. Já no caso de Juiz de

Fora, políticos com atuação na esfera estadual e nacional foram destacados, até mesmo em falas espontâneas. Porém, percebeu-se que essa influência não é uma regra em todos os partidos no município. Supõe-se, então, que a interferência de lideranças é mais provável quando o partido conta com um deputado com origem no município ou com base eleitoral na região. Ainda, conclui-se que acumular o cargo de deputado com a presidência estadual do partido também pode aumentar as chances de ocorrência desse alinhamento entre as duas arenas.

Em relação à segunda dimensão, a da racionalidade e das motivações no processo de montagem das coligações, as entrevistas revelam um quadro complexo no qual muitos fatores devem ser levados em conta. Corroborando a hipótese apresentada pela literatura, as considerações sobre as chances eleitorais dos candidatos, partidos e coligações parecem dominar o processo de decisão nas coligações majoritárias e proporcionais, em ambos os municípios. As regras geram incentivos diferentes em cada pleito, mas, em ambos, a preocupação dos atores está em ampliar o tempo de exposição dos candidatos no HGPE e as chances de ultrapassar a barreira do quociente eleitoral (no caso das proporcionais). Importa, portanto, os atributos pessoais do candidato e os recursos que cada partido pode oferecer aos respectivos parceiros.

Em relação à ideologia como um elemento limitador na montagem das alianças, a hipótese apresentada também foi corroborada. As chances de formação de coligações inconsistentes ideologicamente parecem ser maiores em Lambari. Neste município todos os entrevistados negaram a importância desse fator. Em Juiz de Fora, o impacto da ideologia e do programa parece ser maior e funcionar como um elemento de resistência na formação das coligações, sobretudo devido ao impacto que o comportamento incoerente pode ter junto aos militantes. Contudo, também neste município, os entrevistados afirmaram que outros fatores pesam mais descortinando um processo complexo que parece ter como centro os cálculos eleitorais.

Ainda assim, é difícil concluir que a busca pela maximização de votos prevaleça sobre todas as demais questões, sem qualquer mediação. Outros fatores relacionados ao contexto de cada partido podem ser destacados como as decisões tomadas no passado e as configurações locais de poder que influenciam e constroem as opções dos atores no presente. Todos esses fatores importam na medida em que desempenham algum papel em atrair ou afastar apoiadores, incluindo a perspectiva ideológica. Os entrevistados de Juiz de Fora sobressaem por mais uma vez acentuarem a influência de políticos e alinhamentos de outros níveis da federação, demonstrando que estes importam,

sobretudo quando existe um elemento de ligação entre as esferas. Este elemento pode ser um político ocupante de cargo eletivo ou não-eletivo ou pode ocorrer por meio da própria organização quando esta conta com densidade organizativa no território. Já em Lambari é possível concluir que os constrangimentos às decisões dos atores provêm, em sua maioria, da própria esfera local.

Finalmente, no que se refere às estratégias e recursos, os incentivos gerados pelo sistema eleitoral, o tempo no HGPE e o quociente eleitoral, foram os mais apontados, em Lambari e em Juiz de Fora. Os dois fatores levam a ações que visam ampliar as chances de vitória do partido e/ou coligação, seja ampliando o número de aliados, para assim, obter maior tempo de propaganda, seja através do cálculo dos votos potenciais de seus candidatos e dos partidos concorrentes. Em Lambari, constatou-se a tática de se criar novos partidos no município com pessoas já aliadas, apenas para fins de formação das coligações. O que é facilitado pelas regras que possibilitam a montagem de uma comissão provisória com poucos membros.

Outros dois recursos investigados foram a expectativa de participar do governo e o compartilhamento de recursos financeiros na campanha, em relação aos quais se observou a mesma tendência nos dois municípios. As falas dos entrevistados apontam que a decisão em torno das coligações, além de levar em conta o que ocorreu antes das eleições, também envolve a possibilidade do que ocorrerá depois, caso a chapa seja vitoriosa. A expectativa de participar do governo apareceu como um recurso importante nas mãos dos potenciais vencedores na eleição majoritária. Segundo as entrevistas, há o costume e a expectativa de que os vencedores compartilhem poder e cedam espaço na administração. Contudo, por não se tratar de uma obrigação, pode não ocorrer. Essa expectativa mostra que também no nível local, mesmo nos municípios de pequeno porte, a patronagem (troca de cargos no governo por apoio político), é uma estratégia importante na formação dos governos e na conquista de apoio político. Entretanto, não se pode concluir que esta seja a única ou a principal forma pela qual o Executivo busca apoio no Legislativo.

Sobre os recursos financeiros para a campanha, houve consenso no sentido de que as coligações não ampliam o acesso a esse tipo de recurso. Todas as respostas sugerem que os partidos menores não receberam ou ofereceram algum auxílio financeiro aos parceiros de coligação. Os maiores partidos, geralmente, aqueles que encabeçam a chapa, são os que têm maior acesso a fontes de financiamento, e assim, são responsáveis pelas finanças da campanha. Mas, no caso investigado não houve

compartilhamento desses recursos, deixando evidente a lógica individualista que marca o processo.

Foi possível iluminar as diferenças entre os partidos grandes e mais relevantes no cenário local e os partidos pequenos no que se refere às estratégias e recursos utilizados. Os pequenos, geralmente menos estruturados, oferecem sua contribuição na forma do tempo de televisão. Em algumas ocasiões, também pela presença de um candidato puxador de votos que pode fazer campanha também para o prefeito em sua região. A aliança com os partidos pequenos pode ampliar a capilaridade do candidato a prefeito nos diferentes bairros e regiões do município. Já as grandes legendas, que encabeçam as chapas na eleição majoritária, oferecem aos pequenos a possibilidade de ultrapassar o quociente eleitoral, conquistar uma cadeira na eleição proporcional e assegurar sua sobrevivência política. Há, ainda, a possibilidade de que o partido pequeno seja incorporado ao governo, no caso de vitória. Os entrevistados demonstram uma visão negativa sobre os pequenos partidos, vistos como partidos sem estrutura, sem orientação programática, governistas, mas que por terem acesso a recursos, principalmente o tempo da propaganda eleitoral, acabam se tornando necessários para os grandes.

Para todas as conclusões anteriores, o PSTU aparece como exceção. Apresenta uma dinâmica decisória mais coletiva que nos outros partidos, com maior peso de todos os membros na decisão e maior abertura aos militantes. A ideológica e afinidade programática prevalecem sobre os cálculos eleitorais. Porém, mesmo que suas ideias e compromissos ideológicos restrinjam a escolha dos parceiros, esse partido também se mostra flexível aos fatores do contexto local, o que pode impedir ou favorecer a aliança com algum partido à esquerda.

As percepções dos entrevistados vão ao encontro das principais hipóteses, teses e conclusões da literatura sobre o tema. A análise também revela um conjunto de questões que deveriam ser exploradas pelos estudiosos do tema. Uma delas, cuja exploração pode contribuir para uma melhor compreensão do sistema partidário no Brasil, refere-se aos canais e mecanismos de coordenação dos partidos nas três esferas da federação. É necessário avançar na compreensão do papel de pessoas (líderes políticos, ocupantes de cargos públicos de relevo) e das instituições (órgãos partidários no município) na condução dessa coordenação e no estabelecimento de vínculos e alinhamentos nas três esferas. Destacam-se, também, duas questões cujo exame poderia ampliar o entendimento do comportamento dos partidos na esfera subnacional.

Primeiro, o estudo das coalizões no nível municipal. Seria importante verificar como os aliados antes das eleições podem vir a contribuir com a administração do partido vencedor, como o poder é compartilhado, como ocorre a distribuição de cargos, como os partidos se comportam diante de quebra do acordo, entre outras questões que propõem relacionar coligações e coalizões. Propõe-se, ainda, a necessidade de compreender melhor a estrutura interna dos partidos, as diferenças entre diretórios e comissões provisórias no dia-a-dia partidário, as relações entre a direção e os outros membros no processo decisório, etc.

A pesquisa também indica uma relação complexa entre indivíduos e instituições no nível local. Não autoriza concluir que nos municípios investigados os partidos sejam meros veículos a serviço de lideranças. Por outro lado, os partidos parecem exibir sinais de fragilidade organizacional tendo que competir com outros focos de lealdade originados nas relações pessoais, familiares, grupais, de amizade, etc. Embora o componente pragmático pareça estar presente na maioria dos partidos, nos dois municípios, também não se pode ignorar a importância de outros fatores que tornam a decisão mais complexa, os quais limitam e constroem a ação dos agentes. Neste sentido, pode-se dizer que a decisão em torno das coligações toma a forma de um jogo complexo, no qual ações passadas e expectativas sobre rodadas futuras entram em cena, diversos atores participam com seus diferentes recursos, em uma tentativa de tornar compatíveis diversos elementos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Oswaldo E. do. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**. Porto Alegre, vol.7, n.2, p.11-32, maio-ago. 2013.
- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003.
- BRAGA, Maria do Socorro. Organizações partidárias e seleção de candidatos. **Opinião Pública**, vol. 14, no. 2: 454-485. 2008.
- BRAGA, Maria do Socorro; PIMENTEL Júnior, Jairo “Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012” In: Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, jun. Cadernos Adenauer, XIV, n. 2. 2013.
- BRAGA, María do Socorro; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo. Organización, territorio y sistema partidario: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del Sistema Partidario en Brasil. **América Latina Hoy**. Universidade de Salamanca, Salamanca, vol. 62, pp. 15-45. 2012.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. 10. ed.revolutual. eampl. São Paulo: R. dos Tribunais, 2005.
- CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.
- CAREY, John; SHUGART, Matthew. **Presidents and assemblies**. Cambridge: Cambridge University Press. 1992
- CARREIRÃO, Yan de S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**. Campinas, vol. 12, nº 1, p. 136-163.2006.
- CASTROM, Mônica M. M. de; ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe. Determinantes do comportamento particularista de legisladores estaduais brasileiros. **Dados**. Rio de Janeiro, vol.52, n.4. 2009.
- CAVALCANTE, Maria. J. S. **Padrão ideológico das coligações nas eleições brasileiras: uma análise das alianças eleitorais a deputado federal em 2002 e 2006**. Dissertação de mestrado em ciência política. UFP. 2010.
- Código eleitoral Anotado e legislação complementar**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação. 2012.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- DANTAS, Humberto. Coligações nas eleições municipais de 2000 a 2008: a força dos partidos dos governadores. **Revista On-Line Liberdade e Cidadania**. Ano II - n. 6, pp.1-15. 2009.

DANTAS, Humberto. **Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004**. Tese de Doutorado. USP. São Paulo, 2007.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos políticos**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados. **Dados**. IUPERJ, Rio de Janeiro, vol. 38, n. 3. 1995.

FREITAS, Andréia; MESQUITA, Lara. Coligações em Eleições Proporcionais: Quem ganha com isso? **Revista Online Liberdade e Cidadania**, n. 7, pp.1-14. 2010.

GUARNIERI, Fernando. A Força dos Partidos “Fracos”. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, n.1, pp. 235 a 258.2011.

JARDIM, Marcia. Palanque eletrônico em eleições locais: aspectos do acesso dos municípios ao HGPE na televisão. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, p. 45-58. 2004.

JORGE, Vladimir. L. Participação eleitoral, partidos e candidatos nas disputas pelas prefeituras dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1992 a 2000. **Alceu**. Rio de Janeiro, vol. 4, jan-jun, n. 8, pp. 168-190.2004.

KATZ, Richard; MAIR, Peter Party Organization, Party Democracy, and the Emergence of the Cartel Party. IN: MAIR, Peter. **Party System Change: Approaches and Interpretations**. Oxford University Press Inc.: New York, 1997.

_____. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**. London, vol. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KECK, Margaret. **A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: ática, 1991.

KERBAUY, Maria Teresa M. As eleições municipais de 2008: federações partidárias ou partidos nacionais. **Perspectivas**. São Paulo, vol. 35, jan-jun, p. 15-33. 2009.

KINZO, Maria Dalva Gil. Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20 (57), pp. 65-81. 2005

_____. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19 (54), pp. 23-40. 2004.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n.7, jan - abr, pp. 349-385. (1966) 2012.

KRAUSE, Silvana; PAIVA, Denise F. Institucionalização Partidária e Influência do Partido do Governo Estadual nas Eleições para o Executivo Municipal: o padrão das coligações eleitorais no estado de Goiás. In: ANPOCS, Petrópolis. **Anais**. 2000.

- LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Revan, IUPERJ, 1999.
- LIJPHART, Arend. **Electoral Systems and Party Systems. A Study of Twenty Seven Democracies, 1945-1990**. Oxford, Oxford University Press, 1994.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945 - 1964**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- MACHADO, Carlos M. **Identidades diluídas: consistência partidária das coligações para prefeito no Brasil- 200 e 2004**. Dissertação de mestrado. UNB. Brasília. 2007.
- MACHADO, Carlos M; MIGUEL, Luis Felipe. Padrões de coesão e dispersão: Uma proposta de tipologia para coligações. **Teoria e pesquisa**. UFSCAR, São Paulo, vol. XX, n. 2, pp.37-58. 2011.
- MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro/ Porto Alegre: FGV/Mercado Aberto, 2001.
- MEIRELES, Fernando. Teoria da escolha racional: limites e alcances explicativos. **Caos – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. João Pessoa, n. 22, 52-61. 2012.
- MELO, Carlos Ranulfo. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 4, pp. 13-41. 2010.
- _____. **Retirando as Cadeiras do Lugar: Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1985/2002)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- MENEGUELO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MICHELS, Robert. **Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna**. Lisboa: Antígona, 2001.
- MIGUEL, Luiz Felipe e MACHADO, Carlos M. De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000-2008). In: KRAUSE, Silvana, DANTAS, Humberto e MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora Unesp; Fundação Konrad Adenauer. 2010.
- _____. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). **Dados**. Rio de Janeiro, vol. 50, n. 4, p. 757-793.2007.
- NICOLAU, Jairo. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. **Dados - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 49, n.4, pp. 689-720. 2006.
- _____. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)**. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1996.

- _____. **Sistemas eleitorais**. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2004.
- PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PEIXOTO, Vitor M. Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia. In: KRAUSER, Silvana; DANTA, Humberto; MIGUEL, Luiz F.(org) **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: Perfis e tendências**. São Paulo: Uesp. 2010
- PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. **Dados**. Rio de Janeiro, vol.46, n.4. 2003.
- PERES, Paulo. Revisitando a Teoria Geral dos Partidos de Maurice Duverger, Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais - **BIB**, 69/02, pp. 17-58. 2009.
- PRAÇA, S. e DANTAS, Humberto. Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008. In: KRAUSE, Silvana, DANTAS, Humberto e MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora Unesp; Fundação Konrad Adenauer, 2006.
- Projeto de pesquisa Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em 12 unidades da Federação** (CEL-DCP-UFMG, 2007-2008; 2012).
- RIBEIRO, Pedro Floriano, Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n.10, jan-abr, pp. 225-265. 2013.
- ROCHA, Marta M. da, SILVA, Raquel G. da. A agenda da reforma política no Brasil: autores, objetivos, êxito e fracasso (1988-2010). **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 16, jan-abr, pp.213-246. 2015
- SANTOS, Fabiano e PATRICIO, Ines. Moeda e Poder Legislativo no Brasil: prestação de contas de bancos centrais no presidencialismo de coalizão. **RBCS**. Vol.17, n.49. 2002.
- SANTOS, Fabiano. Em defesa do presidencialismo de coalizão. In: HERMANNNS, Klauss e MORAES, Filomeno (org). **Reforma Política no Brasil: realizações e perspectivas**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.
- SANTOS, Julio Cesar A. **Coligações em eleições municipais: Porto Alegre (2004 e 2008)**. Dissertação de mestrado. PUC-RS. Porto Alegre, 2001.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Crise e castigo: partidos e gerais na política brasileira**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj, 1987.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Ed. UnB, 1982
- SCHMITT, Rogério. **Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Iuperj, Rio de Janeiro. 1999.

SCHMITT, Rogério; CAERNEIRO, Leandro P. KUSCHNIR, Karina. Estratégias de Campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em Eleições Proporcionais. **Dados**. vol.42, n.2 Rio de Janeiro. 1999.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n.17, jul. 1964.

SOUSA, Vivaldo de. **As coligações partidárias: período 1986-94 versus 1954-62**, 2006.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, vol.18, n.2. 2004.

VEIGA, Luciana; GODIM, Sônia Maria G. A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. **Opinião Pública**. Campinas, n.1, pp. 1-15. 2001.

TSEBELIS, George. **Jogos ocultos: Escolha racional no campo da Política Comparada**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SITES PESQUISADOS:

<http://www.tse.jus.br/> (acessado em março de 2014)

<http://www.cidades.ibge.gov.br/> (acessado em março de 2015)

<http://pjf.mg.gov.br/cidade> (acessado em março de 2015)

ANEXOS

ROTEIRO ENTREVISTA – PSDB/LAMBARI

- Há quanto tempo o(a) senhor(a) está no partido?
- O(a) senhor(a) já ocupou algum (ou outro) cargo de liderança no partido?
- Se você tivesse que classificar seu partido entre esquerda, centro e direita como classificaria? Por quê?
- Na última eleição municipal, em 2012, como foram definidas as coligações do seu partido? Como foi montada a chapa?
- Quem foram as pessoas importantes na decisão de montagem das coligações DO SEU PARTIDO na eleição de 2012? Perguntar: mais alguém? Qual foi o papel dessas pessoas? Por que essas pessoas tiveram esse poder de decisão?
- Como o seu partido escolheu os partidos que seriam aliados na eleição para prefeito? Porque estes e não outros?
- Quais foram os motivos para NÃO se coligar com os outros partidos? O que pesou?
- Houve alguma diferença na escolha dos partidos aliados na eleição para prefeito e vereadores? O que foi diferente? Por que o PSDB se coligou apenas com o PP e PSC na eleição para vereadores?
- Na eleição de 2012, quando seu partido decidiu com quais partidos iria se coligar, quais os fatores o (a) senhor(a) acha que pesaram nessa decisão?
- O (a) senhor (a) acha que a proximidade de ideias, princípios, programas pesou na decisão ou não foi importante? Por quê?
- O(a) senhor(a) acha que a questão do horário eleitoral pesou no momento de definir os partidos que fariam parte da coligação? Por quê? Como? E a questão do quociente eleitoral? Por quê? Como?
- Em sua opinião, por que as alianças com a maioria dos partidos não se repete a cada eleição? Por que de uma eleição pra outra mudam os parceiros dos partidos nas coligações?
- Como foi a decisão do partido do candidato a Prefeito? Não existia a possibilidade de o PSDB escolher outra pessoa ou de o PSDB apoiar um candidato de outro partido? Quem foi importante na escolha do candidato?
- Como foi a decisão do partido do vice-prefeito e do candidato? Quais fatores pesaram nessa escolha? Por que escolheram um candidato do próprio PSDB para vice-prefeito?

- As coligações do seu partido no âmbito nacional pesaram de alguma forma na escolha das alianças aqui no município? Por exemplo, PT e PMDB eram aliados no governo federal, mas aqui em Lambari o PSDB se coligou ao PMDB. Por quê? Isso não gera nenhum problema para o partido?
- Nas eleições de 2012 políticos e líderes estaduais do partido influenciaram a montagem das coligações do seu partido aqui em Lambari? Tem algum político ou liderança estadual ou nacional que participaram dessas decisões aqui? Como isso ocorreu?
- O diretório estadual e nacional do seu partido teve alguma influência na decisão das coligações municipais do seu partido em 2012? Ele delimitou de alguma forma com quais partidos o PSDB poderia se coligar ou não?
- Nas eleições de 2000, 2004 e 2008 seu partido esteve coligado ao PDT, por que em 2012 essa aliança não se repetiu?
- Por que seu partido se coligou com o PMDB na última eleição para prefeito? Quais foram as pessoas do PMDB que tiveram importância nas negociações?
- Por que seu partido se coligou com o PSL na última eleição para prefeito? Quais foram as pessoas do PSL que tiveram importância nas negociações?
- Por que seu partido se coligou com o PSC na última eleição para prefeito? Quais foram as pessoas do PSC que tiveram importância nas negociações?
- Os candidatos a vereador influenciaram de alguma forma a decisão dos partidos com os quais o PSDB se coligou?
- Sabemos que uma das questões importantes em uma campanha é a obtenção de recursos. Sem dinheiro não se faz campanha. Esse é um fator importante na decisão sobre os parceiros da coligação? As pessoas do partido levam em conta se coligar com o partido X ajudará a trazer recursos para a campanha?
- O partido, quando decide entrar na coligação, tem expectativas de participar da administração depois, se a coligação sair vitoriosa? Ou seja, existe expectativa de que os membros do partido receberão cargos na administração?
- As expectativas sobre as chances de cada candidato influenciam na decisão de com quem se irá coligar, ou seja, o partido quer se coligar com aquele que tem mais chance de vitória? Isso conta muito?
- O partido realizou reuniões no município para tomar essas decisões sobre os aliados? Essas reuniões foram abertas aos militantes? Os militantes e os eleitores tiveram algum peso nessas decisões?

ROTEIRO ENTREVISTA – PT/JUIZ DE FORA

- Há quanto tempo o(a) senhor(a) está no partido?
- O(a) senhor(a) Já ocupou algum (ou outro) cargo de liderança no partido?
- Se você tivesse que classificar seu partido entre esquerda, centro e direita como classificaria? Por quê?
- Na última eleição municipal, em 2012, como foram definidas as coligações do seu partido? Como foi montada a chapa?
- Quem foram as pessoas importantes na decisão de montagem das coligações DO SEU PARTIDO na eleição de 2012? Perguntar: mais alguém? Qual foi o papel dessas pessoas? Por que essas pessoas tiveram esse poder de decisão?
- Houve alguma diferença na escolha dos partidos aliados na eleição para prefeito e vereadores? O que foi diferente? Por que o PT fez aliança para a eleição para prefeito, mas concorreu sozinho nas eleições proporcionais aqui em Juiz de Fora?
- Como o seu partido escolheu os outros partidos que seriam aliados na eleição para prefeito? Porque estes e não outros?
- Quais foram os motivos para NÃO se coligar com os outros partidos? O que pesou?
- Na eleição de 2012, quando seu partido decidiu com quais partidos iria se coligar, quais os fatores o (a) senhor(a) acha que pesaram nessa decisão?
- O (a) senhor (a) acha que a proximidade de ideias, princípios, programas pesou na decisão ou não foi importante? Por quê?
- O(a) senhor(a) acha que a questão do horário eleitoral pesou no momento de definir os partidos que fariam parte da coligação? Por quê? Como? E a questão do quociente eleitoral? Por quê? Como?
- Em sua opinião, por que as alianças com a maioria dos partidos não se repete a cada eleição? Por que de uma eleição pra outra mudam os parceiros dos partidos nas coligações?
- Por que a Margarida foi a escolhida para candidata a prefeita? Não existia a possibilidade de o PT escolher outra pessoa ou de o PT apoiar um candidato de outro partido? Quem foi importante na escolha do candidato?
- Como foi à decisão do partido do vice-prefeito e do candidato? Quais fatores pesaram nessa escolha? Por que escolheram o partido PSB e o candidato [Maranhas](#) a vice-prefeito?

- As coligações do seu partido no âmbito nacional pesaram de alguma forma na escolha das alianças aqui no município? PT e PMDB eram aliados no governo federal, mas aqui em Juiz de Fora foram adversários na eleição para a prefeitura. Por quê? Isso não gera nenhum problema para o partido?
- Nas eleições de 2012 políticos e líderes estaduais do partido influenciaram a montagem das coligações do seu partido aqui em Juiz de Fora? Tem algum político ou liderança estadual ou nacional que participaram dessas decisões aqui? Como isso ocorreu?
- O diretório estadual e nacional do seu partido teve alguma influência na decisão das coligações do seu partido em 2012? Ele delimitou de alguma forma com quais partidos o PT poderia se coligar ou não?
- Por que seu partido se coligou com o PSB na última eleição para prefeito? Quais foram as pessoas do PSB que tiveram importância nas negociações?
- Por que seu partido se coligou com o PC do B na última eleição para prefeito? Quais foram as pessoas do PCdoB que tiveram importância nas negociações?
- E com o PTdoB? Quais foram as pessoas do PT do B que tiveram importância nas negociações?
- Por que o PT ampliou o número de alianças na eleição para prefeito em 2012?
- Os candidatos a vereador influenciaram de alguma forma a decisão dos partidos com os quais o PT se coligou?
- Sabemos que uma das questões importantes em uma campanha é a obtenção de recursos. Sem dinheiro não se faz campanha. Esse é um fator importante na decisão sobre os parceiros da coligação? As pessoas do partido levam em conta se coligar com o partido X ajudará a trazer recursos para a campanha?
- O partido, quando decide entrar na coligação, tem expectativas de participar da administração depois, se a coligação sair vitoriosa? Ou seja, existe expectativa de que os membros do partido receberão cargos na administração?
- As expectativas sobre as chances de cada candidato influenciam na decisão de com quem se irá coligar, ou seja, o partido quer se coligar com aquele que tem mais chance de vitória? Isso conta muito?
- O partido realizou reuniões no município para tomar essas decisões sobre os aliados? Essas reuniões foram abertas aos militantes? Os militantes e os eleitores tiveram algum peso nessas decisões?